

Universidade de Brasília

Departamento de História

Programa de Pós-Graduação

Área de concentração: História Cultural

Linha de Pesquisa: identidades, tradições e processos

***ESPAÇO REPRESENTACIONAL DO SINDICALISMO
DOCENTE DAS UNIVERSIDADES***

Patrícia Targino Melo Santos

Brasília, março de 2007

***ESPAÇO REPRESENTACIONAL DO SINDICALISMO
DOCENTE DAS UNIVERSIDADES***

Patrícia Targino Melo Santos.

Brasília, março de 2007.

Dedico este trabalho à minha mãe, Maria das Graças Targino Melo, pelo exemplo de vida e pela luta que desempenhou para dar educação formal às suas filhas; ao meu filho, Guilherme Mendes Targino Santos, pela sua presença iluminada em nossas vidas; ao meu esposo, Maerton Santos da Silva, pelo exemplo de companheirismo, pelo amor, pela apaixonante e determinada dedicação; a todos os educadores que lutam pela superação do real instituído, revelando que a transformação é mera consequência da idealização de nossos objetivos.

Agradeço à profa. Dra. Márcia de Melo Martins Kuyumjian, por ter assumido o papel de orientadora, sendo paciente e exigente nas orientações, estimulando-me e apoiando-me nos momentos mais difíceis; aos membros da Banca de Defesa, Eleonora Zicari e Nair Heloísa Bicalho de Sousa, pelas críticas e sugestões; enfim, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

A história da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes) esteve durante muito tempo associada à história da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Neste sentido, a filiação e a desfiliação, entre essas duas instituições sindicais, são marcos norteadores que condicionaram a prática docente e as representações elaboradas sobre o trabalho. Deste modo, pode-se perceber como a dinâmica das transformações conjunturais gerou impasses e contradições, vivenciados na articulação dos interesses sindicais particulares e gerais.

A filiação e a desfiliação entre Andes-SN e CUT serviram de marcos norteadores na busca pelo entendimento dos processos de reconhecimento e legitimidade do sindicalismo docente das universidades. Questionando a pertinência da filiação e da desfiliação, tanto para os integrantes da Andes quanto para a direção sindical, buscou-se avaliar o nível de identificação entre o discurso, formalmente instituído por essa mesma direção sindical, e a visão da sua base representada.

Identificar as vinculações sociais instituídas no cenário social no qual se constituiu a história dessa Associação Sindical tornara-se imprescindível para o desenvolvimento da análise em questão. Neste sentido, as mudanças no mundo do trabalho, a relevância da teoria classista para a história dos movimentos sociais, bem como as transfigurações da modernidade foram algumas das principais questões incorporadas ao processo de constituição desta temática proposta.

No decorrer da pesquisa, descobriu-se que os fatores que contribuiriam para a filiação e desfiliação estão para além dos argumentos produzidos pela direção sindical em seu discurso oficial.

Palavras-chaves: Andes-SN, CUT, Filiação, Desfiliação.

ABSTRACT

The Andes history was associated with the Unique Central of Labourers (CUT) for a long time. In this sense, the affiliation and non-affiliation between these two trade union institutions are guided marks that conditioned the docent practice and the representation elaborated about the work. Thus, it can be noted how the dynamic of conjectural transformations generated impasses and contradictions, experienced in the articulation of the union trade interests both private and general.

The affiliation and non-affiliation between Andes-SN and CUT served as guided marks in the search for the understanding of the processes of recognition and legitimacy. Inquiring the pertinence of the affiliation and non-affiliation, both the integrants of the Docent Union Association and the union direction. It searched for evaluating the level of identification between the discourse, formally instituted by that union direction with the view of its represented base.

Identifying the social entail instituted in the social setting in which constituted this object had become indispensable for the development of the analysis in discussion. In this sense, the changes in the world of work, the relevance of the classist theory for the Social Movement History, as well as the transfigurations of the modernity, were some of the incorporated issues to the process of the constitution of such proposed thematic.

In the course of research, it was discovered that the factors that contributed to the affiliation and non-affiliation are beyond the arguments produced by the union direction in its official discourse.

Key words: Andes-SN, Affiliation, Non-affiliation.

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	1
<u>CAPÍTULO I</u>	6
<u>Considerações Metodológicas</u>	6
<u>1.1 – Constituição do Objeto</u>	6
<u>1.2 – Procedimentos Metodológicos</u>	7
<u>1.3 – Tratamento das Fontes</u>	11
<u>CAPÍTULO II</u>	15
<u>A prática docente no campo das representações sociais</u>	15
<u>2.1 – Significando a prática docente</u>	15
<u>2.2 – Prática Docente e Movimento Sindical</u>	21
<u>CAPÍTULO III</u>	27
<u>Sindicalismo no cenário pós-moderno</u>	27
<u>3.1 – Marxismo e pós-modernidade</u>	27
<u>3.2 – A ação coletiva em Marx e os novos movimentos sociais</u>	33
<u>3.3 – CUT e o trabalhismo</u>	35
<u>3.4 – Formação da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior</u>	39
<u>CAPÍTULO IV</u>	41
<u>Andes e CUT: uma possível rede de sentidos partilhados</u>	41
<u>4.1 – Contexto da filiação</u>	41
<u>4.2 – CUT e Andes-SN no contexto das representações sindicais</u>	44
<u>4.3 – Significados da filiação na visão dos acadêmicos</u>	60
<u>4.4 – Ideologia e saber científico no discurso acadêmico</u>	64
<u>CAPÍTULO V</u>	68
<u>Andes-SN e CUT: a dissensão de sentidos outrora partilhados</u>	68
<u>5.1 – Contexto da desfiliação</u>	68
<u>5.2 – Transfigurações das representações identitárias</u>	73
<u>5.3 – Significando a desfiliação nas representações discursivas do Andes-SN</u>	75
<u>CONCLUSÃO</u>	92
<u>REFERÊNCIAS</u>	95

INTRODUÇÃO

Considerando

a academia espaço fundante de uma gama de representações presentes em nosso imaginário social, principalmente naquilo que se refere à sua inter-relação com as práticas políticas e educativas, instituídas pelo corpo docente no espaço profissional em que atua.¹

propõe-se uma reflexão sobre as representações que legitimaram a filiação da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes) à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e sua posterior desfiliação. Questiona-se os sentidos que estiveram, no primeiro momento, estabelecendo uma pretensa relação identitária entre essas duas instituições e, posteriormente, as reconfigurações desse espaço de representação, que levaram à desfiliação.

Os referenciais teóricos adotados partem das noções de representação social e identidade coletiva. A análise da prática discursiva é adotada na identificação das mediações entre imaginário e representações sociais, ou seja, na busca dos sentidos que constituem essa teia discursiva.

A pesquisa centra-se na análise das representações que definem o campo de atuação da Andes, fundada no início dos anos 80, durante o processo de redemocratização Nacional.

Por meio da relação entre as análises de cunho histórico sobre a prática sindical o último quarto do século XX e os significados presentes nos relatórios produzidos pela Andes, durante os congressos realizados anualmente, buscou-se identificar a rede de sentidos que estiveram legitimando o discurso de filiação e desfiliação entre a Andes e a CUT.

A análise dessa relação ocorreu em três níveis: no campo social, por meio da avaliação do modo de inserção dos movimentos sindicais no contexto

¹ RODRIGUES, Antônia Maria Ribeiro. *Democracia e cidadania: um estudo sobre as representações sociais de professores da Universidade de Brasília*. 2000. p. 15. Tese (Política Social) – Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, Brasília.

contemporâneo; no campo político, sob uma perspectiva conjuntural, avaliando a interação entre governo, Central Sindical e Sindicato; e, por fim, sob a ótica cultural, na identificação dos significados que definem a prática docente nas representações instituídas pelo Movimento Sindical Docente das universidades, no último quarto do século XX.

Os sentidos que fundamentaram a filiação entre Andes e CUT estão no mesmo espaço de ancoragem dos sentidos que estiveram orientando as práticas discursivas dos demais movimentos sindicais filiados à CUT.

Entretanto, as divergências sobre esse possível espaço de identificação entre Andes e CUT logo se tornam evidentes na visão dos autores que se propuseram a analisar o tema. Essas divergências operam no campo do embate ideológico, meritocrático e da teoria classista, que fundamentam os sentidos presentes nas práticas discursivas do Movimento Sindical Docente.

É importante notar que, no campo do discurso ideológico, são inúmeras as divergências sobre a relação entre militância e academia. Na análise sobre as diferentes linhas teóricas adotadas pelos estudiosos que abordam a questão, foi possível observar duas vertentes ideológicas.

Para os adeptos da ideologia meritocrática primeiro, a presença do embate ideológico no meio acadêmico representa uma ameaça à constituição dos saberes “essencialmente” científicos. Para esse grupo, a linguagem pode ser destituída de qualquer conteúdo ideológico no processo de constituição e aplicação dos saberes. Adota a ideologia meritocrática como base de sentidos para se pensar no caráter do trabalho docente. Nesse espaço de representação, a especificidade da prática docente é interpretada como ponto de distinção que inviabiliza qualquer possibilidade de identificação dessa profissão com as demais classes de trabalhadores.

No segundo grupo, estão aqueles que acreditam que a academia é mais um espaço de representação da vida social, possibilitando a ampliação da consciência de classe que direciona os conflitos engendrados pela relação capital/trabalho. Não se pode negar a presença da ideologia meritocrática na constituição discursiva desse segundo grupo, considerando que o próprio reconhecimento da categoria

docente, como classe profissional, também envolve questões de ordem corporativista.

Entretanto, os elementos discursivos da ideologia meritocrática, nesse grupo, não aparecem como uma idéia que inviabiliza a ampliação do espaço de identificação entre o Movimento Sindical Docente para com os demais movimentos dos trabalhadores. Para estes, essa identificação é condição necessária para que a categoria docente consiga superar a contradição de afinidade, instituída historicamente pela prática vocacional e por muito tempo adotada como base de sentidos para definir a natureza do trabalho docente.

As reconfigurações do contexto social histórico contemporâneo trouxeram consigo novos paradigmas a serem enfrentados pelos movimentos sociais. Neste contexto, encontramos uma série de questões que ora contradizem, ora ameaçam a base identitária que assegura a própria condição de existência desses grupos sociais.

Neste sentido, analisar a constituição identitária do Movimento Sindical Docente, considerando suas especificidades, é também buscar um maior entendimento acerca de uma possível rede de sentidos partilhados por outros campos representacionais. Para tanto, destacam-se seus pontos de fragilidade e as possíveis alternativas de reafirmação, ou mesmo transformação, em que os paradoxos e desafios são enfrentados com estratégias, ora mais, ora menos eficazes, na busca constante e inesgotável pela aquisição de legitimidade.

É com esse intuito que a análise que ora elaborada sobre a constituição do espaço representacional do sindicalismo docente das universidades se pauta em dois momentos marcos na história da relação entre CUT e Andes durante o último quarto do século XX. O primeiro deles foi a filiação entre Andes e Central Sindical, consolidada em meados dos anos 80. O segundo momento refere-se à desfiliação da Andes à CUT, em 2005.

Logo após a Andes filiar-se à CUT, essa associação docente tornara-se um sindicato nacional (Andes-SN). Neste momento, houve uma mudança da nomenclatura até então adotada pela referida instituição. A Andes, agora, passa a ser oficialmente chamada de o “Andes – Sindicato Nacional” (Andes-SN). Ou seja,

nos documentos oficiais, até agosto de 1989, a associação é tratada como “a Andes”. Depois disso, após tornar-se sindicato nacional, a associação docente passa a ser tratada como “o Andes-SN”. Justificamos assim a variação dos termos adotados na presente dissertação.

Os postulados teórico-metodológicos de Chartier são importantes nesta investigação, principalmente no que se refere à Andes como espaço de representação coletiva. Como esse espaço representacional é informado e reconfigurado a partir das assimilações e negações das transformações sociais, foi considerada a contribuição de Fairclough que toma como ponto de inflexão a relação entre prática discursiva e mudança social. Isso quer dizer que o processo de filiação e desfiliação ocorre como resultado da combinação de vários fatores que, juntos, compõem um quadro sobre a estrutura socioeconômica do Brasil, inclusive as influências do mercado globalizado e da cultura informacional sobre os modos de vida nacionais e locais. A reflexão sobre a questão da filiação e desfiliação é adensada com as contribuições de Bobbio, Sartre e Giroux, que oferecem um rico debate sobre a relação militância e academia. Woodward, Sader e Santos, auxiliam na compreensão da constituição identitária dos movimentos sociais e nas ressignificações das representações coletivas no último quarto do século passado. Quanto ao contexto conjuntural, Cattani, Antunes e Ângela de Castro são alguns dos autores que, lucidamente, apresentam as transfigurações políticas e sociais no cenário histórico.

A materialidade desta pesquisa é visualizada nos cinco capítulos que procuram dar coerência interna à construção do objeto. Deste modo, o primeiro capítulo apresenta o processo de constituição do objeto de estudo, os princípios de ordem teórica e metodológica dos autores referendados e o tratamento depreendido das fontes de pesquisa.

No segundo capítulo, são considerados os vários sentidos, elaborados a partir das inúmeras representações sobre a prática docente e a prática sindical no âmbito do discurso acadêmico. Destaca-se, com essa análise, o peso da ideologia marxista na construção de entendimentos sobre o papel social da categoria docente, o que nos obriga a refletir, no capítulo três, sobre a relevância paradigmática do pensamento marxista para a modernidade, sua presença nos

movimentos sociais contemporâneos e o processo de formação da Andes e da CUT no cenário de transição pós-moderno.

Os sentidos construídos, tanto do âmbito acadêmico, como do âmbito político sobre a relação academia e militância, mostram as várias possíveis leituras elaboradas sobre um mesmo fato, qual seja, a filiação da Andes à Cut. O custo sociopolítico dessas leituras está na construção da identidade do professor universitário como uma categoria social de profunda importância social, mas questionável importância política, conforme informam os discursos analisados. É sobre esta questão que o quarto capítulo se dedica, uma vez que procura apresentar a rede de sentidos que aponta para o embate e legitimação política do discurso da filiação da Andes à CUT. Para tanto, foi necessário considerar o contexto conjuntural em que esta filiação ocorreu.

Por fim, no quinto capítulo, problematiza-se a dissensão da Andes-SN à CUT. Dentre os aspectos abordados, sinalizou-se para as transfigurações das representações identitárias de caráter coletivo nesse período. No contexto conjuntural, visualizam-se três eixos de atuação. O primeiro refere-se ao modo de inserção das instituições sindicais nas relações entre capital e trabalho. O segundo refere-se à relação entre Andes-SN e CUT e ao aparecimento de instituições paralelas a essas duas instituições sindicais: Conlutas e Proifes, decorrente de mudanças ocorridas no cenário político nacional. O terceiro eixo refere-se às práticas discursivas adotadas pela direção sindical em relação à sua base representada e aos limites presentes na atuação dessa direção na sua busca por legitimidade.

CAPÍTULO I

Considerações Metodológicas

1.1 – Constituição do Objeto

A Andes foi fundada no início dos anos 80 como espaço de representação do movimento docente das universidades, no momento em que vários grupos sociais buscavam ampliar seus espaços de atuação, tanto em termos de participação política, quanto em termos de aquisição social.

A hipótese norteadora deste trabalho parte de dois pressupostos. O primeiro refere-se à relação entre governo, Central Sindical e Sindicato, considerando que as implicações presentes, tanto na filiação, quanto na desfiliação Andes e CUT operam na órbita conjuntural. O segundo refere-se aos desdobramentos decorrentes das transfigurações do contexto histórico. Se, no primeiro momento, a filiação foi resultante da presença de uma rede de sentidos partilhados entre Sindicato/Central Sindical, no segundo momento, a desfiliação foi resultante de ressignificações da rede de sentidos que agregavam esses dois espaços de representação em um mesmo contexto discursivo.

Entende-se que o espaço de representação da CUT foi diretamente afetado pelas transfigurações do campo representativo da esfera estatal. A ascensão do partido de esquerda, com o qual a CUT dos Trabalhadores possui íntimas vinculações históricas, colocou em cheque o lugar de fala dessa instituição com os demais grupos de representação da classe trabalhadora.

Essa dissensão de sentidos presente na relação entre Central Sindical e Sindicato gerou uma desagregação, tanto no primeiro, quanto no segundo grupo. Neste sentido, os conflitos vivenciados no interior da CUT resultam na fundação da

Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), que se coloca como um espaço de oposição à CUT. Por outro lado, as divergências na cúpula sindical do Andes-SN resultaram na formação do Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes).

Por meio de uma análise comparativa, buscou-se a dinâmica social que constituiu os respectivos contextos de filiação e desfiliação de Andes/CUT.

1.2 – Procedimentos Metodológicos

A História Cultural é a área de concentração teórico-metodológica adotada para se pensar nas categorias sociais presentes na análise em questão.

Na relação entre as categorias existentes no campo dos estudos culturais e o objeto de estudo deste trabalho, consideram-se as reflexões teóricas de Chartier e Pesavento para melhor entendimento e adoção da noção de representações sociais. Como o objeto se encaminha para a problemática da identidade de diferentes grupos de trabalhadores, com realidades e práticas distintas, ancorou-se no referencial de Kathryn Woodward, principalmente por se levar em conta que as ações da Andes e da CUT devem ser pensadas no âmbito dos movimentos sociais. Para a análise dos discursos, utilizou-se, como principal fonte, os métodos de Eni Orlandi pela articulação que estabelecem entre discurso e linguagem. Da mesma forma, utilizou-se o trabalho de Fairclough, pela rica contribuição que oferece à análise de discurso crítica, e o de Miranda na análise da constituição discursiva do Movimento Sindical Docente dos docentes universitários.

Segundo Chartier², a História Cultural tem por principal objetivo identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler; o que significa o enfrentamento do desafio teórico-metodológico da compreensão dos *esquemas intelectuais* que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido. Tais esquemas constroem

² CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p.16-17.

as representações do mundo social que são determinadas por interesses dos grupos que as elaboram.

A História Cultural tem permitido localizar a constituição discursiva das relações de poder, os conteúdos ideológicos das práticas de representação social e as estratégias de atuação presentes, tanto nos espaços instituídos pela ordem vigente, quanto naqueles que se apresentam como marginais. Ou seja, por meio dos caminhos apontados por essa área de concentração da pesquisa histórica, tem sido possível avançar para além da narrativa, em busca de uma constante problematização das variantes que instituem certa lógica social.

A psicologia social é, também, considerada, pelos estudiosos da História Cultural, um fecundo espaço de apreensão dos processos de formação das representações sociais, na medida em que essa categoria analítica é tomada como significativa para se pensar nas mediações do indivíduo com seu meio. Assim, a intersubjetividade, no campo da psicanálise, é entendida como elemento mediador na definição do real, significando, identificando e distinguindo os múltiplos espaços de alteridade social.

Pensando na possível contribuição da psicologia social na compreensão do espaço de representação sindical do movimento docente, considerou-se significativa a contribuição de Jodelet³, para quem as representações são constitutivas da realidade social, ou seja, são formas do saber prático que funcionam como mediadoras entre os sujeitos e suas interpretações do real. O homem utiliza-se, invariavelmente, das representações para situar-se no tempo e espaço em que reside, e o modo como se definem está condicionado ao lugar de fala dos sujeitos que a constituem.

Para Pesavento⁴ a representação não é, necessariamente, o modo como a realidade se apresenta, mas a forma como a interpretamos e os significados que lhe atribuímos. Neste sentido, a representação define a forma como o homem interpreta sua realidade e constitui, a partir desta, os discursos, as instituições, os ritos e as imagens presentes no seu cotidiano.

³ JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____ (Org.) *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p.17.

⁴ PESAVENTO, Sandra Jathay. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 39-43.

Definindo e integrando nosso imaginário social, as representações dão sentido ao real. Este, por sua vez, define o campo simbólico que seleciona, exclui, identifica e situa o homem em seu meio social⁵. O imaginário afeta os sujeitos e suas posições políticas.

Os sentidos elaborados e partilhados socialmente são, historicamente, produzidos e esquecidos, mas permanecem retidos no inconsciente e são evidenciados no momento em que são retomados pelos indivíduos por meio da linguagem, extrapolando a intencionalidade discursiva dos sujeitos⁶.

A força das representações está na sua capacidade de produzirem legitimidade. O reconhecimento e a legitimação das representações consolidam um campo de forças, em que aquele que detém o “poder simbólico” de agir e fazer crer detém também o controle da vida em sociedade, estabelecendo classificações e definindo princípios normativos que firmam as práticas discursivas.

Para efeitos da análise do discurso, Orlandi distingue a língua da lingüística, visto que esta última reelabora a noção de sujeito e a forma de análise da linguagem. Nestes termos, a história tem seu real afetado pelo simbólico, que cria a distinção de sentidos atribuídos ao fato. Esses múltiplos sentidos afetam o sujeito discursivo por meio do inconsciente e da ideologia, visto que não tem controle sobre o modo como o real da história o afeta⁷.

Assim sendo, a noção de discurso nega o esquema de comunicação elementar que se define a partir da relação direta e linear entre emissor, receptor, código, referente e mensagem. Na análise discursiva, o processo de significação não é estanque, mas simultâneo, entre sujeito e sentido. Este, por sua vez, manifesta-se de formas múltiplas e variadas, extrapolando os limites da simples transmissão de informações.

Para Fairclough⁸, o discurso é resultado da constante interação entre prática social e constituição lingüística. Sob essa perspectiva, o texto não representa a

⁵ Ibid., p. 43.

⁶ ORLANDI, Eni P. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 1999. p. 22.

⁷ Ibid., p. 20.

⁸ FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança Social*. Trad. Magalhães, Izabel. Brasília: UnB, 2001.

expressão literal da realidade, mas parte constituinte daquilo que é entendido como tal.

Na relação empírica com o objeto de estudo, o autor aponta para o que ele denomina Análise de Discurso Crítico (ADC), em que;

aborda, o discurso, tridimensionalmente, ou seja, nas dimensões 'texto', 'prática discursiva' e 'prática social'. O texto, em sentido estrito, é o produto escrito ou falado do processo de produção textual. A prática discursiva compreende os processos de produção, distribuição e consumo do texto. A prática social engloba as circunstâncias societárias e institucionais do evento discurso; bem como os modos de como elas moldam a natureza da prática discursiva e são moldados por essa mesma prática⁹.

Quanto ao presente objeto de estudo, a Análise do Discurso Crítica será adotada como referência na busca dos sentidos partilhados, no campo das relações entre práticas discursivas e práticas sociais e na interação entre Andes/Proifes, CUT/Conlutas e Andes/Conlutas.

Na busca dos significados atribuídos à prática docente, autores como Giroux, Bobbio e Sartre foram adotados como referência, bem como autores que pensam a relação entre movimento sindical e identidade docente. Dentre eles destacam-se, Lúcia Rabello de Castro, Álvaro Moreira Hypolito e Márcia Fantinatti.

Na análise conjuntural das relações entre capital e trabalho e na constituição identitária dos movimentos sociais, Santos, Ricardo Antunes, Cattani, Ângela de Castro, Eder Sader e Fernando Costa contribuíram, de modo significativo, para a visão contextual do objeto em questão.

Cabe esclarecer que não se considerou as análises dos autores referendados na análise conjuntural como algo naturalmente instituído. Considerando a academia o lugar de fala comum atribuído a todos eles, qualificou-se a fala desses autores como parte do campo representacional no qual se insere nosso objeto.

⁹ MIRANDA, Iderval de Lima. *Legitimação e deslegitimação no discurso sindical docente*. 1998. p. 28. Tese (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística da Universidade de Brasília, Brasília.

1.3 – Tratamento das Fontes

No primeiro momento da pesquisa, pensou-se em trabalhar com a possível relação entre sindicalismo e academia, adotando como base de sentidos as interpretações dos autores que falam sobre o Movimento Sindical Docente. Para tanto, buscou-se, por meio dos relatórios e entrevistas, os sentidos atribuídos, tanto pela cúpula sindical, quanto pela base sindicalizada ao processo de filiação e desfiliação, situando-os nos seus respectivos contextos históricos.

Por meio de uma pesquisa desenvolvida sobre o conteúdo presente nos relatórios dos congressos anuais, identificou-se um corpo temático que integra e orienta a estrutura textual de todos os relatórios, dando-lhes uma forma relativamente semelhante.

Primeiramente, observa-se que os relatórios apresentam a proposta de análise conjuntural referente ao momento em que foram escritos. No segundo momento, trabalha-se com questões relativas às relações entre Estado e educação. Por fim, apresentam-se questões de ordem institucional como, por exemplo, a relação entre sindicato e docência.

Por meio de um levantamento sobre o número de relatórios produzidos, verificou-se que o Andes-SN tinha produzido, até o ano de 2005, vinte e cinco durante os seus congressos anuais, e quarenta e oito, nos conselhos nacionais das associações docentes (Conad) promovidos semestralmente. Cada um desses relatórios apresentou uma média estrutural que varia entre cento e cinquenta e quatrocentas laudas. Neste sentido, em virtude do volume de informações presentes em nossas fontes, optou-se por trabalhar com relatórios, cujo conteúdo temático fizesse menção aos marcos referendados pela análise. São eles: os relatórios dos V, VII e VIII congressos, que tratam da filiação, e os relatórios dos XXI, XXIII, XXIV e XXV congressos, que referendam a desfiliação.

Os congressos do Andes-SN são tomados como marco da pesquisa e como fonte principal de análise dos discursos por expressarem a vontade, os embates e as deliberações da categoria de professores universitários. Segundo o estatuto do Andes-SN, “o Congresso é a instância deliberativa máxima do Andes-Sindicato

Nacional”¹⁰. Dentre as atribuições do Congresso estão: elaborar o regimento das eleições da diretoria, decidir sobre a filiação do Andes-SN, referendar ou homologar a constituição de sessões sindicais, criar comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes.

Na pesquisa desenvolvida, a despeito do conteúdo temático dos relatórios produzidos durante os congressos anuais, observou-se a recorrência de uma estrutura que se repete quase que invariavelmente. Assim, temos que o relatório do VIII Congresso, momento em que se deu a filiação, foi elaborado em 1989 e está constituído sobre o seguinte quadro temático:

- 1 – Conjuntura Nacional.
- 2 – Indicativo de Filiação à CUT.
- 3 – Política Educacional.
- 4 – Organização do Andes-SN.
- 5 – Organizativas Financeiras.
- 6 – Relações Internacionais.
- 7 – Questões Setoriais.

No item sobre conjuntura nacional, são abordadas questões relativas ao Plano de Verão (Governo Sarney) e ao fortalecimento dos partidos de esquerda em virtude do processo de redemocratização. No que se refere à política educacional, são tratadas questões referentes às Diretrizes e Bases da Educação, além de uma análise sobre o papel da gestão democrática. Nos textos relativos ao processo de filiação à CUT, este é interpretado como uma estratégia capaz de promover o fortalecimento e a ampliação do espaço de representação sindical docente. Nas questões setoriais, são trabalhados temas referentes à estrutura administrativa e às estratégias de atuação do Andes-SN no campo das reivindicações da categoria no governo.

O relatório do XXIV Congresso, realizado em 2005, quando ocorre a desfiliação, integra em seu conteúdo temático:

¹⁰ ANDES. Estatuto (consolidado e atualizado até o XXIV Congresso – Curitiba. 2005).

- 1 – Plano geral de lutas, eixos e bandeiras.
- 2 – Questões organizativas e financeiras, alteração do estatuto da Andes.
- 3 – Políticas sociais; política sindical, carreira docente, etnia e gênero, política de financiamento e de autonomia das universidades.

Visando maior compreensão da rede de sentidos que constroem e reconfiguram o processo de filiação e desfiliação do Andes-SN à Cut, permitindo identificar percepções e entendimentos diferenciados sobre a sindicalização, o corporativismo e as especificidades da relação docência/militância, fomos além da análise documental, com a realização de uma série de entrevistas com pessoas que estiveram, de alguma forma, ligadas ao nosso objeto de estudo durante o período histórico analisado¹¹. Dentre elas, encontram-se o professor Sadi dal Rosso¹², Rodrigo Dantas¹³, Marina Barbosa¹⁴ e Dóris Santos¹⁵. Tal prática nos auxiliou na visualização dos sentidos recorrentes nesse contexto representacional e, conseqüentemente, contribuiu para com a ampliação do foco de visão sobre a rede de sentidos partilhados na constituição do objeto referendado.

A pesquisa documental, da mesma forma que as entrevistas, foi tratada como fonte primária.

Como fonte primária, em virtude da ampliação do nosso foco analítico, utilizamos também os textos publicados pelo Andes-SN em seus relatórios, produzidos anualmente nos congressos promovidos pela associação, publicações vinculadas aos meios de comunicação em rede (internet), o Estatuto do Fórum Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes) e publicações da CUT e da Conlutas, na medida em que são parte do contexto no qual se insere o

¹¹ As entrevistas foram realizadas no mês de abril de 2006. Aos entrevistados, foram apresentadas questões relacionadas à tipicidade do trabalho docente, à condição do movimento sindical brasileiro no último quarto do século XX, à relação instituída pelo Andes-SN com sua base representada e, por fim, às implicações, tanto da filiação, quanto da desfiliação, no meio de atuação em que o movimento sindical está inserido.

¹² Sadi dal Rosso foi presidente do Andes-SN (1988-1990) no período em que se consolidou a filiação entre Andes e CUT. É professor de Sociologia do Trabalho na UnB.

¹³ Rodrigo de Souza Dantas Mendonça Pinto é professor de filosofia na UnB e dirigente da Associação dos Docentes Universitários de Brasília (Adunb).

¹⁴ Marina Barbosa Pinto era presidente do Andes-SN no período em que se dera a desfiliação (2004-2006) entre este e a CUT.

¹⁵ Dóris Santos Farias é pós-doutorada em Antropologia Biológica, professora da UnB e Assessora-chefe da reitoria da UnB.

nosso objeto de estudo, estabelecendo uma relação direta com os direcionamentos adotados pelo Andes-SN no seu campo de atuação social.

Os textos que compõem os relatórios do Andes-SN, produzidos durante os congressos anuais, foram subdivididos em duas categorias. A primeira refere-se ao conjunto de textos produzidos pelas seções sindicais, apontando para os seus posicionamentos acerca das questões apresentadas pelo sindicato nas assembleias coletivas. A segunda categoria se expressa no conjunto de textos nos quais essa associação sindical se posiciona acerca das questões abordadas e resoluções tomadas durante os congressos.

Com base nesses dados, dividiu-se também os lugares de fala, presentes na composição do relatório elaborados durante os Congressos anuais do Andes-SN. Aos textos produzidos pela direção sindical do Andes-SN, atribui-se o lugar do discurso sindical vigente. Aos textos das seções sindicais, atribui-se o lugar da base representada, na medida em que se identificaram divergências entre os posicionamentos adotados pelo Andes-SN e a análise exposta pelos textos, que expressam o posicionamento das seções sindicais. Visou-se, com isso, identificar a diversidade de sentidos presentes nos posicionamentos daqueles que integram a base sindicalizada em relação às deliberações adotadas pela direção do Andes-SN.

Os autores que analisam a docência sob vários aspectos (na construção de sentidos atribuídos à sua prática, na relação entre militância e academia e na própria constituição das práticas discursivas instituídas pelo Movimento Sindical Docente, no âmbito das relações com a sua base sindicalizada, com a Central Sindical e com o governo) foram tratados como fontes secundárias, considerando a intenção desses autores de depreender um caráter acadêmico à sua análise.

No decorrer desta pesquisa, percebeu-se que as questões referentes à filiação e à desfiliação Andes/CUT envolviam aspectos de ordem conjuntural. Neste sentido, fomos levados a ampliar nosso foco de estudo para o espaço de formação de outras duas organizações representativas, a Conlutas, cujo espaço de representação se antepõe à CUT, e o Proifes, que se colocará como alternativa para os docentes das instituições federais, filiados ao Andes-SN.

CAPÍTULO II

A prática docente no campo das representações sociais

2.1 – Significando a prática docente

Na pesquisa sobre o Movimento Sindical Docente das Universidades, faz-se necessária uma reflexão sobre o perfil dos membros que integram esse movimento sindical, seu espaço de constituição identitária e suas especificidades em relação aos demais grupos sindicais.

A Andes foi fundada no meio acadêmico, fato que nos levou a questionar sobre as representações elaboradas no contexto discursivo dessa instituição sindical para definir a prática docente. Quais seriam as matizes presentes no discurso que envolve noções, como militância e academia?

A imagem do intelectual aparece, de forma recorrente, na análise daqueles que se propuseram a refletir a respeito da relação entre militância e academia. Neste sentido, o caráter intersubjetivo do movimento sindical no meio acadêmico está intimamente ligado a esse perfil social. Ou seja, a idéia de ser ou não considerado um intelectual no meio acadêmico está intimamente ligada à noção de identidade social e representação coletiva.

O debate sobre a relevância da presença do movimento sindical no meio acadêmico se faz por meio desses atores sociais, divididos entre aqueles que defendem a pertinência da relação entre academia e militância e aqueles que divergem, por completo, dessa possível interação.

Buscou-se, por meio desse debate, identificar as fontes de sentidos que nutrem as divergências presentes nas representações do Movimento Sindical Docente no meio acadêmico.

Bobbio¹⁶ esclarece que o termo *intelectual* surgiu na Rússia czarista, significando antagonista ao poder. Pensando-se sob uma perspectiva coletiva, os intelectuais seriam um conjunto de pessoas que se opõem à ordem vigente, na medida em que adquirem consciência de si mesmos como camada social com funções e prerrogativas próprias. Na condição de críticos a toda e qualquer forma de domínio exercido por meios coercitivos, propõem o domínio do campo das idéias sobre as tradicionais formas de exercício do poder.

Sartre, em sua análise sobre o papel dos intelectuais nas sociedades modernas capitalistas, faz uma distinção entre intelectuais e técnicos do saber. Os primeiros seriam aqueles que, apesar de terem sua formação oriunda das opções de formação profissional relacionadas à elite dominante, como, por exemplo, os médicos, advogados e professores, criticam a ordem vigente e a ideologia que a fundamenta. Os segundos são aqueles que trabalham no campo restrito da execução de tarefas que seu ofício lhes impõe, sem questionar a ordem vigente.

O intelectual, segundo Sartre, constitui-se no espaço da contradição. Ele não consegue estabelecer uma relação plenamente identitária com nenhuma das classes com as quais se relaciona. Apesar de discursar, muitas vezes, em defesa das classes menos favorecidas, é visto com desconfiança por elas em virtude de sua origem social. Sendo assim, permanece ancorado no espaço da classe média, sem, contudo, partilhar plenamente de seus anseios “por não viver as contradições do mito e do saber, do particularismo e da universalidade”¹⁷.

Bobbio, assim como Sartre, também atribui às classes burguesas o espaço de origem dos intelectuais, evidenciando os paradoxos das relações identitárias instituídas por esse grupo social. Entretanto, ressalta a heterogeneidade desse grupo social, a diversidade de suas concepções de mundo, suas tendências ideológicas e suas práticas sociais.¹⁸

Bobbio questiona as implicações do engajamento político intelectual. Dividindo o grupo de intelectuais em duas subcategorias, os “ideólogos e os

¹⁶ BOBBIO, Noberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1997. p. 122.

¹⁷ SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994. p. 32-39.

¹⁸ BOBBIO, op. cit, p.116.

expertos”, o autor analisa o papel desenvolvido por cada um desses grupos e aponta para um outro meio de atuação do intelectual em seu meio social: a prática da moral, diretamente ligada aos valores da consciência ética social.

Utilizando como critério “a diversa tarefa que desempenham como criadores ou transmissores dos conhecimentos politicamente relevantes”, Bobbio define os ideólogos como intelectuais que elaboram seus princípios a partir daquilo que justifica uma ação, valorizando o fim em detrimento dos meios. Nesta categoria estariam os humanistas e filósofos.

Os intelectuais, denominados pelo autor de “expertos”, seriam aqueles que buscam desenvolver o instrumental técnico mais “eficiente” para se obter um determinado resultado. Priorizam o racionalismo prático visando os meios em detrimento dos fins, atuando, deste modo, na área técnica de um determinado contexto estrutural.¹⁹

Bobbio chama a atenção para a necessária e constante interação entre esses dois campos de saberes na dinâmica do desenvolvimento social. Como exemplo, pode-se pensar no ideólogo que filosofa sobre possíveis alternativas de governo, recorrendo às noções técnicas e aos possíveis meios para se chegar a esse fim. Da mesma forma, há o “experto” que pensa no fim para sua prática técnica.

O predomínio de um desses campos discursivos em detrimento do outro geraria, segundo o autor, um desequilíbrio social. A soberania da utopia representaria o triunfo da ideologia, enquanto que o fim da ideologia representaria o triunfo do tecnicismo²⁰.

Bobbio²¹, em sua análise sobre a relação entre política e intelectuais, defende que há duas esferas que se movimentam em direções diametralmente distintas: o intelectual que trabalha no campo das idéias e o político, na prática de execução. Cabe ao primeiro a tarefa de agitar idéias, levantar problemas, elaborar programas, ou apenas teorias gerais. Quanto ao segundo, cabe-lhe tomar decisões, no contexto

¹⁹ Ibid., p. 72.

²⁰ Ibid., p. 75.

²¹ Ibid., p. 122.

em que reside, atuando na delimitação dos espaços discursivos e na prática ideológica.

Assim, institui-se um espaço antagônico entre intelectualidade e política. Tomando como referência o seu papel social de servir à cultura do meio em que reside, o intelectual encontra-se na armadilha pragmática de optar por uma ou outra posição em relação ao meio em que está inserido, pois, “na medida em que os intelectuais se fazem mais políticos, traem a cultura, na medida em que se recusam a fazer-se político, a inutilizam, ou traidor ou inutilizador”²².

Diante desse impasse, o autor propõe o redimensionamento desse espaço de atuação do intelectual para o campo moral, naquilo que ele chama de “força da consciência moral”. Divergindo, assim, da inserção do intelectual na prática política, os valores morais estão para além das paixões partidárias, sendo o lugar onde reside o humanismo e o ideal de civilidade.²³

Entendendo ideologia como espaço de inversão, Sartre atribui ao intelectual o papel da desconstrução das representações instituídas pela ordem vigente. Nesse sentido, o intelectual não deve permanecer na busca por uma aparente neutralidade, de modo contrário, deve posicionar-se com relação às práticas discursivas presentes em seu meio social, “promovendo a universalidade do saber”²⁴ e a justiça social, por meio do engajamento político.

Quanto à tipicidade do trabalho docente e aos significados atribuídos à sua prática, pode-se adotar como marco de distinção a análise de um autor que, tanto diverge da identificação da prática docente como trabalho proletário, quanto propõe a ressignificação dos sentidos atribuídos ao seu campo de atuação social. Giroux²⁵ busca a constituição do significado de docência no espaço discursivo das práticas pedagógicas, identificando na inter-relação entre ideologias sociais e discurso pedagógico o espaço de representação social docente.

²² Ibid., p. 22.

²³ Ibid., p. 29.

²⁴ SARTRE, op. cit. p. 49-53.

²⁵ GIROUX, Henry A. *Os professores como Intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Trad. Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

Apesar de adotar como foco de análise o contexto social norte-americano, é possível identificar, entre a análise de Giroux e as dos demais teóricos que estiveram analisando a temática em questão, uma rede comum de sentidos atribuídos ao trabalho docente. O autor identifica elementos comuns, presentes na constituição dos paradigmas da prática pedagógica, tanto em dimensão local quanto global, visto que representam a expressão das práticas ideológicas instituídas pela ordem social vigente contemporânea.

Na sua análise das teorias pedagógicas que estiveram orientando as práticas discursivas sobre o significado da escola e seus possíveis espaços de interação social, Giroux aponta para duas tendências significativamente distintas entre si: a pedagogia tradicional e a pedagogia crítica.

Na primeira, a escola é definida sob uma ótica instrumental, exercendo, essencialmente, o papel de “transmissora” de um conhecimento técnico, no sentido de preparar o indivíduo para lidar com a lógica social instituída pelo sistema capitalista. Os tradicionalistas se recusam a interrogar a natureza política do ensino, “através da atitude paradoxal de despolitizar a linguagem do ensino e ao mesmo tempo reproduzir e legitimar as ideologias capitalistas.”²⁶

A segunda tendência questiona, na visão do autor, os regimes de verdades produzidos no campo da teoria tradicional.

Contrários à alegação conservadora de que as escolas transmitem conhecimento objetivo, os críticos radicais desenvolveram as teorias do currículo oculto, bem como as teorias da ideologia, que identificam os interesses específicos que subjazem às diferentes formas de conhecimento. Ao invés de encarar o conhecimento escolar como algo objetivo, a ser simplesmente transmitido aos estudantes, as teorias radicais alegam que o conhecimento é uma representação particular da cultura dominante, um discurso privilegiado que é construído através de um processo seletivo de ênfase e exclusões²⁷.

Contudo, a teoria crítica, na visão do autor, não foi capaz de elaborar práticas de atuação eficientes para a redefinição do espaço pedagógico instituído pelos tradicionalistas. Neste sentido,

²⁶ Ibid., p. 25.

²⁷ Ibid., p. 26.

Apesar de suas profundas análises teóricas e políticas da escolarização, a teoria educacional radical sofre de algumas deficiências graves, a mais séria das quais é seu fracasso em ir além da linguagem da análise crítica e da dominação. Isto é, os educadores radicais continuam presos a uma linguagem que liga as escolas principalmente às ideologias e práticas da dominação, ou aos parâmetros estreitos do discurso da economia política²⁸.

Segundo o autor, existe ainda uma íntima relação entre a crise no cenário educacional contemporâneo e os valores atribuídos à prática docente.

O reconhecimento de que a atual crise na educação tem muito a ver com a tendência crescente de enfraquecimento dos professores em todos os níveis da educação é uma precondição teórica necessária para que eles efetivamente se organizem e estabeleçam uma voz coletiva no debate atual²⁹.

A prática docente, neste sentido, pode representar um espaço de conservação ou de transformação do próprio entendimento sobre o papel da escola na sociedade. Com base nesta compreensão, Giroux define o professor como um intelectual transformador, capaz de ressignificar o discurso ideologicamente instituído e contribuir para com a formação de cidadãos ativos e conscientes.

Dentro deste discurso, os professores podem ser vistos não simplesmente como operadores profissionalmente preparados para efetivamente atingirem quaisquer metas a ele apresentadas. Em vez disso, eles deveriam ser vistos como homens e mulheres livres, com uma dedicação especial aos valores do intelecto e ao fomento da capacidade crítica dos jovens. Fornecendo também, uma crítica teórica das ideologias tecnocráticas e instrumentais subjacentes à teoria educacional que separa a conceitualização, planejamento e organização curricular, dos processos de implementação e execução³⁰.

Para o autor, os papéis atribuídos à prática docente deveriam ser ressignificados, ao invés de compreendidos, de acordo com os moldes da teoria tecnocrática, como meio de instrumentalização e aplicação dos saberes. A prática pedagógica é, então, entendida como um espaço para se pensar na própria constituição do saber como prática discursiva que, na sua aplicabilidade, amplia as condições de elaboração dos saberes instituídos. No entanto, para isso acontecer, seria necessário que os professores, como intelectuais, compreendessem “como as

²⁸ Ibid., p. 27.

²⁹ Ibid., p. 158.

³⁰ Ibid., p. 161.

subjetividades são produzidas e reguladas através de formas sociais historicamente produzidas e como estas formas levam e incorporam interesses particulares”³¹.

2.2 – Prática Docente e Movimento Sindical

Neste ponto da análise, atentaremos para as matizes discursivas que apresentam um campo significativo que interfere na prática docente. Considerando nosso contexto social histórico, cabem algumas questões inquietantes: quais os sentidos que integram a representação da prática docente? Em que medida os professores comungam e/ou divergem entre si no âmbito do discurso sindical docente?

Na visão de Hypollito³², encontram-se, na prática docente, no contexto social brasileiro, duas tendências constituídas por meio de matizes discursivas essencialmente distintas. No primeiro momento, quando a igreja ainda representava um importante espaço de disputa ideológica nos conflitos político-religiosos, informando e modelando as práticas no mundo contemporâneo, vocação e sacerdócio eram as principais fontes de sentidos que expressavam o significado da prática docente. Para Hypollito:

a concepção do magistério como vocação/sacerdócio foi construída por razões político-religiosas conservadoras e autoritárias (...) a origem dessa concepção pode ser buscada no século XVI, quando se abriram escolas elementares para as camadas populares. Esta abertura visava fundamentalmente à leitura dos textos religiosos e, com isso, à manutenção da influência que a igreja exercia sobre os intelectuais e grande massa da população.³³

Num segundo momento, esses sentidos passaram a ser ressignificados com a inserção do discurso liberal moderno:

Surgem, entre 1830 e 1848, movimentos de professores que se caracterizavam pela adoção de princípios liberais; pela luta por organização profissional e especialização de funções não-

³¹ Ibid., p. 31.

³² HYPOLITO, Álvaro Moreira. *Trabalho docente, classe social e relações de gênero*. São Paulo: Ed. Papyrus, 1997.

³³ Ibid., p. 18.

escolares; pela busca de autonomia da categoria; e pela emancipação da tutela do Estado e da Igreja.³⁴

Discurso liberal e discurso religioso representaram espaços antagônicos no campo das representações do magistério. Enquanto a religião define a prática docente como expressão de uma essencialidade vocacional, os princípios liberais buscam a inserção dessa mesma prática na dinâmica das relações produtivas do sistema capitalista.

Para Fantinatti³⁵, o Movimento Sindical Docente das universidades se constituiu no espaço da contradição discursiva, integrando teoria classista e ideologia meritocrática em um mesmo campo discursivo. Ou seja, esses dois campos discursivos estiveram, ao longo do tempo, orientando os significados das ações coletivas, situando, legitimando ou mesmo reordenando os sentidos partilhados nesse espaço de representação coletiva.

Para se analisar a influência das idéias meritocráticas na constituição discursiva do Movimento Sindical Docente das Universidades, faz-se necessária, primeiramente, a compreensão dos significados que definem e legitimam o discurso meritocrático.

Barbosa³⁶ define meritocracia, sob o ponto de vista ideológico, como um conjunto de valores que postulam as posições individuais na sociedade em virtude do mérito de cada um.

A meritocracia, segundo a autora, pode ser interpretada em duas dimensões, afirmativa e negativa. Na política, por exemplo, ela assume uma dimensão negativa, entendida como um conjunto de valores que rejeitam toda e qualquer forma de privilégio hereditário e corporativo, “valorizando as pessoas por suas trajetórias e biografias pessoais”³⁷.

³⁴ Ibid., p. 20.

³⁵ FANTINATTI, Márcia Maria Corsimoreira. *O movimento docente na universidade pública*. Campinas, São Paulo: Alínea, 2001.

³⁶ BARBOSA, Lívia. *Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 22.

³⁷ Ibid., p. 22.

Na dimensão afirmativa, utiliza-se como critério para a estruturação social, o conjunto de valores, habilidade e esforços individuais. Neste sentido, do ponto de vista das representações, a meritocracia é um consenso.

Sob uma perspectiva histórica, a autora analisa o discurso meritocrático em dois espaços discursivos distintos: no contexto da modernidade, a partir da política de bem-estar e no discurso neoliberal. Na política de bem-estar, apesar de favorecer a existência do perfil do homem “reativo, acomodado, que espera da ação do Estado e da sociedade a solução para seus problemas”,³⁸ acreditava-se que, além das relações sociais, o desempenho individual também seria um fator preponderante no progresso individual. Ou seja, a ideologia meritocrática ainda se faz presente no estado de bem-estar. Contudo, o seu peso ideológico é significativamente distinto daquele presente no discurso neoliberal. Neste se atribui, exclusivamente aos indivíduos, a responsabilidade pelos resultados de suas vidas, ignorando quaisquer variáveis. Sob esse ponto de vista, os sucessos são proporcionais aos talentos e habilidades dos sujeitos, independentemente dos contextos em que estes se encontram.

Nas derivações resultantes da diferença entre sistemas meritocráticos e ideologias meritocráticas, a autora busca as especificidades do contexto contemporâneo. Assim, nas sociedades nas quais a meritocracia é adotada como sistema social, os esforços e talentos pessoais são utilizados como um critério lógico de ordenação social, reconhecimento público ou meio de se posicionar em uma determinada hierarquia. No entanto, a prática meritocrática, em nosso contexto, é circunstancial, ou seja, não é adotada como a base da dinâmica e lógica de estruturação social em todas as suas instâncias.

Nos lugares onde a meritocracia é tomada como base ideológica, ela passa a fundamentar todas as relações sociais, que implicam em “prestígio, honra, *status* e bens, baseadas nos princípios de valoração daqueles que são considerados os melhores”³⁹. É, portanto, expressivamente distinta, a estruturação dos espaços sociais que utilizam a meritocracia como sistema para determinados fins, daqueles que se estruturam a partir da ideologia meritocrática.

³⁸ Ibid., p. 29.

³⁹ Ibid., p. 31.

Meritocracia e igualdade estão intimamente relacionadas, na medida em que a segunda é condição para que a primeira se institua. No contexto social brasileiro, de modo bastante singular, os princípios da igualdade e da meritocracia mesclam-se, formando um corpo discursivo que integra, de modo antagônico, esses dois espaços discursivos. “Para alguns fins a constituição brasileira aponta para a hierarquização, baseada no *status* e na posição econômica; em outros, para um sistema meritocrático e igualitário”⁴⁰, constituindo, do ponto de vista formal e jurídico, critérios que se encontram combinados apenas na prática social brasileira.

A noção de meritocracia, deste modo, faz-se presente nos interditos de nosso contexto sociocultural, tanto na estruturação social quanto nas relações de poder que dela derivam. Assim, o poder por hereditariedade e a aquisição econômica coexistem com os sistemas meritocráticos e igualitários, partilhando de uma mesma rede discursiva a partir de lugares diferentes e com interesses diferentes.

Fantinatti denomina o movimento sindical docente das universidades de “Sindicalismo de Classe Média”, fato que, segundo ela, distingue, de modo importante, a Andes das demais instituições sindicais integradas à CUT.

Porém, antes de se pensar no sindicalismo de classe média, é necessário se buscar, na análise da autora, o modo como ela entende a noção que define esse conceito. Em sua análise, afirma que, em virtude da diversidade social constitutiva do atual mundo do trabalho, existem várias divergências na orientação dos sentidos atribuídos à noção de classe média. Por um lado, poder-se-ia situá-la fazendo menção apenas à posição que esses indivíduos ocupam no contexto da materialidade produtiva. Mas, para Fantinatti, a classe média estaria ligada aos setores improdutivos da sociedade, constituída de uma ampla gama de trabalhadores das mais diferentes profissões, como os advogados, vendedores ambulantes, professores e trabalhadores do transporte.⁴¹

No campo da construção identitária, o Movimento Sindical Docente das universidades teria “forjado” um espaço de representação que, ancorado na teoria da luta de classe, institui uma relação antagônica entre Estado e movimento

⁴⁰ Ibid., p. 50.

⁴¹ FANTINATTI, op. cit. p. 18.

docente, amplia seu espaço de identificação com os demais movimentos sindicais, ao mesmo tempo em que preserva, em sua base discursiva, os elementos da ideologia meritocrática. Dessa forma, segundo a autora, “os sindicatos de classe média se distinguem dos demais pelo apego à ideologia meritocrática, fundada na mistificação dos dons e méritos individuais.”⁴²

Meritocracia e sindicalismo, para Fantinatti, ancoram seus sentidos em espaços discursivos distintos, ou mesmo antagônicos. Enquanto que a primeira legitima-se no espaço da diferença, relacionada à idéia de mérito e, portanto, fundamentada no plano do individualismo, o sindicalismo representa a aquisição no plano da coletividade dos trabalhadores.⁴³

A rejeição ao movimento sindical é um dos possíveis efeitos da ideologia meritocrática, entretanto, convencidos da necessidade de organizarem-se para fins reivindicativos, os trabalhadores podem aderir ao sindicalismo, deslocando, do espaço do indivíduo para o espaço da profissão, o princípio que fundamenta a noção de mérito. Com isso, o sindicalismo meritocrático é marcado pelo corporativismo profissional, o espaço de identificação coletiva se restringe ao espaço profissional, defendendo as desigualdades salariais, legitimadas pela suposta hierarquia de profissões.⁴⁴

Partindo da relação entre discurso sindical e ideologia meritocrática, pode-se questionar o presente objeto de estudo: como se articulam prática sindical e Ideologia meritocrática, na construção da identidade sindical, para uma categoria profissional, com características específicas, e que não se enquadra na denominação marxista de trabalhadores, tampouco se constituiu como um grupo homogêneo, que partilha valores e interesses comuns? Como a adesão para a reivindicação pode ser denominada de ação sindical?

Com base na análise desenvolvida pelos autores que oferecem suporte teórico à nossa análise, pode-se afirmar que no discurso do movimento sindical dos docentes universitários residem sentidos de ordem classista. Esta é uma

⁴² Ibid., p. 189.

⁴³ Ibid., p. 31.

⁴⁴ Ibid., p. 32.

apropriação do discurso sindical, que se expressa na representação do “técnico do saber”, da mesma forma que os de ordem meritocrática, quando se recorre à tipicidade da prática docente na sua comparação com as demais profissões.

CAPÍTULO III

Sindicalismo no cenário pós-moderno

3.1 – Marxismo e pós-modernidade

A contribuição do pensamento marxista para a modernidade, o seu modo de inserção no cenário pós-moderno, o perfil dos novos movimentos sociais e o processo de formação da CUT e do Andes-SN são os principais aspectos abordados no presente capítulo.

Chevitarese defende que a modernidade se expressa por meio de um conjunto de idéias e perspectivas que a sociedade construiu para si mesma como um ambicioso projeto da “Razão Libertadora”⁴⁵, podendo ser definida como:

A aplicação da racionalidade na organização social prometia a segurança de uma sociedade estável, democrática, igualitária (incluindo o fim de estados teocráticos, de perseguições sociais produzidas pela superstição, de abusos de poder por governantes, etc). A possibilidade de domínio científico representava o aceno de uma ambicionada segurança, que nos afastaria dos infortúnios ligados à imprevisibilidade do mundo natural (desde condições climáticas e de relevo, a doenças físicas e mentais): a natureza deveria submeter-se ao poder da Razão humana⁴⁶.

Para Giddens⁴⁷ a modernidade pode ser definida como um “estilo de vida ou organização social que emergira na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”.

O Estado moderno, segundo o autor, constitui-se a partir de quatro dimensões institucionais distintas: capitalismo, industrialismo, o poder militar e o aparato de vigilância.

⁴⁵ CHEVITARESE, L. As ‘Razões’ da Pós-modernidade. In *Análogos*. Anais da I SAF – PUC. RJ: Booklink, 2001 (ISBN 85-88319-07-1).

⁴⁶ *Ibid.* p. 189.

⁴⁷ GIDDENS, Anthony. *As conseqüências na modernidade*. 4. ed. São Paulo: Unesp, 2004. p. 11.

O capitalismo, representando um subtipo específico das sociedades modernas em geral, pode ser definido como um sistema de produção de mercadorias, centrado na relação entre a propriedade privada, capital e trabalho assalariado. O industrialismo, como instrumento de uso das fontes de energia material, afeta não apenas o local de trabalho, mas o transporte e a comunicação na vida moderna.

A vigilância promove o controle da informação e supervisão social, enquanto o poder militar atua controlando os meios de violência no contexto da industrialização da guerra. O Estado-Nação viabilizou a expansão das instituições modernas, concentrando o poder administrativo para além daquilo que os Estados tradicionais eram capazes de fazer.

A globalização atuará nessas quatro dimensões, exercendo um papel fundamental no processo de consolidação das instituições modernas, transformando a noção de tempo e espaço. “A globalização diz respeito não apenas à criação de sistemas de larga escala, mas também, à transformação dos contextos locais e pessoais da experiência social”⁴⁸.

Uma grande consequência da modernidade estaria no risco de se ignorar os desafios enfrentados pelas instituições modernas. Dentre os desdobramentos possíveis dessa ação continuada, estão o fortalecimento do poder totalitário, o colapso dos mecanismos de crescimento econômico, o conflito nuclear ou guerra de grande escala e a deterioração ou desastre ecológico.

As raízes do debate acerca da crise da modernidade encontram-se na crise cultural que se faz sentir, principalmente, a partir do pós-guerra. O desencanto que se instala na cultura é acompanhado da crise de conceitos fundamentais ao pensamento moderno. “O efeito da desilusão dos sonhos alimentados na modernidade se faz presente em três esferas axiológicas por ela mesma diferenciadas: a estética, a ética e a ciência”⁴⁹.

⁴⁸ Ibid., p. 4-5.

⁴⁹ CHEVITARESE, op. cit. p. 186.

A pós-modernidade seria uma ampla perda de confiança no potencial universal do projeto iluminista e uma reação cultural, ao modo como se desenvolveram, historicamente, os ideais da modernidade. O pensamento pós-moderno significaria, simultaneamente, uma crítica e uma ruptura com a modernidade, com as implicações que atingem desde a vida cotidiana até a produção do conhecimento social.

Santos⁵⁰ entende modernidade como um processo de diferenciação. Para ele, dois tipos distintos de diferenciação ocorreram na modernidade: a diferenciação entre Estado, mercado e comunidade, e a diferenciação entre três tipos de racionalidade: a cognitivo-instrumental, a prático-moral e a estético-expressiva.

O autor aponta para o processo através do qual Estado e mercado estão subordinados à lógica da ciência, lógica essa que é de abstração do conteúdo e de criação de uma lógica de instrumentalização.

Para Avritzer, a originalidade da concepção de modernidade proposta por Santos manifestar-se-á na forma como ele transfere o problema da abstração e das estruturas dos domínios do campo do mercado e do Estado para o campo de ciência e do direito, visto que, para Avritzer, não é no eixo Estado-mercado-comunidade que os problemas da modernidade vão se manifestar, mas no eixo da ciência e do direito⁵¹.

O autor questiona a contribuição da “Utopia Marxista” para a modernidade, ao mesmo tempo em que problematiza a sua presença no cenário pós-moderno.

Para Santos⁵² um dos grandes méritos de Marx foi centrar-se na análise das transformações macrossociais, formulando uma nova teoria da história, o materialismo histórico. Apesar das críticas ao evolucionismo e reducionismo economicista, “o determinismo possibilitou a Marx desenvolver uma série de conceitos (forças produtivas, relações de produção, modo de produção) que lhe

⁵⁰ SANTOS, Boaventura de Souza. *Crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez, 2000.

⁵¹ AVRITZER, Leonardo. Em busca de um padrão de cidadania mundial. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo, n 55-56, p. 10, 2002.

⁵² SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005. Sociólogo – Doutorado em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale – Prof. Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Diretor do Centro de Estudos Sociais.

permitiram proceder a uma análise global da sociedade capitalista e da sua transformação futura,⁵³ um valoroso exemplo da articulação entre a consistência da análise científica e o pensamento utópico, imprescindível ao ideal de superação.

Um dos maiores méritos de Marx foi de tentar articular uma análise exigente da sociedade capitalista com a construção de uma vontade política radical de a transformar e superar numa sociedade mais livre, mais igual, mais justa e afinal mais humana⁵⁴.

A impossibilidade da apropriação literal da utopia marxista nos dias de hoje se dá em virtude do fato de Marx, segundo o autor

Fiel às premissas culturais da modernidade no seu tempo, não ter podido pôr a questão da direção da transformação social fora de um quadro legal de necessidades evolucionistas, convertendo assim a questão da necessidade da direção na questão da direção necessária⁵⁵.

Nessa citação, identificamos o valor utópico atribuído ao pensamento marxista por Santos. O problema, segundo ele, reside no fato de o ideal revolucionário ter permanecido preso e limitado às contingências do materialismo histórico.

Para o autor, da mesma forma que os demais paradigmas da modernidade, o marxismo tornara-se passível de questionamentos, daí a inaplicabilidade das interpretações que apontam para o marxismo como única alternativa de superação aos desafios e contradições do momento em que vivemos.

O marxismo é uma das mais brilhantes reflexões teóricas da modernidade, um dos seus produtos culturais e políticos mais genuínos. Se a modernidade se torna hoje, mais que nunca problemática, o marxismo será mais parte do problema que defrontamos do que da solução que pretendemos encontrar⁵⁶.

Assim, o autor defende que as críticas atribuídas à ciência moderna não poderiam deixar de envolver o pensamento marxista, considerando a sua fé incondicional nessa mesma ciência moderna, no progresso e na racionalidade.

⁵³ Ibid. p. 37

⁵⁴ Ibid. p. 42

⁵⁵ Ibid. p. 37.

⁵⁶ Ibid. p. 35.

Um dos problemas presentes na apropriação literal da análise marxista refere-se à insustentabilidade do reducionismo econômico presente nas idéias de Marx. As críticas a esse reducionismo assentam-se em duas razões: a explicação pela estrutura econômica seria a primeira delas, segundo a qual os fenômenos de natureza política e cultural são transformados em epifenômenos, sem vida e dinâmica própria. A segunda razão consiste no fato de o avanço da transição paradigmática tornar cada vez mais difícil a distinção entre o político, o econômico e o cultural. Contudo:

a insustentabilidade do reducionismo econômico não significa que a estrutura econômica não tem valor crucial, significa apenas que tal valor não pode ser determinado a priori e que, tendo de ser aferido empiricamente, pode variar de processo histórico para processo histórico⁵⁷.

Para Castoriadis⁵⁸, a teoria econômica de Marx não foi capaz de dimensionar, em todos os seus contornos, a história da economia capitalista do século XX. Neste sentido, para o autor:

a experiência econômica dos últimos cem anos não mostra, nos países capitalistas desenvolvidos, nem a pauperização do proletariado, nem o aumento secular do desemprego, nem a queda da taxa de lucros, menos ainda uma diminuição do desenvolvimento das forças produtivas cujo ritmo, ao contrário, acelerou-se em proporções anteriormente inimagináveis⁵⁹.

Para o autor, o descompasso entre a teoria marxista e a realidade histórica tornara o marxismo insustentável, tanto em suas premissas quanto em sua estrutura, fato que inviabiliza a utilização de suas categorias na compreensão da nossa realidade social.

Houve fases da modernidade em que a *práxis* social, inspirada na teoria marxista, assumira um tom efetivamente revolucionário. Em outros momentos, de forma absolutamente contraditória, tornaram-se dogma oficial, legitimando a ordem vigente. Esses dois fenômenos indicam a ambigüidade do marxismo. Ou seja, a teoria marxista assumira diferentes contornos ao longo de sua trajetória, tornando-se, em alguns momentos, ideologia, no próprio sentido que Marx dava a esse termo

⁵⁷ Ibid. p. 38.

⁵⁸ CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1982.

⁵⁹ Ibid. p. 26.

– um conjunto de idéias que se refere a uma realidade não para esclarecê-la e transformá-la, mas para encobri-la e justificá-la no imaginário, tornando-se dogma oficial. Mas a dogmatização da teoria marxista não esteve restrita aos limites institucionais dos países socialistas, “tornando-se ideologia também enquanto doutrina das várias seitas que a degenerescência do marxismo oficial fez proliferar”⁶⁰.

Isso significa que a prática militante não estivera a salvo dos problemas inerentes à apropriação dogmatizada da teoria marxista, fato que tornara ainda mais acentuado o descolamento da teoria em relação ao “desenvolvimento histórico real.”⁶¹

Para Santos, houve um profundo desalinho entre a dinâmica revisionista do meio acadêmico e a *práxis* militante desenvolvida pelos movimentos marxistas.

Pode-se dizer que neste período foi a solidez do marxismo que de algum modo se virou contra ele próprio e o desfez no ar. Os sinais de força transformaram-se em sinais de fraqueza. Um dos fatores sociológicos de tal transformação foi, de certo modo, a crescente discrepância entre o vigor e a sofisticação dos debates intelectuais e a mediocridade real do movimento socialista, desertado por uma classe operária muito diferente da que fizera a história do marxismo, estrangulado entre partidos comunistas que só muito tardia e incompletamente descobriram as virtualidades dos regimes democráticos europeus e partidos socialistas, que preferiam a gestão do capitalismo à transformação do capitalismo e, do mesmo passo e com alguma coerência, dispensaram, a referência matricial ao marxismo.⁶²

A atuação militante sintonizada ao dinamismo da análise acadêmica teria, na visão do autor, dado novos contornos aos limites da prática inerente ao movimento marxista.

Castoriadis, de outro modo, apesar de admitir a relevância da teoria marxista no momento histórico em que foi elaborada, desacredita na superação dos problemas presentes em sua base epistemológica, naquilo que se refere à análise da problemática social contemporânea. Com isso, o autor defende:

Na verdade, é precisamente a elaboração do conteúdo que nos obriga a reconsiderar o método e, portanto, o sistema marxista. Se

⁶⁰ Ibid. p. 22.

⁶¹ Ibid., p. 24.

⁶² SANTOS, op. cit., p. 28.

formos levados a colocar, gradualmente e para terminar brutalmente, a questão do marxismo, é que fomos obrigados a constatar, não somente e não tanto, que tal teoria particular de Marx, tal idéia precisa do marxismo tradicional eram “falsas”, mas que a história em que vivemos não podia mais ser compreendida com a ajuda das categorias marxistas tais quais ou corrigidas, ampliadas etc⁶³

Com isso, para o autor, na medida em que o marxismo deixara de ser revolucionário, no sentido da ação transformadora, aqueles que desejavam continuar na busca por essa ação passaram a questionar-lhe os fundamentos da sua teoria e ação.

3.2 – A ação coletiva em Marx e os novos movimentos sociais

Na visão de Santos, a ação coletiva, como instrumento de transformação social, foi um dos maiores legados da Utopia Marxista, embora seja hoje, curiosamente, um dos pontos mais problemáticos desta análise.

Marx ao contrário dos outros fundadores da Sociologia, atribui aos homens e as mulheres, enquanto classe operária, não só o interesse, mas também a capacidade de transformar por inteiro a sociedade capitalista através da ação revolucionária. Constituídas no seio das relações sociais de produção, na base econômica da sociedade, as classes e as lutas de classe, têm não só a primazia explicativa da sociedade capitalista, como também a primazia da transformação desta.⁶⁴

Para o autor, o mérito de Marx está na sua capacidade de ressignificar o papel social reservado às classes trabalhadoras no campo da análise sociológica, passando da condição de vítimas de um destino inexorável a potenciais agentes transformadores do tempo e do espaço social em que residem.

A dinâmica social do século XX promovera uma série de reordenações no campo das relações sociais, fato que incidira tanto na rede de sentidos atribuídos aos conflitos sociais, quanto no campo representacional das identidades coletivas.

A evolução das classes nas sociedades capitalistas não seguiu o trilho que Marx traçou. (...) Nos países periféricos o campesinato

⁶³ CASTORIARDIS, op. cit., p.25

⁶⁴ SANTOS, op. cit., p. 39.

permaneceu por muito tempo um grande mar social pontado de algumas ilhas – os centros urbanos de classes sociais propriamente capitalistas – a integração nas relações sociais capitalistas foi muitas vezes considerada menos opressiva do que a exclusão delas e, finalmente, as formas de opressão e dominação assentes na raça, na etnia, na religião e no sexo afirmaram-se pelo menos tão importantes quanto as assentes na classe.⁶⁵

A identificação de outras formas de opressão levava os movimentos sociais a redimensionarem os sentidos que estiveram orientando suas práticas sociais. Esses novos movimentos sociais, segundo o autor, apresentam-se como mais uma das resultantes da transição paradigmática da pós-modernidade.

Neste sentido, o autor defende que a mudança paradigmática dos novos movimentos sociais não deve ser interpretada como um obstáculo à superação dos problemas inerentes ao pós-modernismo, mas o vislumbrar de novas perspectivas, questionando e ressignificando a *práxis* social desse período. Ou seja, “a novidade dos NMSs (novos movimentos sociais) não reside na recusa da política, mas, ao contrário, no seu alargamento para além do marco liberal da distinção entre Estado e Sociedade Civil”⁶⁶.

A noção de cidadania assume um tom mais introspectivo. A democracia representativa vai cedendo lugar à democracia participativa ao mesmo tempo em que os movimentos sociais, pautados na orientação classista, perplexos, não encontraram formas de adequação a esse novo cenário social que se apresenta.

O caráter transformador dos novos movimentos sociais não se funda na perspectiva de transformação futura, longínqua e utópica, mas na transformação do hoje, no cotidiano daqueles que vivem oprimidos.

Quanto à relação subjetividade-cidadania, “a emancipação porque lutam não é política, mas, antes, pessoal, social e cultural.”⁶⁷

A CUT e o Andes-SN integram esse cenário de transição. Com isso, questionamo-nos acerca do processo de formação da Central Sindical e da Associação Sindical Docente, inquirindo a despeito do modo como essas instituições

⁶⁵ Ibid. p.40.

⁶⁶ Ibid. p. 263.

⁶⁷ Ibid. p. 261.

têm lidado com os desafios impostos aos movimentos sindicais pela pós-modernidade.

3.3 – CUT e o trabalhismo

Neto e Giannotti⁶⁸ afirmam que a CUT, gestada desde meados da década de 70, foi fundada em 1981. A comissão responsável por sua fundação é organizada nesse mesmo ano, integrando representantes sindicais de diversos lugares do país, com diferentes visões e tendências político-Ideológicas.

O movimento dos trabalhadores, que deu origem à CUT, foi resultado da divisão da organização sindical em duas tendências notadamente distintas. O bloco conhecido como combativo, formado pelos sindicalistas que formaram a CUT, priorizava a atuação da base sindicalizada, a autonomia em relação ao Estado e o distanciamento em relação à estrutura sindical getulista. Os membros do segundo bloco, futuros organizadores do que seria o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), valorizava a superestrutura estatal, que atendia aos parâmetros do modelo getulista, priorizando a cúpula sindical em detrimento de sua base sindicalizada. CGT e CUT se tornaram instituições importantes na disputa do espaço sindical brasileiro da década de 80⁶⁹.

Para os autores, dentre os princípios sindicalistas da CUT, estariam: a orientação classista, a negação à conciliação de classes, a valorização da base sindicalizada, a negação da “tendência cupulista”, a autonomia em relação às deliberações estatais, a democracia interna, o internacionalismo sem alinhamentos e o socialismo como objetivo final da luta sindical.⁷⁰

Para compreendermos melhor os sentidos que orientam essa base ideológica instituída por meio da relação dicotômica entre a “autonomia sindical” e o “modelo getulista”, presente nos discursos das instituições sindicais que emergem dos

⁶⁸ NETO, Sebastião; GIANNOTTI, José Arthur. *CUT: por dentro e por fora*. São Paulo: Papyrus, 1998. p. 6-10.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 13.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 20.

diferentes espaços sociais para a arena política dos anos 80, torna-se necessário relacionar o espaço de representação do sindicalismo, que se funda nas décadas de 1930-1940, com os movimentos sindicais que se instituem durante a década de 1980.

Gomes⁷¹, em sua análise sobre “A invenção do trabalhismo” no Brasil, questiona a noção de cidadania da sociedade brasileira e a relação desta última com os personagens políticos de sua história, que estivera oscilando, na visão da autora, entre a “desconfiança” e o culto carismático da imagem pessoal”.

No Estado Novo, o discurso sobre trabalho redimensiona o significado atribuído à noção de indivíduo, que deixa de ser “máquina de produção”, para tornar-se sujeito atuante no contexto social em que reside. “Trabalhar não é apenas um meio de garantir o sustento material, mas uma forma de ser útil à sua nação”.⁷²

Quanto às relações entre o Estado e as instituições sindicais, durante a primeira metade do século XX, houve, na visão da autora, dois momentos distintos, em termos de orientação ideológica, que fundaram tanto os sentidos da prática sindical, quanto a relação entre o Estado e a classe trabalhadora. No primeiro momento, até meados da década de 20, os anarquistas estiveram presentes na maioria dos movimentos grevistas ou de contestação dos trabalhadores, conseguindo ampliar, de modo significativo, seu espaço de atuação.

Mesmo sendo alvo de críticas dos pensadores anarquistas, em virtude de sua estruturação interna, “conservadora e burocratizada”⁷³, os sindicatos tornaram-se espaços estratégicos na difusão das idéias da corrente ideológica anarquista. Eles foram considerados, pelos anarquistas, um importante espaço de conscientização da classe trabalhadora, embora esse período também tenha sido um momento de intensa repressão que atingiu todo o operariado sindicalizado.⁷⁴

No segundo momento, durante a Era Vargas, o Estado busca, redimensionando os significados atribuídos à prática sindical, a sistematização de

⁷¹ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 7-10.

⁷² *Ibid.*, p. 223.

⁷³ *Ibid.*, p. 77.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 109.

um outro modelo que objetiva instituir a conciliação entre Estado e movimento trabalhista. Uma espécie de “pacto social” entre o trabalhador e o governo. Assim, o sindicalismo Estadonovista representa uma estratégia de “disciplinarização da classe trabalhadora”, ou “governamentalização da sociedade”⁷⁵.

O imposto sindical, a representatividade por categoria profissional e a filiação fizeram parte do projeto de revitalização dos sindicatos adotado pelo Governo Vargas, após os anos de intensa repressão aos sindicatos vinculados ao anarquismo.

O Estado, durante a “Era Vargas”, cria uma série de estratégias no sentido de instrumentalizar o aparato ideológico-governamental na institucionalização dos sindicatos corporativistas. É criada uma comissão técnica de orientação sindical que deveria trabalhar no sentido de reativar o “espírito sindical”, situando-lhe sob uma perspectiva corporativista a partir da sua ampliação, da organização de cursos de formação profissional, da divulgação da postura de cumplicidade e do incentivo do Estado para a formação dessas novas instituições sindicais.

Entretanto, Gomes chama a atenção para o fato de o sindicalismo corporativista, concebido na “Era Vargas”, ter se consolidado, como espaço de representação social dos trabalhadores apenas no início dos anos 40. Antes disso, havia apenas leis que orientavam a existência de um modelo sindical corporativista.⁷⁶

O corporativismo varguista recorre aos sentidos presentes na sua origem histórica, ancorado nas idéias que condicionam o sentido da existência humana na relação do homem com o trabalho, ou seja, esse seria o espaço fundante da construção identitária das pessoas. “Criticando a orientação liberal, cria uma legislação social que reabilita o trabalhador”.⁷⁷

O sindicato corporativista representou, neste sentido, um instrumento eficaz na mediação entre Estado e sociedade, instituindo um “pacto social” durante o período de transição entre o Estado Novo e a democracia liberal. Esse pacto visa a

⁷⁵ Ibid., p. 222.

⁷⁶ Ibid., p. 238.

⁷⁷ Ibid., p. 237.

manutenção da ordem vigente e serve de instrumento político para a consolidação de determinados interesses estatais. Esse tipo de organização sindical foi instituído para conviver com outras formas de representação. Assim, o discurso corporativista foi capaz de adequar-se aos diferentes espaços conjunturais que sucederam a “Era Vargas”, adaptando-se aos regimes liberais e às práticas discursivas inerentes a ele.⁷⁸

Os anos de ditadura militar deram, ao movimento sindical, uma condição marginal, exercendo uma função meramente assistencialista.

Sader defende que “alimentados pelo imposto sindical e sem a presença desestabilizadora de mobilizações conflitivas nas bases, os dirigentes sindicais atuam como dirigentes de um aparelho burocrático com funções assistenciais⁷⁹”

No contexto da ditadura, “a humilhante insignificância que os sindicatos representavam para o governo era o reverso da medalha de sua perda de função enquanto organismo de representação das reivindicações operárias⁸⁰”.

A mobilização de alguns setores da indústria, como o fabril, associada à ação de um grupo de dirigentes sindicais, que atuaram no sentido de superar a situação de esvaziamento e perda de representatividade de suas entidades representadas, viabilizou a formação de uma corrente sindical renovadora, conhecida como “sindicalismo autêntico”, ou “novo sindicalismo”.

No final da década de 70, uma central sindical ganha corpo e estabilidade por meio da ação dessa nova corrente. “Em 1983, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) é organizada com uma inegável capacidade de mobilização.⁸¹”

Fundada em 1983, a CUT apresenta-se, no primeiro momento de sua atuação, como uma entidade cujas bases se constituíram nos setores trabalhistas sindicais ainda não organizados em sindicatos oficiais. Contando com a presença de representantes de 310 sindicatos rurais, 355 sindicatos urbanos, 134 associações

⁷⁸ Ibid., p. 245.

⁷⁹ SADER, Eder. *Quando os novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 179-180.

⁸⁰ Ibid., p. 179.

⁸¹ COSTA, Fernando. *Centrais sindicais e sindicatos no Brasil dos anos 90: o caso Niterói*. Rio de Janeiro: UFF, 2002. p. 15.

pré-sindicais, 5 federações, 8 entidades de caráter nacional e 1 confederação, a CUT se encontra em solo bastante propício à ampliação dos seus limites de atuação em prol de sua base representada.

As conquistas decorrentes das estratégias de ação da Central Sindical, na sua prática de negociação, trouxeram a ampliação de sua base representada por meio da crescente filiação das organizações trabalhistas.

Segundo Rodrigues (1997), os dois primeiros canais de articulação dos dirigentes sindicais que fundaram a CUT foram: o Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo – que conseguiu diversas conquistas específicas para os trabalhadores daquela categoria, através das greves do ABC – e o movimento de oposição metalúrgica de São Paulo, organizando comissões de fábrica em grandes unidades produtivas. Para ele, “ao longo do processo de combate aos militantes da Unidade Sindical, esses dois pólos conseguiram dirimir suas divergências, tornando-se os principais pilares da CUT⁸².”

Dentre aqueles que se filiaram à CUT, neste momento, encontra-se o Andes-SN, que identifica, na Central Sindical, uma possível rede de sentidos partilhados por suas representações instituídas no âmbito do discurso sindical.

3.4 – Formação da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior.

Na visão de Coelho⁸³, os principais elementos que viabilizaram a institucionalização das associações docentes (AD) nas universidades do país estiveram operando em três níveis do contexto social brasileiro: nas reconfigurações do nosso perfil educacional, nos conflitos de ordem econômica e nas divergências ideológicas entre o Estado e este grupo de profissionais: os professores. Ou seja, o crescimento admirável da educação superior, entre os anos 60 e 80, o desejo de se criar uma regulamentação que assegurasse determinados direitos a esse grupo de

⁸² Ibid., p.65.

⁸³ COELHO, Pedro Rabelo. *Sindicalismo na Universidade: um estudo do movimento docente*. Rio Grande do Sul: UFSM, 1996. p. 38-41.

profissionais e as divergências entre Estado e docentes universitários, naquilo que se refere ao projeto político instituído no país durante os anos de ditadura, além das diretrizes educacionais apresentadas pelo MEC, nesse momento, propiciaram a formação de um novo espaço de representação social: a Andes.

Os professores, inicialmente, organizaram-se na forma de associações, com base estadual, constituindo núcleos regionais com representação local, que eram as universidades. Segundo Leite, “o novo sindicalismo é adotado como espaço de identificação discursiva por essas instituições, que buscam uma certa independência em relação às deliberações estatais.”⁸⁴

Desde o primeiro momento de consolidação do Andes-SN, encontram-se divergências acerca das relações entre Movimento Sindical Docente e demais grupos de trabalhadores, representados pela CUT. Segundo Coelho:

O MD [movimento docente] passou a viver uma tensão interna. Para ganhar forças e obter conquistas frente ao governo autoritário era fundamental manter a unidade do movimento. Neste sentido, ficaram **obscurecidas** questões conflituosas, como a discussão da participação no movimento sindical junto aos trabalhadores em geral.⁸⁵

A pesquisa propõe uma análise dos momentos em que se deram a desfiliação do Andes-SN à CUT, identificando as mudanças nos padrões de representação política e suas repercussões na identidade política do Andes-SN.

⁸⁴ LEITE, Márcia de Paula (Org.). *O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindical no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1997. p.25

⁸⁵ COELHO, op.cit., p. 54.

CAPÍTULO IV

Andes e CUT: uma possível rede de sentidos partilhados

4.1 – Contexto da filiação

A conjuntura política é parte deste contexto analítico, na medida em que, tanto a filiação quanto a desfiliação da Andes-SN à CUT foram resultados de uma rede de relações que envolvem Estado/Central Sindical/Sindicato como espaços de poder e representação social. A interface entre análise histórica e campo das representações define os sentidos que fundamentaram as relações entre Sindicato e Central Sindical, nos marcos referendados na pesquisa.

Na busca de compreensão sobre os modos em que essas mudanças ocorreram, principalmente em face das metamorfoses do mundo do trabalho, Antunes⁸⁶ aponta dois processos da dinâmica capitalista que tiveram papel fundamental nas relações entre capital e trabalho, promulgando profundas mudanças nas representações sindicais. O Fordismo, modo de produção de origem ocidental, sacramentado com a Segunda Guerra Mundial, caracteriza-se pela produção em massa por meio da linha de montagem e de produtos mais homogêneos, por meio do controle do tempo, do trabalho parcelar e da fragmentação das funções. O Toyotismo avança a partir da década de 70, fazendo-se presente, inicialmente, na indústria automobilística japonesa, alavancado pela necessidade de respostas às emergentes dificuldades financeiras advindas da crise do petróleo.

⁸⁶ ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC Paulista*. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1988. Importante ressaltar que Ricardo Antunes, além de Doutor em Sociologia, professor de Sociologia do Trabalho no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp é também um ativista sindical.

De modo bastante distinto do Fordismo, o Toyotismo tem sua produção orientada pela demanda diversificada, variada e pronta para suprir o consumo. Sustenta-se com a existência de um estoque mínimo, com o consumo determinando o que será produzido. Ambos os sistemas foram consolidados no espaço de produção capitalista ao longo do século XX⁸⁷.

Enquanto no Fordismo o trabalho é parcelar, com a separação entre elaboração e execução do trabalho, com uma relativa proporcionalidade de um homem para cada máquina, no Toyotismo, o trabalhador opera simultaneamente várias máquinas.

O autor questiona a “ocidentalização do Toyotismo”. Segundo ele, além das especificidades culturais do oriente em relação ao ocidente, há também diversas singularidades que distinguem a dinâmica econômica dos países ocidentais em relação aos orientais, ou seja, aquilo que não representa, necessariamente, um problema à dinâmica do Toyotismo no Japão, pode ser caracterizado como um entrave ao desenvolvimento econômico nos países ocidentais. O desemprego estrutural é um desses elementos que, mesmo no oriente, avança em virtude desse novo modelo de acumulação produtiva do capital⁸⁸.

Na visão de Dupas⁸⁹, as reestruturações no mundo do trabalho, sob uma ótica global, acentuam-se a partir da década de 70. O desemprego estrutural, decorrente do avanço da automação, torna-se um dos elementos “disciplinantes” que desacelera o avanço dos movimentos sociais e a, até então ativa, mobilização dos trabalhadores.

Segundo esse autor, o sistema capitalista configura-se dialeticamente, exclui os indivíduos por meio do desemprego crescente e da incapacidade de geração de empregos em quantidade e qualidade adequada. Paralelamente, cria novos postos de trabalho que exigem uma maior especialização profissional e produz a *inclusão*

⁸⁷ Ibid., p. 26.

⁸⁸ Id. *Adeus ao trabalho?* Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 24.

⁸⁹ DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 40.

pela incorporação contínua de mercados que estavam à margem do consumo por falta de renda.

Entre os fatores que condicionaram o enfraquecimento das instituições sindicais, estão: a fluidez dos mercados, que tem gerado uma constante instabilidade nas relações de trabalho, ora agregando, ora excluindo os trabalhadores; a reorganização das relações de trabalho, que quebra uma pretensa isonomia entre os trabalhadores, estabelecendo condições diferenciadas para os indivíduos de uma mesma categoria profissional; e o enfraquecimento da cultura operária, fonte de sentidos construídos a partir de uma rede discursiva cuja base representacional é reconhecida pelos movimentos sindicais. Esses são alguns dos principais elementos que incidiram sobre as relações entre os sindicatos e os trabalhadores no último quarto de século XX⁹⁰.

As especificidades, presentes em nosso espaço social histórico e cultural, redimensionam o espaço temporal em que se situa a dinâmica das relações entre capital e trabalho, principalmente na capacidade dos sindicatos de representarem os interesses dos trabalhadores, que não são mais unificados em torno de uma causa. É nesse sentido que Leite⁹¹ destaca o crescimento da dessindicalização:

o processo de reestruturação produtiva nas duas décadas do século XX vem sendo acompanhado, em quase todos os países do mundo, por uma crescente dessindicalização e perda do poder de negociação das entidades sindicais.

A década de 80 é um marco para dois processos opostos. Enquanto os países europeus experimentavam o enfraquecimento dos sindicatos, o Brasil vivia o momento de consolidação do seu sindicalismo. O fortalecimento do sindicato brasileiro decorre da especificidade conjuntural de “ajuste estrutural”, que acontece quase duas décadas depois de a economia internacional ter se estruturado de acordo com padrões neoliberais. Há uma importante interface entre a entrada do sindicalismo combativo na cena sociopolítica e a abertura política dos anos 80. Assim, o momento da filiação da Andes à CUT era de euforia quanto às novas perspectivas políticas, pelo uso do recurso aos direitos humanos e do respeito à

⁹⁰ Ibid., p. 54.

⁹¹ LEITE, Márcia de Paula. Reestruturação produtiva e sindicatos: *o paradoxo da modernidade*. São Paulo: Cortez, 1992. p. 10-15.

cidadania, pela reivindicação de maior participação no projeto nacional e melhores condições de trabalho e de salários para os trabalhadores, que desde os idos anos da década de 60 ficaram impedidos de se manifestarem como categoria organizada. O fim da ditadura corrobora para as negociações entre patrão e empregado, ancoradas no diálogo e no poder de barganha do trabalhador. A filiação sindical marca o início de um processo de aprendizagem das relações de força no jogo político e a vinculação a uma central sindical significa a aproximação de interesses entre diferentes categorias de trabalhadores, articulados em torno da noção de classe. Essa questão é explorada no item a seguir.

4.2 – CUT e Andes-SN no contexto das representações sindicais

Quanto ao espaço de interação entre Central Sindical e Sindicato, pergunta-se: quais os significados atribuídos à prática sindical a partir dos anos 70, momento de mudanças da ordem conjuntural em nosso contexto social? Em que medida o discurso sindical influencia as representações discursivas presentes nas AD? Quais os sentidos presentes, tanto nas representações do Sindicato Docente, quanto na Central Sindical à qual se filiou?

Costa⁹², na análise sobre o processo de formação das centrais sindicais e sua relação com os sindicatos no Brasil, sinaliza para a formação de duas correntes discursivas que expressam o modo de atuação do movimento sindical brasileiro a partir da década de 70.

A primeira, representada por Boito Júnior, enfatiza a continuidade da estrutura corporativista dos anos 30, sustentando que:

o movimento sindical brasileiro permaneceu amarrado à crença (ideológica) de que o Estado – colocando-se acima de conflitos de classes – pode servir aos interesses dos trabalhadores, através de estruturação e regulamentação dos sindicatos oficiais.⁹³

⁹² COSTA, Fernando. op. cit.

⁹³ Ibid., p.27.

Para os adeptos desta corrente, o legalismo no sistema sindical teve como consequência o fato de que,

usufruindo, paradoxalmente, das benesses erguidas por um edifício jurídico fundado para desorganizar a classe trabalhadora, os mais diversos líderes sindicais estariam míopes para as consequências reais, posto que não perceberiam a verdadeira função da estrutura: a desmobilização da classe como um todo.⁹⁴

Numa posição diametralmente oposta, estão os adeptos da descontinuidade, representados, nesta análise, por Adalberto Cardoso de Oliveira. Eles defendem que “o novo sindicalismo – que sustenta a ação das duas principais Centrais Sindicais (CUT e Força Sindical) – teria suas bases realmente novas, alterando o quadro de ação sindical no Brasil”⁹⁵ (CARDOSO, 1997a). Na visão de Costa, “assim como não se pode negar que algumas modificações importantes aconteceram, também não é possível desconsiderar a permanência de várias práticas corporativas presentes em muitos dirigentes sindicais.”⁹⁶

Sader⁹⁷ também defende que, em meados da década de 70, houve profundas transformações no espaço das representações dos movimentos sociais. Enquanto que os padrões da historiografia tradicional davam a esses movimentos o lugar da passividade e do conformismo, outros espaços discursivos são fundados, reinterpretando os significados atribuídos à ação coletiva dos diversos movimentos sociais que passaram a ocupar o cenário social brasileiro desse período. O movimento dos trabalhadores é um desses lugares que passam a representar um espaço de contestação à ordem vigente.

No campo das representações sociais, institui-se uma base discursiva coletivamente partilhada. As identidades coletivas foram fundadas no espaço da diferença entre os objetivos, táticas e estratégias dos grupos sociais que buscavam reconhecimento em nosso contexto social. Nesse momento, a Andes consolida seu espaço de identificação junto aos demais grupos de trabalhadores, filiando-se à CUT.

⁹⁴ Ibid., p. 27.

⁹⁵ In. COSTA, Fernando. op. cit. p. 28

⁹⁶ Ibid., p. 32.

⁹⁷ Ibid., p. 51.

Os caminhos trilhados para a aquisição da legitimidade nos espaços de representação coletiva passam, em primeiro lugar, pelo reconhecimento e identificação das práticas discursivas adotadas pelos indivíduos que ocupam as lideranças de uma dada organização institucional. Neste sentido, as práticas discursivas presentes nas ações da direção sindical do Andes-SN operam em dois níveis: no âmbito interno, na relação com sua base sindicalizada e, externamente, na relação com as centrais sindicais e política estatal.

Miranda⁹⁸, em sua análise sobre o Comando Nacional de Greve (CNG/Andes-SN), durante a greve nacional dos docentes das instituições de ensino superior, no ano de 1996, busca a confluência dos fatores ideológicos e hegemônicos que marcam qualquer associação:

toda associação é sempre, em algum grau, associação de dominação, os interesses do grupo dominante são valores que constituem a ideologia da legitimidade do seu comando. A associação sob análise é um sindicato, e como tal, pertence ao setor organizacional, ou seja, é uma organização que depende da legitimidade para sua sobrevivência⁹⁹

O autor entende a “legitimação e a deslegitimação como formadoras do eixo macro-estratégico (sic) discursivo ideológico, utilizado por esse comando para concretizar a sua legitimidade no âmbito sindical docente.”¹⁰⁰ Esse eixo se constitui no campo das relações entre o Movimento Sindical Docente e o Governo de Fernando Henrique Cardoso.

No campo da construção simbólica, o eixo legitimação/deslegitimação é adotado na relação entre governo e instituição sindical docente e opera no espaço da diferenciação e “expurgo” do outro, apoiando-se na polarização das partes do conflito em favor da greve e contra o governo. Segundo Miranda,

a análise demonstra que o discurso sindical docente em foco consubstancia-se em estratégias discursivo-ideológicas de legitimação do movimento grevista e deslegitimação do governo Fernando Henrique Cardoso.¹⁰¹

⁹⁸ MIRANDA, op. cit. p. 55.

⁹⁹ Ibid., p. 57.

¹⁰⁰ Ibid., p. 58.

¹⁰¹ Ibid., p.127.

Considerada legítima representante da classe trabalhadora, a CUT desse período se coloca como opositora à política estatal, agregando valores no eixo macroestratégico de legitimação/deslegitimação. Embora a filiação tenha ocorrido durante o VIII Congresso, em fevereiro de 1989, no V Congresso, realizado em janeiro de 1986, a Andes sinalizava para a possibilidade de filiar-se à CUT, propondo um amplo debate sobre a questão. No relatório do V Congresso, encontramos as seguintes declarações:

- A) Que a ANDES promova um amplo debate em 1986 sobre movimento sindical, indicando às AD's que realizem Assembléias Gerais em 1986, com o objetivo específico de deliberar sobre a [filiação] (sic) ou não a uma Central Sindical.
- B) Que no próximo Congresso da ANDES tenha em pauta a deliberação sobre a filiação ou não a uma central sindical.
- C) Que seja aberto um espaço no Boletim da ANDES, a partir do próximo número, para as Centrais Sindicais expressarem suas posições sobre o movimento sindical, contribuindo para o debate sobre a questão da filiação da ANDES a uma Central Sindical.¹⁰²

Em 1988, durante o VII Congresso, intensificou-se o debate sobre a questão. As declarações contidas na pauta de votação do VII Congresso sinalizam para a existência de profundas divergências sobre a temática em questão:

A proposta da Prof^a Helena, delegada da diretoria da ADUNIMEP:

CONSIDERANDO:

O número expressivo de ADs que se declararam contrárias à filiação da ANDES a uma Central – 16 – e que deliberaram pela abstenção com relação à filiação – 8 – (Conforme dados não atualizados da diretoria da ANDES):

- a) Que existem ADs que deliberaram explicitamente pela não filiação à CUT;
- b) A necessidade de manter a unidade do movimento docente e da ANDES em torno das lutas e defesa dos interesses maiores da Universidade e do povo brasileiro;
- c) O respeito à autonomia e independência das instâncias internas a cada AD;

O 7º Congresso da ANDES DELIBERA:

Continuar o aprofundamento e a ampliação do debate sobre a questão sindical a nível nacional;

- b) Recomendar às ADs que continuem a participar dos fóruns intersindicais e de uma e/ou outra central sindical, conforme deliberação de suas instâncias internas;

¹⁰² ANDES. Relatório final. In: V CONGRESSO DA ANDES. 1986, Salvador, pág. 14-15.

c) Recomendar à ANDES que participe ativamente dos fóruns intersindicais e das instâncias de uma e/ou outra Central Sindical, trabalhando na prática, para a unidade do movimento sindical¹⁰³. (sic)

As declarações de voto dos delegados das diretorias regionais expressam, em certa medida, a visão dos acadêmicos que rejeitaram a proposta de filiação:

1 – Declarações de Voto

1.1 – Declaro que meu voto, no tema ‘Questão de filiação a uma Central Sindical’, foi exatamente de acordo com a deliberação da Assembléia Geral da APUFSC, de 12 de janeiro de 1988. Tal deliberação foi o de que os delegados da APUFSC votariam contra a filiação da ANDES a uma Central Sindical.

Assim, meu voto foi fiel às decisões da AG da APUFSC, como sempre aconteceu neste e em outros fóruns. Entretanto, a delegação da AG não foi a de impedir a manifestação de minhas opiniões. “Neste sentido me resguardo no livre direito de manifestar meu ponto de vista sobre qualquer questão, como inclusive declarei na AG que me elegeu delegado, antes de ter sido eleito”. (L. Carlos Pinheiro Machado Filho – APUFSC).

1.2 – “Declaramos que, fiéis às deliberações da Assembléia Geral da APUFSC de 12.01.88, quando votamos pela não filiação da ANDES à uma Central Sindical neste 7º Congresso.

Votamos pelo indicativo apresentado pela diretoria porque, fiéis aos mesmos princípios e às bases de nosso vencimento, assumimos a responsabilidade de apontar para estas bases o caminho da unidade de nossa categoria com os trabalhadores. “Com elas discutiremos abertamente na perspectiva de que, mais uma vez, no 8º Congresso, a vontade destas bases venha a se expressar”. (L.C. Pinheiros Machado Filho, Paulo Rizzo, Waldemar Pedreira, Antônio Carlos Alves, Tanira Piocentini, Anne Maira Beck e Sandra Beyestorff).¹⁰⁴ (sic)

Ainda durante o VII Congresso, a proposta de filiação é submetida à plenária de votação:

Discussão da filiação a uma Central Sindical no 7º Congresso:

A discussão foi feita pela plenária com inscrições de oradores em grupos de 3 a favor e 3 contra, falando 1 a favor seguido de outro contra. Por deliberação da plenária procedeu-se a votação que teve o seguinte resultado:

A favor da filiação da ANDES a uma Central Sindical no 7º Congresso – 93 votos

Contra a filiação da ANDES a uma Central Sindical no 7º Congresso – 122 votos¹⁰⁵ (sic)

¹⁰³ Ibid. p. 160.

¹⁰⁴ Ibid. p. 161-162.

¹⁰⁵ ANDES. Relatório final. In: VII CONGRESSO DA ANDES, 1998, Juiz de Fora. p. 158.

Diante da impossibilidade de se consolidar a filiação durante o VII Congresso, a direção da Andes propõe a continuidade do debate sobre a questão, assim como a presença da Associação Docente nos eventos promovidos pela Central Sindical:

4 – A seguir, de acordo com o Encaminhamento aprovado pela plenária, foram votadas outras propostas e indicativos.

4.1 – A proposta da diretoria enviada aos grupos mistos:

a) A aprovação do indicativo de filiação à CUT a ser amplamente discutido pela base do MD e com deliberação final deste indicativo no 8º Congresso da ANDES.

b) O privilegiamento da participação da ANDES nos eventos da CUT e o estreitamento das ligações entre as duas entidades, através das seguintes medidas:

b.1) A participação de delegação da ANDES no Congresso Nacional da CUT a ser realizado em agosto/88 como forma efetiva de propiciar um entendimento maior da CUT. Esta delegação deverá ser eleita no XVII CONAD. Será responsabilidade da Coordenação de Relações Sindicais da ANDES-SN e das ADs promover no 1º semestre de 1988 ampla discussão que instrua a elaboração de teses a serem consolidadas no XVII CONAD, e defendidas pela ANDES no Congresso da CUT em agosto/88. Após o Congresso da CUT deverão ser divulgadas as resoluções do Congresso da CUT para discussão e deliberação pelo MD, a ser definida no CONAD imediatamente após o Congresso da CUT.

b.2) Participação ativa das ADs e da ANDES no Departamento de Trabalhadores em Educação da CUT, contribuindo com a elaboração de propostas e o encaminhamento de discussão e lutas.

b.3) Divulgação, sob responsabilidade da Coordenação de Relações Sindicais, de textos e documentos da CUT.

b.4) Recomendar a discussão da filiação direta das ADs à CUT, nos termos dos Estatutos da CUT.

c) Dar continuidade ao processo de aprofundamento e ampliação da discussão, preparando e deliberação da filiação à CUT no 8º Congresso. A Coordenação de Relações Sindicais deverá prover elementos para este processo¹⁰⁶. (sic)

A consolidação do processo de filiação ocorre no ano seguinte ao VII Congresso, durante o VIII Congresso. O debate sobre a filiação revela o tom acalorado da discussão a despeito da possível identificação da Andes com uma Central Sindical, representante das demais categorias de trabalhadores.

O que podemos reter dos relatórios dos congressos ocorridos no período de 1986 a 1989, é que a questão da filiação não era de fácil resolução. Embora

¹⁰⁶ Ibid., p. 159.

houvesse a simpatia dos dirigentes da Andes e de algumas AD à perspectiva político-ideológica da CUT, havia temor do risco de se perder a especificidade do campo de luta e reivindicações que marcavam o território dos docentes universitários. Colocava-se em cheque as noções de classe e a de unicidade dos trabalhadores. Isto quer dizer que a reorganização sindical nasce sob novo entendimento sobre o trabalho e o trabalhador. No lugar de se estabelecer um princípio mobilizador a todas as categorias de trabalhadores, passa-se a visualizar as diferenças existentes entre elas. Assim, a filiação é feita sob longo e desgastante debate e há a certeza de que o cenário político se reconfigurava, não apenas na relação capital e trabalho, mas, sobretudo, nas diferenças internas ao trabalho. Não se pode negar o efeito, mesmo que ainda superficial, das mudanças ocorridas nos países europeus e nos Estados Unidos para a organização do trabalho no Brasil.

O olhar da categoria de docentes voltava-se para os modos como esta poderia influir nas diretrizes de atuação e na política trabalhista, na perspectiva de colocar o conhecimento a favor dos clamores dos trabalhadores, carentes de participação e reconhecimento políticos. Assim podemos ler nos relatórios da Andes:

Filiados à CUT, passaremos a influir mais decisivamente na formulação de diretrizes gerais da atuação sindical e política dos trabalhadores. Colocamos no horizonte a perspectiva de aprimoramento de nosso trabalho acadêmico, reforçando a decisão de fazê-lo dirigido prioritariamente, à procura de respostas para as questões que a maior parte de nossa sociedade precisa e quer ver urgentemente respondidas.¹⁰⁷

O indicativo de filiação à CUT apresentou o seguinte resultado final: “167 votos a favor da filiação à CUT; 19 votos contra a filiação e 18 abstenções, de um total de 263 delegados credenciados no VIII Congresso”¹⁰⁸. Assim, dos 209 votantes na plenária do indicativo de filiação à CUT, aproximadamente 81% dos presentes votaram a favor da filiação, 14% votaram contra e 13% abstiveram-se. Esses dados reforçam a idéia aqui levantada de que a filiação não ocorreu em águas mansas. Se considerarmos as AD ausentes, que totalizavam 54, os votos contra (19) e as abstenções (18) teremos um número considerável de AD, qual seja 96, o que

¹⁰⁷ ANDES, Relatório final. In: VIII CONGRESSO DA ANDES-SINDICATO NACIONAL, 1989, São Paulo, p. 53.

¹⁰⁸ ANDES. Ata da plenária: tema 2, indicativo de filiação à CUT. In: VIII CONGRESSO DA ANDES-SN, 1989, São Paulo.

representa 36,5%, pouco ou totalmente convencidas de que a filiação seria um engano.

Mas, naquele momento político, a filiação simbolizava o fortalecimento dos sindicatos, amparados pela CUT como representante maior dos trabalhadores brasileiros. Deste modo, apartada das dissensões internas à categoria dos docentes universitários, a filiação teve um papel decisivo na correlação de forças entre o Estado e o patronato, com profundas marcas de autoritarismo, e a classe trabalhadora, com um longo histórico de subalternidade.

Em novembro de 1989, após a filiação, em assembléia presidida pelo então presidente Professor Sadi dal Rosso, a Andes tornou-se um Sindicato Nacional¹⁰⁹.

A transformação da ANDES em ANDES-SN no II Congresso Extraordinário de novembro de 1988, no Rio de Janeiro, revestiu-se de toda legitimidade em que se cumpriram todas as etapas exigidas historicamente pelo MD e consubstanciadas nos Estatutos da ANDES.¹¹⁰ (sic)

Na visão dos dirigentes sindicais,

O processo de transformação da ANDES em ANDES-SN significou a continuidade de um processo iniciado há 12 anos. A ANDES-SN mantém todos os princípios democráticos e de luta que caracterizam o MD e abre em uma nova etapa a possibilidade de aprofundar no movimento sindical as perspectivas de liberdade e de autonomia sindicais, de sindicatos democráticos e compromissados com a luta de transformação social e sem atrelamento partidário, ou ao estado, princípios que precisam ser reafirmados¹¹¹. (sic)

A filiação é concretizada no momento em que os docentes das universidades desejavam criar estratégias de atuação no espaço de conflito e negociação para com o Estado. A Andes adota a mobilização coletiva e a greve como principais instrumentos táticos no confronto com o governo. Mobilizando-se e promovendo greves, como a que ocorreu em novembro 1980 e que conseguiu a adesão de 35 mil professores, a Andes instituiu seu espaço de representação em âmbito nacional ao lado das AD estaduais e regionais. A Andes, neste sentido, constituiu-se por meio de

¹⁰⁹ Ibid., p. 54.

¹¹⁰ CONAD. Relatório Final. In: XIX CONSELHO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DOCENTES, 1989, p. 40.

¹¹¹ Ibid., p.40.

três patamares de ordem macrosocial: “a luta pela democracia, ampla e irrestrita, a luta sindical e a defesa de questões relacionadas ao ensino público gratuito”¹¹².

A recorrência ao discurso classista tornou-se parte constitutiva das representações do Andes-SN, orientando, tanto os sentidos presentes na relação da instituição sindical com os demais movimentos sociais, quanto nos significados atribuídos à prática docente.

O reconhecimento de uma identidade classista é considerado, pela direção sindical do Andes-SN, condição essencial para a consolidação do seu espaço de atuação nos demais movimentos sociais. Há um esforço geral de se engajar o movimento docente à luta de classes, conforme expressa Otranto:

A Universidade por que lutamos - pública, democrática, laica e de qualidade - deve engajar-se na busca de soluções para os graves problemas econômicos, políticos e sociais que assolam as classes exploradas no país.

Tais bandeiras históricas não são patrimônio exclusivo do MD. São partes indissociáveis das lutas dos trabalhadores brasileiros, quer do campo, quer da cidade. As deliberações de Congressos e CONDs; nossa presença nos diversos Congressos da classe trabalhadora; nossas ações concretas de participação e apoio a vários dos movimentos desencadeados pelos oprimidos documentam uma clara opção: construímos nossa identidade de trabalhadores¹¹³. (sic)

A ideologia classista tipifica a prática docente como mais uma força de trabalho, desenvolvida no contexto das relações entre burguesia e proletariado. A burguesia, representada pelo Estado, é significada sob uma perspectiva antagônica em relação aos interesses do proletariado, representado pelos trabalhadores de um modo geral, da mesma forma que as instituições sindicais. O VIII Congresso do Andes-SN salienta a supremacia do interesse geral sobre o corporativismo docente. Nos seguintes termos:

Construída a partir da experiência concreta da luta democrática e profissional, estruturada horizontalmente a partir dos locais de trabalho, a ANDES-SINDICATO NACIONAL ultrapassa os limites do corporativismo. Não reconhece no patrão e na disciplina do capital, público e privado, o elemento de sua estruturação. Não se limita a apenas tentar vender em melhores condições a força de seu trabalho universitário, nem coloca como único horizonte as condições do exercício da profissão. É seu projeto construir, com os

¹¹² OTRANTO, Célia Regina. Movimento sindical docente: história e crise. *Revista Universidade Rural: Ciências Humanas*, RJ, v. 22. n. 2, p.4-5, jul./dez. 2000.

¹¹³ *Ibid.*, p. 62.

demais setores populares e democráticos, uma proposta e uma prática de educação nacional voltada para os interesses da maioria da população¹¹⁴.

A identificação da categoria docente com os demais trabalhadores foi bastante explicitada na fala da prof^a Marina Barbosa¹¹⁵ :

A categoria passou seis anos discutindo se se filiava ou não à CUT. Era um momento muito rico da conjuntura brasileira, um momento em que a efervescência da redemocratização, a efervescência dos movimentos sociais e a proposta de juntar os trabalhadores preponderaram na luta pela redemocratização e movimentos sindicais. O Andes foi parte deste processo, mas neste processo houve posições muito distintas. Posições que não reconheciam no docente uma posição diferenciada, negando até a possibilidade de sermos sindicatos, defendendo que nós fossemos uma associação dos professores universitários. E um ou outro grupo na categoria defendia que nos somos trabalhadores, com as nossas especificidades, mas que devemos estar juntos da classe trabalhadora. O que prevaleceu neste debate rico, intenso e denso foi a concepção de que nós com a nossa particularidade, singularidade, que tem o metalúrgico o professor de segundo grau, que tem o bancário e o lavrador, mas nós nos entendíamos como parte desse todo e a CUT representa a síntese desta compreensão. (sic)

A relação de proximidade do Andes-SN com os partidos políticos de oposição, tornou-se prática comum na Associação Sindical desde seu momento de formação:

Às tentativas da burguesia no plano econômico, somam-se suas pretensões no campo político: pretende preservar-se no governo, vencendo as primeiras eleições presidenciais que se realizarão, pelo voto direto, em 28 anos. Os resultados das eleições municipais de novembro do ano findo mostraram, contudo, que também no plano político os trabalhadores afirmaram sua disposição de resistência, levando ao crescimento dos partidos de esquerda (PT, PDT, PC do B, PSB, pcb...) em todo o território nacional, quer nas capitais, quer no interior, quer quanto aos postos executivos, quer quanto aos legislativos municipais¹¹⁶.

A classe trabalhadora brasileira manifestou, pelo voto, não apenas seu protesto contra a situação econômica, social e política do país; declarou sua crescente opção de esquerda. A qualidade dessa opção aparece no desdobramento da sucessão presidencial. Hoje, quem encontra dificuldade para articular-se frente ao próximo embate político é a direita, que não tem conseguido chegar a consenso quanto a sua candidatura presidencial. Tal fato não nos

¹¹⁴ ANDES. Relatório final. In: VIII CONGRESSO DO ANDES-SN, 1989, São Paulo, p. 54

¹¹⁵ Entrevista realizada dia 24 de março de 2005, com a prof^a. Marina Barbosa, docente da Universidade Fluminense, que esteve presidindo o Andes-SN durante seu processo de desfiliação, em 2005.

¹¹⁶ Ibid., p. 52.

permite, contudo, ter ilusões quanto a uma pretensa "destruição" ou "encurrallamento" das forças reacionárias (...). Mais do que nunca, o movimento social organizado, no qual se insere a ANDES-SINDICATO NACIONAL, terá a necessidade de se posicionar na defesa de propostas que façam avançar as lutas democráticas e sociais. É preciso, sobretudo agora, afirmar a independência desse movimento face aos governos, mesmo que populares e democráticos. A participação de militantes de movimentos sociais nesses governos não deve implicar em atrelamento. Isso é vital, pois com a perda da crença na participação os atuais governos perderam suas bases populares. Mas, mais do que isso golpearam fortemente a democracia, fazendo dela mero fetiche. Esse erro o MD não poderá cometer.¹¹⁷

Questionada sobre o significado da prática docente, a prof^a Dóris Santos salienta a distância entre militância e academia, critica o alinhamento do movimento sindical à tendências partidárias, ao mesmo tempo em que defende a formação de um perfil intelectual para o acadêmico militante.

Se é professor universitário, precisa ser um intelectual, não tem como ser diferente (...). A questão sindical está posta, não se pode aceitar uma postura individualista. Embora muitos acadêmicos restrinjam seu espaço de atuação na academia, há outras necessidades que precisam ser consideradas (...). A vida sindical deve existir, mas o que não se pode aceitar é que ela seja controlada por interesses externos à categoria, por exemplo, o sindicato docente de ensino superior ser controlado por partido político é muito triste. Isso não quer dizer que o professor não possa ser filiado, essa atitude faz parte do exercício de cidadania, mas daí ter um partido que controle a vida na universidade é outra história que não se aceita.

Por outro lado, mesmo entendendo a filiação como uma possível estratégia de ação para o movimento sindical docente, a prof^a Dóris Santos¹¹⁸ sinaliza para a tipicidade da prática docente, interpretando-a como elemento de distinção a ser considerado no contexto das relações entre movimento sindical docente e demais instituições sindicais. Segundo ela:

Eu não sou contra a filiação do sindicato a uma Central Sindical, mas uma Central é um grande guarda-chuva. Você não pode tê-la como único paramento porque existe uma diversidade no interior da Central Sindical. A especificidade do trabalho docente é uma questão essencial, nós não podemos nos perder no meio dos servidores públicos. Porque a carreira é diferente, o problema é ter

¹¹⁷ ANDES. Relatório FINAL. In: VIII CONGRESSO DA ANDES-SN, 1989, São Paulo, p. 52.

¹¹⁸ Entrevista realizada no dia 24 de março de 2005, com Dóris Santos, prof^a. da UnB, Dr^a em Psicologia Social. Ex-militante. Atual Coordenadora do Laboratório do Futuro na Universidade de Brasília.

uma central com políticas apenas uniformes, ela precisa deixar em aberto para que os movimentos se posicionem.

Neste trecho, fica evidente sua preocupação com a perda de autonomia da universidade. A essa percepção vem se juntar a de Fernando Costa ao analisar a filiação dos sindicatos às centrais sindicais, entre as décadas de 70 e 80. Segundo esse autor, a filiação é uma estratégia de ação dos líderes sindicais em face do contexto competitivo do sindicalismo brasileiro desse período. Seu olhar se volta para o sindicalista como mediador dos embates sociais. Esse papel traz em si a confusão entre percepção e realidade. Vejamos como ele coloca a questão:

Os sindicalistas como mediadores sociais fazem a intermediação entre os trabalhadores e vários outros personagens do mundo social. Servem de mediadores entre os trabalhadores da categoria que representam e os seus patrões, entre os trabalhadores e o governo, ou o que me interessa mais particularmente, entre trabalhadores e Centrais Sindicais. Ao realizar tal mediação, necessariamente, constroem os lados mediados à imagem e semelhança de seus interesses e percepção da realidade, o que não pode ser concebido como “a” realidade dos fatos, mas como realidade socialmente construída, e que, por isso, leva em conta um olhar específico sobre os fatos.¹¹⁹ (sic).

Em sua análise, o autor sugere a presença de uma problemática sob a qual podemos nos debruçar. Como a presença do discurso sindical interfere nas representações elaboradas pelas associações? Em que medida os sentidos atribuídos à prática docente foram ressignificados em virtude dessa interação de sentidos entre Central Sindical e sindicatos?

A articulação entre o campo representacional do sindicalismo docente das universidades e a CUT ocorre no âmbito da intersubjetividade, uma vez que são instituídos vínculos de identificação da prática docente com os demais grupos de trabalhadores, e na reafirmação do embate entre a especificidade da categoria e o Estado. Há de se lembrar que o campo de luta e negociação encontra-se na esfera da organização estatal, diferentemente de outras categorias de trabalhadores cuja negociação ocorre na esfera da organização privada. Deste modo, o esforço se volta para a identificação de elementos de aproximação entre as reivindicações com melhor articulação na luta pela democracia. Portanto, os sentidos construídos são múltiplos e muitas vezes contraditórios se considerarmos que cada categoria de

¹¹⁹ Ibid., p.39.

trabalhador guarda algo de particular em termos de luta e reivindicação. Não nos esqueçamos de que, se de um lado, os anos 80 foram o momento da reorganização dos trabalhadores, foi também o momento em que as empresas, no lastro da Inglaterra de Margareth Thatcher, iniciaram o processo de reestruturação produtiva, que foi mencionado anteriormente. Mas retornando a questão em pauta, Andes-SN e CUT encontraram, como ponto de convergência, o posicionamento adotado na transição democrática. Fernando Costa expõe a questão nos seguintes termos:

A ANDES e a CUT pautaram-se por deliberações que procuravam preservar a unidade e independência dos trabalhadores na campanha pelas "Diretas-Já!", denunciando e combatendo o Colégio Eleitoral, farsa orquestrada pelas elites e seus partidos. ANDES e CUT sustentaram sua avaliação crítica da política dita de "transição democrática" da Nova República, denunciando os planos econômicos do Governo Sarney (do Cruzado I ao Plano Verão). ANDES e CUT estiveram juntas na avaliação do Congresso Constituinte, denunciando seu caráter conservador, desde as eleições de 1986¹²⁰.

Os significados atribuídos às relações entre movimento sindical e Estado revelam-se na constituição do eixo macroestratégico legitimação/deslegitimação; ou seja, a filiação se justifica pela ampla identificação entre Central Sindical e sindicato, naquilo que se refere aos significados atribuídos, por ambos, à política estatal. Assim, como nos mostra, ainda, Fernando Costa, a CUT desempenhou papel importante no jogo político ao denunciar e organizar os trabalhadores frente ao continuado desrespeito às prerrogativas democráticas tanto das agências governamentais quanto patronais:

A CUT sempre esteve ao lado dos trabalhadores no combate à repressão (generalizada ou seletiva) que os atinge, no campo e na cidade. Exemplos recentes foram a resistência ao massacre de Volta Redonda, quando da greve da CSN (novembro, 1988) e a solidariedade aos trabalhadores rurais acreanos, quando do assassinato do dirigente sindical seringueiro Chico Mendes (Xapuri, dezembro, 1988). A CUT nunca se furtou em denunciar a truculência governamental ou patronal - que tem na UDR, braço armado da burguesia rural, sua expressão mais bárbara.

Frente à proposta do "Pacto Social", a CUT não vacilou em entendê-la como peça fundamental da política de submissão do país à política ditada pelo FMI e pelo grande capital nacional e internacional. Rejeitando o "Pacto Social", a CUT denunciou mais uma tentativa governamental de cooptação do movimento sindical para a aceitação do arrocho salarial e aviltamento das condições de vida da maioria

¹²⁰ Ibid., p. 61.

da população. A CGT, que num primeiro momento apresentou-se como representante dos trabalhadores na interlocução proposta, hoje não tem mais como sustentar tal posição.

Filiados à CUT, passaremos a influir mais decisivamente na formulação de diretrizes gerais da atuação sindical e política dos trabalhadores. Colocamos no horizonte a perspectiva de aprimoramento de nosso trabalho acadêmico, reforçando a decisão de fazê-lo dirigido, prioritariamente, à procura de respostas para as questões que a maior parte de nossa sociedade precisa e quer ver urgentemente respondida (São Paulo, 18 de fevereiro de 1989).¹²¹

Os discursos proferidos contra a política estatal salientam o antagonismo entre Estado e Movimento Sindical. A recorrência discursiva direciona-se para a impropriedade do continuismo da reprodução capitalista que mantém, de um lado, o lucro e, de outro, a exploração sem medida do trabalho. Assim nos informa Fernando Costa:

Nesse contexto político, marcado por crescente isolamento, o governo (sic) Sarney lançou a proposta de "pacto social", em sua essência uma manobra divisionista destinada a neutralizar conjunturalmente parcelas do movimento sindical, jogo de cena para encobrir sua verdadeira estratégia - lograr garantir um mínimo de controle sobre a economia ameaçada pela hiperinflação, viabilizar a continuidade da reprodução capitalista mantendo-se o pagamento da dívida externa, intensificar a exploração da força de trabalho promovendo o maior arrocho salarial vivido pela classe trabalhadora nos últimos tempos¹²².

Castro¹²³ propõe uma análise sobre o modo como se articulam a prática da militância político-sindical dos professores com sua produção teórico-discursiva, como membros de uma categoria ocupacional. Ou seja, como a prática e o discurso ocupacional, atuando no campo das relações sociais mais amplas, estruturam-se em torno de um cerne de representações coletivas, em conseqüência das quais as condutas ocupacionais são reconhecidas e legitimadas.

No primeiro momento, a vocação, elemento de atribuição pessoal, que particulariza e distingue, é a principal fonte de sentidos para definir o significado da prática docente. "Status e prestígio representam o conjunto de condições, tanto

¹²¹ Ibid., p. 62.

¹²² Ibid., p. 52 .

¹²³ CASTRO, Lúcia Rabello de. De assalariado a interlocutor maior: sobre o engajamento militante no magistério. *Educação & Sociedade*, Rio de Janeiro, nº 37, dez. 1990.p. 87.

materiais quanto simbólicas, das pontuações socialmente entendidas a respeito das diferenças entre os vários grupos sociais.”¹²⁴.

Isto quer dizer que o discurso sobre o lugar do docente tem sido o de salientar as especificidades da categoria, como detentora de um saber que a obriga e também legitima seu posicionamento político. Seria ela encarregada de oferecer as diretrizes de luta aos demais sindicatos e não o inverso? Há aqui uma ambigüidade: de um lado se vincula à CUT, mas faz todo o empenho para manter os marcadores de distinção e *status* do docente universitário, com um *plus* em relação às demais categorias de trabalhadores.

A militância corporativista dos professores por melhores salários encetou-se em torno da crença, implicitamente colocada, de que, teleologicamente, talento pessoal e lugar na divisão social do trabalho deveriam conjugar-se¹²⁵

Na visão de Castro, novos sentidos passaram a compor esse campo representativo, na medida em que ele se aproxima das práticas reivindicativas dos movimentos sindicais que trouxeram consigo o discurso classista, ressignificando, por meio deste, a docência como prática profissional politizada. Isto implicou na revisão conceitual, sendo o docente entendido agora como trabalhador da educação, como nos afirma Castro:

É, portanto, na perspectiva do educador como trabalhador da educação que se respalda a militância do professorado, a compreensão de sua agência como partícipe do processo educacional e do sentido coletivo de sua ação. É na solidariedade politizada e assumida como tal que se inscrevem as novas formas de consciência ocupacional no magistério à partir dos anos 70.¹²⁶

Durante os anos 80, o reconhecimento da condição de assalariado redimensiona a inserção social do professor no Estado capitalista. A militância – político-sindical – e o corporativismo docente instituíram um espaço de identificação entre a prática docente e classe oprimida. Deste modo, os profissionais docentes passam a comungar dos objetivos das demais classes de trabalhadores¹²⁷.

¹²⁴ Ibid., p. 87.

¹²⁵ Ibid., p. 87.

¹²⁶ Ibid., p. 91.

¹²⁷ Ibid., p. 85-86.

Essa articulação da classe docente com outros setores sociais, inclusive o operariado, possibilitou a definição de uma identidade coletiva que se constitui a partir da localização social do docente ao lado dos demais trabalhadores. Assim, seu discurso até então estruturado em torno dos interesses da categoria se alarga para questões que interessam aos trabalhadores como classe. Com isto, a categoria se autodefine como profissional da educação. Este fato teria viabilizado a redefinição do espaço de representação do movimento docente em nosso contexto social, fortalecendo as práticas de negociação e o engajamento político na perspectiva colocada pela CUT.

Assim, a filiação da Andes à CUT significou, para a primeira, uma estratégia de ação que fortaleceu suas bases institucionais. Filiada a uma Central Sindical, a associação busca ampliar suas redes de atuação no meio social em que atua, no momento em que os princípios de ordem classista, ainda são, no Brasil, as principais fontes de sentidos para as práticas discursivas dos movimentos sociais. Para a Confederação dos Docentes, significa a ampliação de suas bases de sustentação. Interesses à parte, sobressai o discurso classista que provoca o descontentamento de segmentos do professorado universitário, que se colocavam acima das questões partidárias, como detentores de uma visão crítica isenta de posições partidárias. A um só tempo, a filiação representou uma maior visibilidade da posição política dos docentes, bem como sua proletarização. Deste modo, a recorrência ao discurso classista tornou-se parte constitutiva das representações discursivas da Andes, orientando os sentidos presentes, tanto na sua relação com os demais movimentos sociais, quanto nos significados atribuídos à prática docente.

A proletarização do trabalho docente, na visão de Giroux, representa apenas mais uma forma de reprodução da lógica discursiva capitalista, na medida em que atribui e limita, ao professor, a condição de técnico do saber:

Primeiramente, eu acho que é imperativo examinar as forças ideológicas e materiais que têm contribuído para o que desejo chamar de proletarização do trabalho docente, isto é, a tendência de reduzir os professores ao *status* de técnicos especializados dentro da burocracia escolar, cuja função, então, torna-se administrar e implementar programas curriculares, mais do que

desenvolver ou apropriar-se criticamente de currículos que satisfaçam objetivos pedagógicos específicos.¹²⁸

Portanto, a vinculação da Andes à CUT ganha o sentido de proletarização da categoria docente. Isto representa a constituição de um novo olhar e de uma nova prática que altera toda a base discursiva e a compreensão do papel social do professor. A mudança para agente transformador que usa os conhecimentos para justificar sua ação política e sua opção ideológica, faz o professor ressignificar sua condição e situação a partir do reconhecimento e da reelaboração da identidade. É a intersubjetividade alimentando o campo discursivo e as práticas sociais. É neste lugar que a categoria docente deixaria de ser definida como mais uma vítima da lógica social vigente, para tornar-se sujeito atuante no processo de transformação das relações e práticas sociais.

Ao relacionarmos essa ordem discursiva que define e orienta os sentidos da prática docente, no campo das teorias pedagógicas, com as práticas discursivas adotadas pelo Movimento Sindical Docente, nota-se um paradoxo entre a tentativa de se constituir uma representação identitária, forjada sob os moldes da lógica econômica capitalista, e a negação da própria condição que esse discurso atribui à prática docente. Ou seja, ao mesmo tempo em que o discurso sindical nega o sentido de “técnico especializado” à prática docente e todas as implicações presentes na aquisição e difusão dos saberes, paradoxalmente, constitui suas representações no campo discursivo da teoria classista.

4.3 – Significados da filiação na visão dos acadêmicos

No momento da filiação, o discurso sindical busca instituir uma rede de sentidos partilhados, forjando um espaço de identificação comum entre o Movimento Sindical Docente e as demais categorias de trabalhadores.

O entendimento dessa questão passa pelo modo como o discurso é elaborado no âmbito do Andes-SN. Deste modo, privilegiou-se a base sindicalizada, tomando por referência as posições adotadas pelo Andes-SN. Ademais, considerou-

¹²⁸ GIROUX, op. cit., p. 158.

se o posicionamento dos acadêmicos que não reconhecem o Andes-SN como espaço legítimo de representação política dos docentes universitários, visando, com isso, tornar evidente a dissensão de sentidos que obstaculizam a aquisição de legitimidade, almejada pelo sindicalismo docente, na sua relação com a base representativa. Na busca dos fatores que envolvem esse contexto, propõe-se a seguinte questão: como os docentes universitários interpretaram a identificação do sindicalismo docente com o discurso sindical das demais categorias de trabalhadores representadas pela CUT?

Na análise dos autores que avaliam se é ou não possível identificar uma rede de sentidos partilhados entre sindicalismo docente e demais instituições sindicais, percebeu-se a presença de um elemento comum. A tipicidade do trabalho docente foi adotada como fonte de sentidos, tanto para aqueles que defendem a identificação, quanto para aqueles que a negam.

Outro ponto percebido nesse contexto representativo foi a evidente presença de duas correntes discursivas, constituídas no âmbito das matrizes geradoras de representações da prática docente. A primeira, recorrendo aos princípios de ordem classista, defende a identificação do sindicalismo docente com as demais categorias de trabalhadores. A segunda, ancorada em sentidos de ordem meritocrática, diverge dessa possível identificação do Movimento Sindical Docente com as demais categorias de trabalhadores.

Cunha¹²⁹ critica a proletarização dos docentes, sob o argumento de que a integração é equivocada em virtude das mediações que a natureza do trabalho intelectual-pedagógico impõe. Na visão do autor, a aproximação identitária entre professorado e operariado situa-se em uma dimensão metafórica, assim como a relação entre a imagem de patrão e Estado, pois o controle da categoria docente sobre o seu trabalho é significativamente maior quando comparado ao do operário.

não deixa de ser surpreendente que as entidades de professores públicas tenham sido, em crescente maioria, dirigidas pelos grupos político-ideológicos mais radicais (...). As concepções político-ideológicas desses grupos projetam a imagem da categoria docente como constituída de trabalhadores, em tudo, iguais à classe

¹²⁹ CUNHA, Luis Antônio. *Educação, estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1991. p. 83.

operária, sem que se façam as devidas mediações, que a natureza intelectual-pedagógica do seu trabalho impõe¹³⁰.

Por outro lado, Castro¹³¹ enfatiza que a identificação do movimento docente com o discurso trabalhista foi imprescindível para o fortalecimento das bases de luta que visam obter interesses corporativos da categoria por meio de ações coletivas.

É, portanto, na perspectiva do educador como trabalhador da educação que se respalda a militância do professorado, a compreensão de sua agência como partícipe do processo educacional e do sentido coletivo da ação. E é na solidariedade politizada, e assumida como tal, que se inscrevem as novas formas de consciência ocupacional no magistério, a partir dos anos 70.¹³²

Segundo Doria¹³³, a universidade que se origina, no Brasil, durante a Era Imperial, era constituída, em grande parte, por membros da oligarquia agrária brasileira. A escola superior do século XIX é uma “interface” entre uma classe social bem definida, a elite agrária e o aparelho burocrático do Estado Imperial, “servindo de sistema de produção do poder”.

As universidades públicas brasileiras se constituíram, desta forma, como espaço político, funcionando como centros de formação da ordem vigente, fato que relegou a segundo plano a busca pela produção do conhecimento.

Ainda na visão de Doria, em virtude da reforma universitária dos anos 80, uma nova classe social insere-se no corpo docente das universidades brasileiras. Elas, que antes eram um espaço restrito aos cientistas ligados à elite, passam a integrar professores das classes médias, que exercem a função de professores substitutos e ascendem ao cargo de professores efetivos.

Desde então, o *campus* universitário ficou dividido entre professores de classe média, representados pelos sindicalistas, que tornaram a universidade mais um espaço para suas manifestações, discursos e anseios classistas, e os

¹³⁰ Ibid., p. 84.

¹³¹ CASTRO, op. cit.

¹³² Ibid., p. 91.

¹³³ DORIA, Francisco Antônio. A função da universidade brasileira. In: FERNANDES, Florestan. *A crise da universidade*. Rio de Janeiro: Revan, 1998. p. 52.

“cientistas”, que acompanham as demandas do sistema internacional de produção do conhecimento.

Como consequência, a relação entre os profissionais docentes expressa a consolidação do antagonismo entre os “acadêmicos aristocratas internacionalizados” e a classe média “proletária”, que ocupou os espaços políticos das universidades.¹³⁴

Abre-se aqui, portanto, uma cisão entre os professores do sistema federal de ensino: do lado minoritário, estão os cientistas, ou seja, os que acompanham as demandas do sistema internacional de produção de conhecimentos; do outro lado, os sindicalistas, aqueles que vêem, na universidade pública, mais um espaço para manifestação dos desejos e anseios de classe média.¹³⁵ Embora haja a dicotomia entre membros do corpo docente oriundos da elite e os novos vindos das camadas médias, não há, nesse cenário, uma divisão tão marcada. Além disso, a alteração no perfil do professorado trouxe novas questões, inclusive sobre a diferença entre pesquisa e docência, que pulverizaram essa divisão pela origem, por uma visão mais centrada na qualificação e ampliação do espaço de atuação dos professores. Estes, agora, não ficam mais presos na dicotomia docência/pesquisa, mas no entendimento de que a condição de professor universitário está vinculada à interação com a comunidade, ao incremento da pesquisa, à formação do corpo docente, à gestão da instituição e à divulgação de conhecimentos.

Percebe-se que o referido professor aponta um claro antagonismo entre militância e academia. Por meio dos sentidos atribuídos à relação entre militância e produção do conhecimento científico, é possível redimensionar essa análise para o campo ideológico, buscando os significados produzidos no espaço acadêmico. Assim como Doria, Giannotti¹³⁶ afirma que a militância não é compatível com o espaço acadêmico, tendo em vista que a ideologia desqualifica o saber do seu caráter científico, delimita e direciona o conhecimento, destituindo-o do seu *status* de ciência.

[o movimento sindical] ao pedir que a universidade se dobre aos seus interesses, ainda que estes estejam postos como os

¹³⁴ Ibid., p. 61.

¹³⁵ Ibid., p. 60.

¹³⁶ GIANNOTTI, José Arthur. *Universidade em ritmo de barbárie*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

interesses das classes oprimidas como um todo, destrói o saber que ele próprio está solicitando. Nos termos em que é feita, a pergunta pelo saber que possa trazer a libertação das classes trabalhadoras pressupõe uma inteireza e uma univocidade que transformam todo conhecimento em ideologia.¹³⁷

Isto quer dizer que cabe, à produção de conhecimento, autonomia em relação à ideologia que norteia a ação daquele que produz o conhecimento. Paira aqui uma inquietação que merece ser cuidadosamente discutida. Afinal, em que medida essa autonomia existe se somos informados e movidos a partir de concepções e adoções que fazemos do campo ideológico?

4.4 – Ideologia e saber científico no discurso acadêmico

Esta discussão aparece no debate sobre a aproximação e a distância entre militância e academia e, conseqüentemente, remete aos significados atribuídos à presença de um movimento sindical na universidade. Associada a essa questão encontra-se, também, a definição da prática docente e a pluralidade de sentidos atribuídos à sua identificação com as demais categorias profissionais.

É sob este prisma que Rodrigues¹³⁸, ao analisar as representações de cidadania e democracia, presentes no imaginário social do corpo docente da UnB, estabelece a inter-relação entre as representações de democracia e cidadania, associando-as às práticas políticas e educativas desse grupo profissional.

Segundo ela, há três linhas de pensamentos que orientam as relações entre intelectuais e partido político. A primeira linha, representada por Max Weber, defende a separação absoluta entre educação e política. Compondo a segunda linha, estão aqueles que interpretam a docência como uma atividade intrinsecamente acadêmica, desconsiderando a relevância de se exercer uma prática exterior a essa atividade. Dentre seus divulgadores está Demerval Saviani. Por fim, a terceira linha interpreta a atividade docente como uma prática intrinsecamente política, em que o professor deve extrapolar os limites da academia

¹³⁷ Ibid., p. 86.

¹³⁸ RODRIGUES, Antônia Maria Ribeiro, op. cit., p. 18.

para envolver-se nas lutas da sociedade civil, tanto aquelas de ordem mais ampla, quanto as fundamentadas na defesa da categoria. Paulo Freire foi um dos adeptos desta linha.

A relação entre prática docente e atuação política redimensiona o campo de atuação docente à prática social, uma vez que integra uma concepção mais ampla de homem, sociedade e democracia.

Com isso, Rodrigues defende, em sua pesquisa, que a postura ideológica adotada pelos intelectuais da educação se reflete na teoria adotada por estes, no âmbito da prática docente, promovendo uma substancial influência sobre os indivíduos que têm acesso a essas teorias políticas durante os cursos de formação.

Seguindo com suas interpretações, Rodrigues salienta que, durante os anos 80, a teoria dos grupos que se diziam não envolvidos com partidos políticos é mais divulgada se comparada aos que defendem a interação entre política e prática docente. Isso se reflete nas concepções e práticas adotadas pelos docentes durante sua formação acadêmica¹³⁹.

Vale uma pausa para entender os sentidos possíveis da noção de ideologia. Chauí defende que, na concepção marxista, a ideologia se constitui no âmbito da alienação, ou seja, do alheamento do indivíduo ao seu real espaço de inserção social. Sob essa ótica, a realidade se faz imutável, naturalmente instituída, impassível de transformação. Conseqüentemente, as mudanças configuram-se independentemente da vontade dos sujeitos sociais, condicionadas a elementos que estão para além da ação individual ou mesmo coletiva, como Deus, natureza e Estado¹⁴⁰.

No entanto, a ideologia, na condição de fonte de sentidos para a constituição das representações, é ressignificada e apropriada no campo dos estudos culturais. Novos significados lhe são atribuídos, tanto em termos de definição, quanto em termos de modo de atuação. A diversidade de sentidos que passa a ter a ideologia na constituição da realidade social pode ser localizada nas análises de Geertz e Orlandi.

¹³⁹ Ibid., p. 58.

¹⁴⁰ CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 80.

Na visão de Orlandi¹⁴¹, ideologia não é a ocultação da realidade, mas condição necessária para que exista a relação do sujeito com a língua e a história. É prática do significante, que intervém no modo de funcionamento do imaginário, mediando a relação entre linguagem/ mundo/ pensamento. A função da ideologia é produzir evidências que colocam o homem em sintonia com a relação do imaginário e suas condições materiais de existência, sendo, deste modo, imprescindível para a constituição dos sujeitos e sentidos presentes na vida social.

Para Geertz¹⁴², o homem é guiado pelas suas próprias constituições simbólicas, formuladas a partir da cultura a que pertence. Da mesma forma que os sistemas genéticos fornecem o diagrama para a organização dos processos orgânicos, os padrões culturais, religiosos, filosóficos, científicos e ideológicos são programas que definem as estratégias de convívio social. Quando as orientações culturais mais gerais e o “pragmatismo” empírico são, ambos, insuficientes para definir a imagem de um dado contexto político, as ideologias tornam-se cruciais, atuando como fontes de significados para as atitudes de ordem sociopolíticas.

A ideologia, na condição de diagrama cultural, estabelece um elo emocional entre o modo como as coisas são e a forma como gostaríamos que fossem, assegurando o desempenho dos papéis sociais que não são abandonados em virtude da apatia.¹⁴³ Ainda segundo Geertz,

É justamente quando nem as orientações culturais mais gerais da sociedade, nem as orientações mais terra-a-terra, “pragmáticas”, são mais suficientes para fornecer uma imagem adequada do processo político que as ideologias começam a tornar-se cruciais como fontes de significados e atitudes sócio-políticas (sic).¹⁴⁴

Na relação entre ideologia e ciência, Geertz questiona se há, de fato, uma relação antagônica entre ambas. Se, por um lado, a ideologia é interpretada como instrumento de dominação, por outro, a condição de neutralidade e objetividade do discurso científico condiciona uma “visão normativa da sociedade”.¹⁴⁵

¹⁴¹ ORLANDI, 1999. op. cit, p. 48-50.

¹⁴² GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. São Paulo: Guanabara, 1989. p. 188.

¹⁴³ Ibid., p. 191.

¹⁴⁴ Ibid., p. 192.

¹⁴⁵ Ibid., p. 168-169.

Mesmo que ciência e ideologia sejam diagramas sociais distintos, há uma importante relação entre ambas, cabendo às ideologias o papel de questionar a condição e os direcionamentos adotados pelas sociedades. Deste modo, a função social da ciência, em relação à ideologia, é compreender como ela é constituída, sua origem, criticá-la, forçando-a a estabelecer relações com a realidade, "sem necessariamente render-se a ela".¹⁴⁶

As representações que ignoram a presença da ideologia na constituição do saber científico, naturalizado, em sua condição de regime de verdade, ancoram-se em sentidos que ocultam as mediações presentes entre o discurso científico e a ideologia que orienta as estratégias de poder, instituídas pela da ordem vigente.

Uma vez entendida a relação entre ideologia e realidade social, aferimos que os discursos proferidos sobre as articulações entre docência e política não são antagônicas e sequer excludentes. Toda tomada de posição, toda escolha, até mesmo do que pesquisar e do modo como transmitir conhecimentos para os alunos pressupõe uma adoção política. Portanto, a ação do professor está imbricada na rede de significados que são também ideológicos. Do mesmo modo que são informadas pela ideologia, as pesquisas se dedicam à compreensão da própria ideologia como objeto de estudo. Esses são os dois lados da mesma moeda. O que se destaca é o fato de o debate, no âmbito da academia, estar inserido no questionamento sobre que tipo de vinculação se estabelece entre academia e partido político. Reapropriando-nos mais uma vez das palavras de Geertz, o problema tem sido do risco de a academia se render à ideologia e, com isto, limitar seu campo de ação, pela subalternidade.

De todo modo, o debate continua e vai encontrar seus desdobramentos no processo de desfiliação, que não pode ser compreendido como efeito desse intenso embate, mas como uma das conseqüências do processo de reestruturação produtiva, que deixou suas marcas no sistema de produção material com fortes ressonâncias no sistema de produção intelectual.

¹⁴⁶ Ibid., p. 205.

CAPITULO V

Andes-SN e CUT: a dissensão de sentidos outrora partilhados

5.1 – Contexto da desfiliação

Atém-se este capítulo à análise do contexto social histórico em que a Andes desfilia-se da CUT, bem como as reconfigurações desencadeadas e os desdobramentos daí decorrentes.

Para Leite¹⁴⁷, as instituições sindicais, como espaço de representação coletiva, são redimensionadas em virtude das práticas neoliberais dos anos 90 e da crise econômica que gerou as altas taxas de desemprego no país. Surgiram desafios que, em grande medida, os sindicatos não estavam preparados para enfrentar, como as perdas de suas bases, os processos de ajustes conjunturais, desemprego, investidura generalizada contra o poder sindical, desverticalização das empresas e terceirização dos setores e de suas atividades produtivas.

Segundo Antunes¹⁴⁸, as transformações dos modos de produção afetaram diretamente o mundo do trabalho e, conseqüentemente, a classe operária. Dentre essas mudanças, estão a flexibilização da unidade fabril, a desconcentração da produção e a desregulamentação dos direitos do trabalho. O domínio da produtividade também contribuiu para com essas transformações, tanto em termos materiais quanto subjetivos, interferindo na consciência de classe e seus espaços de representação identitária, seja na esfera coletiva, seja na individual.

Os sindicatos distanciaram-se dos movimentos classistas, aproximando-se, cada vez mais, do sindicalismo de participação e negociação. Presos à trama

¹⁴⁷ LEITE, 1992. op. cit, p. 18.

¹⁴⁸ ANTUNES, 2000, op. cit. p. 43.

discursiva do capital, não conseguem ir além das questões relativas ao seu dinamismo prático.

No cenário dos movimentos sindicais dos anos 90, visualiza-se a bipolarização das centrais sindicais. A Força Sindical aparece, neste contexto, para se antepor aos posicionamentos ideológicos instituídos pela CUT no cenário das representações sociais.¹⁴⁹

A oposição entre uma e outra central é de tal expressividade que faz com que pensar a Força Sindical sem a existência da CUT, e vice-versa, muito embora possível, torne-se tarefa pouco interessante. O jogo sindical, bem como o campo político, é bastante relacional e como tal deve ser entendido.¹⁵⁰

O aparecimento da Força Sindical, uma central de “corte liberal” que diverge em muitos aspectos dos princípios defendidos pela CUT, foi conseqüência da lacuna deixada no campo pragmático da ação *cutista* que, centrada no discurso revolucionário, acaba distanciando-se dos elementos práticos da ação sindical.¹⁵¹

Em termos conjunturais, na visão de Costa, a Força Sindical aparece em um cenário social absolutamente distinto daquele em que a atuação da CUT fora legitimada. Segundo ele,

A conjuntura política do congresso de fundação da Força Sindical era inteiramente diferente daquela encontrada pela CUT em 1983. (...) O quadro macroeconômico vinha sendo alterado por políticas mais fracamente liberais (...). O neoliberalismo começara a consolidar-se como real alternativa política e econômica, através das medidas do Governo Collor.¹⁵²

É nesse cenário que a Força Sindical encontra um solo seguro para apresentar-se como principal adversária da CUT, sendo uma central sindical de “corte liberal” e adepta do sindicalismo de resultados, que “ênfatiza a estrita realização de um puro pragmatismo sindical, fundada, antes de tudo, na real natureza das coisas.”¹⁵³

¹⁴⁹ COSTA, op. cit. 83.

¹⁵⁰ Ibid., p. 85.

¹⁵¹ Ibid., p. 72.

¹⁵² Ibid., p. 73.

¹⁵³ Ibid., p. 78.

As reconfigurações sociais decorrentes do neoliberalismo e o aparecimento da Força Sindical, pensada como alternativa de Central Sindical, coloca em evidência uma outra questão referente ao poder de representação dos movimentos sociais. Na visão de Antunes¹⁵⁴, os sindicatos, historicamente ligados aos trabalhadores estáveis, ainda não conseguiram articular, em sua teia discursiva, sentidos capazes de instituir espaços de identificação coletivamente partilhados entre os heterogêneos grupos de trabalhadores, chamados pelo autor de “classe-que-vive-do-trabalho”. Essa teia, por sua vez, integra, além dos trabalhadores estáveis, os trabalhadores parciais, temporários, precários e aqueles da economia informal. As lacunas presentes, nessa representação, condicionaram o enfraquecimento do modelo sindical corporativista herdado do modelo Fordista.

O neocorporativismo é outro ponto abordado pelo autor. Segundo ele, essa tendência tem reafirmado espaços de negociação constituídos por trabalhadores estáveis que se contrapõem aos segmentos que compreendem o trabalho precário, terceirizado ou parcial.¹⁵⁵ Assim, ao analisar a atuação da CUT no final do século XX, afirma que essa instituição, no campo das relações intersindicais, não conseguiu, até o presente momento, lidar com a heterogeneidade instituída no mundo do trabalho e com as distâncias entre os trabalhadores estáveis e precários.

Cada vez mais alinhada à proposta neoliberal, a CUT não avança no sentido de elaborar propostas alternativas aos padrões econômicos atualmente adotados. Acomoda-se no campo discursivo social-democrata, que se apresenta, cada vez mais, como única alternativa de combate ao neoliberalismo¹⁵⁶.

O descompasso entre as elaborações discursivas constituídas no âmbito da direção sindical e a visão de sua base representada revela-se quando dirigentes sindicais, militantes e ex-militantes interpretam o sentido da ideologia classista para o contexto representacional do Andes-SN.

¹⁵⁴ ANTUNES, op. cit., p.79.

¹⁵⁵ Ibid., p. 70-73.

¹⁵⁶ NETO, Sebastião (Org); GIANNOTTI, José Arthur. *Para onde vai a CUT?* São Paulo: Zahar. 2000. p. 90.

Para Dantas, dirigente sindical da Adunb, o reconhecimento e a aquisição de legitimidade do movimento sindical docente sempre estiveram condicionados à reafirmação de uma identidade classista. Como ele mesmo expressa:

O ANDES-SN, com sua tradição de independência e autonomia em relação a governos e partidos, com sua tradição combativa, classista e de luta, está ciente de que tem responsabilidades com a elevação da consciência da classe trabalhadora, em especial os que constituem o Movimento Docente, com a mobilização e organização da resistência, com a construção da unidade - principalmente com o conjunto do funcionalismo público e no âmbito cutista -, depositando sua esperança e confiança na força da classe trabalhadora em geral e em especial dos servidores públicos, que mobilizada e organizada deverá lutar para romper com a atual política destrutiva, e construir, com as camadas mais oprimidas e a classe trabalhadora, o atendimento de suas reivindicações imediatas, mediatas e históricas.¹⁵⁷

Sadi dal Rosso e Dóris Santos, quando questionados sobre a identificação do movimento sindical docente com os princípios ideológicos presentes na teoria classista, posicionaram-se da seguinte forma:

O prof. Sadi dal Rosso diz que:

Essa posição [de natureza classista] é de vanguarda, de pessoas que estão em uma posição de esquerda mais acentuada dentro do movimento. Se você conversar com os meus colegas dentro da universidade você verá que não é nesse nível que as pessoas operam mentalmente. O discurso classista não é unânime no interior do movimento sindical. Acho que esse é um discurso que legitima a saída, mas eu não sei como isso se efetiva. Uma coisa é o discurso, outro é a prática¹⁵⁸.

O prof^a. Dóris Santos afirma:

Não se pode aceitar esse tipo de coisa, existe toda uma história dos movimentos sociais, onde as velhas ideologias não se aplicam em nosso mundo contemporâneo, as coisas estão mudando, existe uma série de componentes que no passado não existiam, então não adianta ter uma visão, apenas com os elementos deste passado, porque não se conseguirá fazer uma boa análise. O ideal é que o sindicalista fosse alguém identificado com a sua categoria, um bom professor, garantindo aspectos da sua categoria¹⁵⁹.

¹⁵⁷ DANTAS, Rodrigo. Novas tarefas para um novo tempo: a reorganização da esquerda como necessidade histórica. In. XXIII CONGRESSO DO ANDES-SN, 2004, Salvador, p 260.

¹⁵⁸ Entrevista realizada com o Professor Sadi dal Rosso, em abril de 2005. UnB – Brasília.

¹⁵⁹ Entrevista realizada com a Professora Dóris Santos. 24 de março de 2005. UnB – Brasília. Ex-militante Sindical.

Por um lado, o posicionamento dos membros citados evidencia um dissenso entre direção sindical e militância acadêmica quando questionados sobre a relevância das representações classistas para a constituição identitária da Andes. Por outro lado, a fragilidades das representações instituídas no âmbito da direção sindical revela-se tanto na fala do prof. Sadi dal Rosso, militante sindical, quando esse admite o descompasso entre o discurso instituído e o sentido real da ação, quanto na visão da ex-militante Dóris Santos, quando ela defende a necessidade da reavaliação dos sentidos que outrora fundamentaram as estratégias de atuação da Andes.

Cattani¹⁶⁰, bem como os acadêmicos entrevistados, critica a manutenção do discurso depreendido no âmbito da prática sindical, divergindo das teses que apontam para a reafirmação das práticas ideológicas de esquerda como alternativa para a retomada de posições perdidas pelos movimentos sindicais na busca por aquisição e preservação de sua legitimidade. Para o autor, o colapso do comunismo representou, para o sistema liberal, uma aquisição de poder, tanto no campo geopolítico e militar quanto em termos “ideológicos e programáticos”. Com isso, a proposta liberal avançou, buscando uma crescente contenção da atuação intervencionista do Estado e dos espaços de representação das instituições sindicais.¹⁶¹

O sistema capitalista conseguiu manter uma unidade de princípios em sua constituição, ao mesmo tempo em que instituiu uma heterogeneidade de formas, que se adequaram às suas distintas e inúmeras formas de adoção.¹⁶² Nesse contexto ideológico, os sindicatos são definidos como uma instituição à margem do seu tempo, “acusados de neocorporativismo, arraigados a vantagens e valores, incompatíveis com o desenvolvimento”¹⁶³.

O autor aponta para duas vertentes ideológicas quando analisa os significados atribuídos à prática sindical. Para os teóricos clássicos, segundo

¹⁶⁰ Doutor em Ciências Sociais e membro da coordenação do Programa de Pós-graduação em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, também se intitula ativista sindical (identificação do lugar de fala do autor). In: CATTANI, David Antônio. *Trabalho e autonomia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

¹⁶¹ Ibid.

¹⁶² Ibid., p. 93.

¹⁶³ Ibid., p. 97.

Cattani, os sindicatos atuam no espaço social da identidade prescrita: “neste caso, os sindicatos são apenas um instrumento para aumentar o poder de barganha, para reivindicar uma remuneração superior dentro das regras definidas pelo mercado concorrencial”.

Para os anarco-sindicalistas, apesar de a institucionalização sindical ser um possível limitador da representação coletiva, em virtude do seu “corporativismo, burocratização e insulamento administrativo”, os sindicatos poderiam tornar-se

grupos de expressão direta, dos anseios coletivos, substituindo todos os formalismos institucionais, como as instâncias de representação (partidos), e formas de poder constituídos (Parlamento, Estado), ‘representando a ontogênese’ da classe operária, a construção auto-suficiente dos produtores diretos.¹⁶⁴

Para Cattani, como espaço de representação da classe trabalhadora, o sindicalismo tornou-se parte da organicidade social contemporânea;

o sindicalismo está integrado, de maneira complementar, à complexa rede de forças sociais. Sua vocação, ou potencialidade, não é a de ocupar, na sociedade, um papel central ou exclusivo. Ele é apenas uma instituição intermediária, agenciadora da resistência às várias formas de opressão, de exploração e de dependência. Em suma, é uma indispensável e, enquanto durar o capitalismo, uma insubstituível instituição de contrapoder e de criação de novas formas de experiências sociais.¹⁶⁵

As profundas transformações sociais ocorridas nos anos 90 nas dimensões da vida econômica, política e social, mudaram também as configurações discursivas e práticas ideológicas instituídas em nossa contemporaneidade¹⁶⁶.

5.2 – Transfigurações das representações identitárias.

As transformações no mundo do trabalho, como os processos de privatização, o redimensionamento do espaço produtivo e as reconfigurações da tipicidade dos vínculos empregatícios, contribuíram para o desengajamento sindical dos trabalhadores em geral.

¹⁶⁴ Ibid., p. 99.

¹⁶⁵ Ibid., p.104.

¹⁶⁶ Ibid., p. 116-118.

Essas transformações passaram a interferir diretamente no campo paradigmático das relações trabalhistas:

o que era integrado, rígido, lento, centralizado e relativamente homogêneo, tende agora a ser flexível, ágil, fragmentado e singular. Para garantir a eficiência concorrencial, as empresas precisam de trabalhadores dóceis, polivalentes, móveis e para tanto tentam abolir os contratos coletivos¹⁶⁷.

Em suma, o movimento sindical encontra-se num terreno completamente novo, no qual os antigos paradigmas que fundamentaram seu espaço de legitimação discursiva revelam-se incompatíveis com as ressignificações do campo ideológico, que fundamenta as relações de trabalho no contexto pós-moderno.

Quanto à condição de existência das instituições sindicais tradicionalmente instituídas, estas poderão, segundo o autor, desaparecer, cedendo lugar a movimentos associativos que “considerem a realidade mutante e o surgimento de novas categorias sociais, como possíveis espaços de integração”¹⁶⁸.

Na visão de Cattani, o grande desafio enfrentado pelas instituições sindicais, atualmente, consiste em encontrarem novas estratégias de atuação, capazes de reafirmar os laços identitários, coletivamente partilhados no campo das representações sociais em que estiverem atuando, buscando, assim como o sistema capitalista, novos paradigmas capazes de reafirmar seu espaço de legitimação de forma inovadora e criativa.

Para Woodward,¹⁶⁹ os significados atribuídos às práticas e experiências coletivas dos movimentos sociais foram reordenados. Ou seja, se, antes, esses movimentos estavam centrados em questões relativas ao conflito de classe, agora, ancoram-se em sentidos e lugares de fala distintos, dos quais emergem novas identidades coletivas, revelando a heterogeneidade presente no cenário social contemporâneo.

¹⁶⁷ Ibid., p. 122.

¹⁶⁸ Ibid., 128.

¹⁶⁹ WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 21-37.

Nesse contexto, as instituições sindicais, assim como outros movimentos sociais que firmaram suas bases a partir de uma imagem pretensamente coletiva, estão enfrentando o grande desafio de questionar suas formas de representação que, ao mesmo tempo em que partem de formas “fixas e naturalizantes”, negam também a constante reordenação dos significados que definem as relações sociais.

No cenário institucional da associação sindical docente, visualizamos a coexistência de duas tendências discursivas essencialmente distintas: a tendência meritocrática e a sindical. Enquanto a primeira recorre à noção de mérito para legitimar suas práticas reivindicativas, a segunda busca, na identificação com as demais classes trabalhadoras, uma base de fundamentação para suas práticas.

5.3 – Significando a desfiliação nas representações discursivas do Andes-SN

Na análise documental do relatório produzido no XXIV Congresso realizado pelo Andes-SN, identifica-se uma dissensão de sentidos presente no âmbito das representações que orientam a relação entre Central Sindical, Sindicato e governo.

No XV Congresso, realizado em 1996, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, surgem as primeiras divergências entre o Andes-SN e a CUT, influenciadas pela proposta de reforma da Previdência Social. Essa situação de conflito intensifica-se anos mais tarde, no momento em que se promove o debate acerca das reformas Trabalhista e Sindical, entre Governo Lula, Central Sindical e o Andes-SN.

Em carta destinada à direção nacional da Central Sindical, o Andes-SN sinaliza para as divergências a respeito do tratamento conferido, pela CUT, à questão:

A reunião da Direção Nacional da CUT (DNCUT) prevista para 3 e 4 de fevereiro acontece num momento extremamente delicado da vida da nossa Central, devido a discussão aberta ao redor do chamado "acordo" entre governo e Centrais Sindicais, a respeito da reforma da previdência.

E considerando a gravidade da situação, e conscientes da nossa responsabilidade enquanto (sic) dirigentes e entidades filiadas a esta Central, que nos dirigimos às entidades e instâncias da CUT,

particularmente à sua Direção Nacional, para fazer algumas considerações e apresentar propostas. E ao encaminharmos essas considerações e propostas às instâncias e à DNCUT, estamos convencidos de que adotamos o melhor caminho para defender e fortalecer a nossa Central, como um efetivo instrumento de luta da classe trabalhadora brasileira.

1 - Os pontos definidos na reunião entre governo e Centrais Sindicais, no dia 15 de janeiro, constantes da "Nota Oficial Conjunta", se implementados, significariam um profundo retrocesso em direitos históricos da classe trabalhadora brasileira. Desaparece o conceito de Seguridade Social, previsto atualmente na Constituição; a mudança de "tempo de serviço" para "tempo de contribuição" pretende retirar, ou como mínimo dificultar muito, o direito à aposentadoria de nada menos que 40 milhões de trabalhadores (se não é isso, para que mudar o nome?); acaba a aposentadoria proporcional; retiram-se direitos de servidores públicos; inicia-se um processo de extinção da aposentadoria especial; dos professores, sendo que a dos professores do terceiro grau acaba agora, dificulta-se a contagem de tempo para os trabalhadores rurais que trabalham em família, nas pequenas propriedades, isso sem falar na enorme quantidade de pontos da proposta original do governo, que nem são tocadas na Nota Oficial Conjunta. (sic)

2- Por todas as razões expostas acima fica claro que tais pontos nem de longe significariam um acordo "favorável aos trabalhadores", como tem alardeado o presidente da nossa Central. Seria um acordo em bases inaceitáveis para nossa Central. Estaríamos assinando embaixo de uma autorização para que o governo retire direitos fundamentais dos trabalhadores do nosso país. É por isso que o governo e a Força Sindical têm feito tanto esforço na defesa desses pontos. Queremos frisar que, em nossa opinião é inconcebível, para uma entidade classista como a CUT, negociar perdas de direitos. Essa é a razão do verdadeiro terremoto que aconteceu na base da CUT devido à divulgação do suposto acordo¹⁷⁰.

No XV Congresso, quase uma década antes da desfiliação, o posicionamento do Andes-SN face às deliberações da CUT no processo de reforma da previdência, sinaliza para um debate acirrado que transcorrerá nos anos que se seguem, resultando, este, em um dos principais aspectos inconciliáveis, dentre os fatores que contribuíram para com a desvinculação do Andes-SN à CUT.

No relatório desse congresso, a reafirmação de uma identidade classista comum à Central Sindical e à Associação Docente simboliza, para esta última, um aspecto mediador dos conflitos anunciados. Conforme, aparece no relatório já citado, os pontos que justificam a manutenção da filiação são:

1 - Reforçar nossa aliança com o conjunto dos trabalhadores na Defesa do Direito ao Trabalho e a garantia do emprego e contra o programa neoliberal de FHC.

¹⁷⁰ ANDES. Relatório final. XV CONGRESSO DO ANDES-SN, 1996, Santa Maria, p.25.

- a. Fortalecimento do Movimento Sindical Cutista, através da participação das ADs-S.Sind., no interior da CUT, na perspectiva do resgate dos laços sindicais e da identidade do sindicalismo classista.
- b. Campanha, no interior da ANDES-SN, pela transformação das ADs filiadas em seção sindical e a regularização das ADs-S.Sind. sindicalizadas junto às CUTs Estaduais.¹⁷¹ (sic)

A manutenção das suas representações discursivas implica, para o Andes-SN, dentre outros aspectos, na manutenção do antagonismo presente nas relações entre Estado e Central Sindical, da mesma forma daquele que se firmara no âmbito das relações entre Estado e Andes-SN. Assim reza no relatório:

5- Toda essa situação [sobre a reforma da previdência], por outro lado, acabou por trazer grandes prejuízos ao processo de mobilização, que é decisivo para derrotar o governo. É pura ilusão acreditar que nossos direitos serão assegurados nas negociações ou entendimentos com o governo, sem um poderoso processo de mobilização. E não há como construir essa mobilização se não mudarmos radicalmente a postura que temos tido como Central¹⁷².

Apesar das críticas aos procedimentos adotados pela CUT nas negociações pertinentes à reforma da Previdência, o Andes-SN, nesse primeiro momento, reafirma seu apoio à Central Sindical, expressando seu intento de manter-se filiado.

Entretanto, durante o XXIII Congresso, realizado em 2004, a animosidade entre o Ande-SN e o Partido dos Trabalhadores, cuja presença se fez notória na estrutura administrativa da Central, tornara-se irremediável:

Nas eleições presidenciais de 2002 venceu o voto pelas mudanças: apesar do caráter rebaixado do programa apresentado pela candidatura Lula, a vitória na eleição de 2002 foi a de um voto que exprime a vontade popular de transformações em relação à política neo-conservadora, privatista e pró-imperialista de FHC. Sob este aspecto, a vitória da candidatura do ex-líder das greves metalúrgicas de 1978-80 teve um inegável significado simbólico: demonstra todo um potencial de avanço e de fortalecimento da auto-confiança do movimento proletário e popular na luta por transformações sociais que atendam os anseios de justiça social dos oprimidos. No entanto, o governo Lula, rompeu com os melhores aspectos do passado do PT, de sua história, programa e discurso, frustrando suas bases e seus eleitores. O governo federal do PT não é um governo de reformas sociais, não é um "governo popular", nem avança na revolução democrática (mesmo dentro da ordem). É um governo conservador e de continuísmo. Continua a longa reciclagem contra-revolucionária da ordem autocrática burguesa e a política de pseudotransição que mantém o Estado

¹⁷¹ Ibid. p. 30.

¹⁷² Ibid. p. 25.

autocrático burguês por novos meios. Pior! O governo hegemônico pelo PT acelera e aprofunda a implementação do conjunto da política ditadas pelos interesses do bloco de poder constituído pelo imperialismo, os monopólios e o latifúndio: coloca acima de tudo o superávit fiscal para pagar a dívida externa, renovou o acordo com o FMI atendendo todas as suas imposições imperialistas (impôs a contra-reforma da previdência entregando-a para o capital financeiro, libera a produção e comercialização de transgênicos, tira verbas dos programas de saúde, educação, saneamento e promoção do bem-estar popular, arrocha salários do funcionalismo e dos trabalhadores em geral); paralisa a reforma agrária e não reprime os crimes dos latifundiários que executaram em 2003, 48 trabalhadores rurais¹⁷³. (sic)

Texto publicado pela diretoria do Andes-SN define a relação entre a CUT e o partido governista (PT) da seguinte forma:

A CUT, ainda que formalmente não integre o Estado, foi levada, pela ação de sua direção majoritária, à condição de suporte da governabilidade e, portanto, das políticas de governo, perdendo efetivamente sua autonomia, tornando-se peça fundamental para a implantação das medidas neoliberais. A promiscuidade das relações da direção da central com o palácio do planalto, ministérios e outros espaços do poder, permite afirmar que praticamente não há governo Lula sem o apoio da CUT e não há CUT sem o apoio do governo¹⁷⁴. (sic)

As reformas Trabalhista, Sindical e da Previdência trouxeram consigo uma série de divergências que acentuaram a crise nas relações entre Central Sindical e Associação Docente, conforme afirma o apoio da base à Diretoria Sindical :

O texto da Diretoria sobre a Reforma Trabalhista e Sindical apresentado ao 47º CONAD permanece como referência de nossa compreensão acerca da luta histórica dos trabalhadores por direitos trabalhistas e sindicais no Brasil e mantém-se atual em relação aos propósitos do governo Lula, da direção majoritária da CUT, das demais centrais sindicais e do patronato para a reforma sindical. Por isso, o presente texto procura esclarecer os últimos acontecimentos sobre a condução da reforma trabalhista e sindical por parte dos protagonistas presentes no FNT (centrais, governo e patronato) e definir e encaminhar nosso posicionamento e ações políticas neste processo¹⁷⁵. (sic)

¹⁷³ SANTOS, Alexandre; RIBAS, Clarilton; BARBOSA, Geraldo; MACHADO, Luís Carlos Pinheiro. Desafios históricos diante da crise do capital e do continuísmo neoconservador no governo Lula. In: XXIII CONGRESSO DO ANDES-SN, 2004, Salvador, p. 381.

¹⁷⁴ ANDES. Relação com a CUT e a luta em defesa da liberdade e da autonomia sindical. In: XXIV CONGRESSO DA ANDES, 2005, p. 242.

¹⁷⁵ ANDES-SN. Política e Formação Sindical: acabar com a unidade sindical obrigatória para impor o sindicato orgânico e obrigatório: a reforma sindical do governo Lula. In: XXIII CONGRESSO DO ANDES-SN, p. 321.

Para o Andes-SN:

A última reunião do FNT, realizada em janeiro de 2004, celebrou um entendimento entre a bancada dos trabalhadores, a bancada dos patrões e o governo Lula para tratar da reforma sindical a partir de fevereiro de 2004 (desejando concluí-la antes das eleições municipais), deixando a reforma trabalhista para o ano de 2005. A base para este acordo é assustadora. Avaliamos que as centrais sindicais tendem a concordar com o modelo de regulamentação do trabalho defendido pelo patronato brasileiro no que se refere a privilegiar as negociações coletivas em detrimento da CLT. Essa tese já fora esboçada no CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) na forma de recomendação (o que significa que ela foi majoritária). Na prática, significa que o negociado prevalecerá sobre o legislado. 13º salário, férias e direitos constitucionais poderão ser negociados numa conjuntura notoriamente desfavorável, pois marcada pela pressão de numerosa força de trabalho desempregada ou em atividades precarizadas e informais. Não é raro encontrar exemplos da postura da CUT em flexibilizar direitos sob o pretexto (geralmente não-confirmado) de preservar os postos de trabalho ameaçados de destruição pelo capital. Foi o caso das Câmaras Setoriais, negociadas no início da década de 90 e, mais recentemente, a negociação do Banco de Horas e de vários PDVs (Planos de Demissão Voluntária).

Além desse fato, pesou nesse acordo o consenso entre os representantes das centrais e da bancada dos patrões sobre o reconhecimento da representação das centrais sindicais. Aqui reside o ponto principal da reforma sindical pretendida pelo governo Lula: trata-se de atribuir às centrais sindicais o poder de negociarem pelos trabalhadores e/ou indicarem o sindicato que “julgar representativo” da categoria na negociação. Essa posição está explicitada na PEC-29/03 de autoria de Vicentinho e Maurício Rands. Como havíamos registrado no 47º CONAD, essa “forma de definir a representatividade do sindicato numa negociação – seja por dissídio ou greve – deturpa a representatividade política dos sindicatos ao delegar às centrais sindicais a função legal de mediar e/ou arbitrar em nome dos trabalhadores”¹⁷⁶.

A “reforma” sindical, feita pelo governo como superação do corporativismo, nada mais é do que a constituição da burocracia estatal no seio da classe trabalhadora. Esse projeto, que visa destruir os graus de liberdade ainda existentes, acaba por ser instrumento privilegiado de centralização do poder nas mãos de poucos burocratas sindicais que passarão, caso aprovado, a ter poder de decidir por categorias inteiras, ainda que contra a vontade destas. Permitirá ao governo e ao empresariado caracterizar como atos anti-sindicais formas que o movimento veio elaborando ao longo do tempo. A CUT é hoje o pilar de sustentação da destruição da

¹⁷⁶ Ibid. p. 322.

liberdade e autonomia sindicais ainda que proclame alto e bom som estar patrocinando uma lei de liberdade sindical¹⁷⁷.(sic)

No texto, fica em evidência a profunda insatisfação do Andes-SN em relação ao tratamento depreendido à reforma sindical, conseqüência, de certa forma, do tratamento depreendido pelo Estado e Centrais Sindicais às novas relações de trabalho instituídas a partir da política neoliberal.

Neste sentido, o descompasso entre as idéias defendidas pela direção do Andes-SN e a política sindical adotada pela Central Sindical coloca as reformas Sindical e Trabalhista lado a lado no campo de divergências que adensaram as divergências entre o Andes-SN e a CUT.

Na citação referente ao texto sobre a Reforma Trabalhista, produzido no XXIV Congresso, é possível dimensionar a insatisfação dos dirigentes sindicais do Andes-SN com relação à atuação da CUT no processo de formulação da Reforma Trabalhista:

A flexibilização da legislação trabalhista está posta nesta ordem tática. O governo tenta encaminhar separadamente as reformas sindical e trabalhista porque, se conseguir reformar a estrutura de representação sindical primeiro, combinando a possibilidade de sindicatos por empresa com o arbítrio em última instância da central sindical ou de uma comissão das centrais sindicais, a desregulamentação trabalhista ficará mais justificada ainda, já que passariam a valer os acordos coletivos firmados entre o patronato e a entidade representativa dos trabalhadores – uma situação bem recebida pelos patrões e pelas centrais sindicais. Essa lógica explica até mesmo a reforma ministerial que levou Ricardo Berzoini ao Ministério do Trabalho e Emprego, personagem implacável na retirada de direitos dos trabalhadores e compromissado com grandes negócios, como os fundos de pensão.¹⁷⁸

As divergências em relação ao projeto político implementado pelo PT no âmbito das reformas Trabalhista e Sindical, assim como a ascensão do governo de oposição, vinculado à CUT, ao poder, resultaram na dissensão de sentidos presentes nas relações entre Central Sindical e Associação Docente.

O contexto da desfiliação integra divergências que operam no âmbito econômico, político e ideológico. Entretanto, no discurso elaborado pela direção

¹⁷⁷ ANDES-SN. Unidade dos trabalhadores e as lutas concretas na conjuntura. In. XXIV CONGRESSO DO ANDES-SN, 2005, Curitiba, p. 177.

¹⁷⁸ Ibid., p.322.

sindical do Andes-SN para justificar a desfiliação, identificamos a predominância dos argumentos de caráter ideológico, como a reafirmação da identidade classista do Andes-SN.

Em nota publicada no dia 4 de março de 2005, o Andes-SN informa, em sua página eletrônica, sua desfiliação à CUT.

O ANDES-SN deliberou, em seu 24º Congresso, Curitiba, 24 de fevereiro a 1º de março, após um extenso e amplo debate, desfiliar-se da Central Única dos Trabalhadores. Essa proposição foi votada pela assembléia com o seguinte resultado: 192 votos a favor, 85 contrários e 12 abstenções.¹⁷⁹

A influência do contexto conjuntural revela-se presente, tanto na filiação quanto na desfiliação. No primeiro momento, a oposição da Central Sindical ao governo e à política de redemocratização foram argumentos para justificar a filiação. No segundo momento, a proximidade da Central Sindical à esquerda governista torna-se o principal ponto de divergências entre as instâncias sindicais.

O rumo tomado pela CUT tem resultado em derrotas para os trabalhadores. No 24º CONGRESSO a idéia que moveu os delegados foi a mesma daqueles do 8º CONGRESSO, há 16 anos, quando votaram a filiação do ANDES-SN, um passo importante para que o sindicato continue contribuindo com a construção da unidade dos trabalhadores classista, da democracia e da autonomia para enfrentar as difíceis lutas que a conjuntura impõe. A conjuntura atual diverge daquela que levou à fundação da CUT, pois é extremamente adversa para os trabalhadores, mas por isso, mais uma vez, a busca da construção de novos caminhos para a continuidade da luta em defesa do direito de todos.¹⁸⁰ (sic)

No contexto da filiação, a proximidade entre Andes-SN e CUT representa a consolidação do discurso de caráter classista no âmbito da representação sindical docente. Da mesma forma, a desfiliação significa, para a direção sindical, a reafirmação desse mesmo conteúdo discursivo. Ou seja, a desfiliação não exalta a tipicidade do Movimento Sindical Docente das Universidades, mas as representações antagônicas entre Sindicato e governo.

No XXV Congresso, reafirmando seu posicionamento sobre a desfiliação, a diretoria do Andes-SN deixa evidente a manutenção do “eixo macroestratégico

¹⁷⁹ ANDES, Nota pública sobre a desfiliação do Andes-SN da CUT. Disponível em <<http://www.andes.org.br/imprensa/ultimas/contatoview.asp?key>>.

¹⁸⁰ ANDES-SN. Nota pública sobre a desfiliação da Andes-SN. Brasília. Março/2005. p. 1.

legitimação/deslegitimação”¹⁸¹, na relação entre Estado e Andes-SN, ao mesmo tempo em que reafirma o seu posicionamento ideológico no âmbito do discurso sindical:

O ANDES-SN, em seu 24^o Congresso, aprovou sua desfiliação da CUT e a disposição em continuar ao longo de 2005, empenhando-se na construção de um pólo de resistência sindical às reformas do governo Lula, na defesa do movimento sindical, autônomo, classista e combativo e que caminhe no sentido da unidade entre trabalhadores do campo e da cidade, do setor público e do privado, bem como de formalizados precarizados.¹⁸² (sic)

No informe sobre a desfiliação, a CUT deixa de representar um espaço de ancoragem seguro para os sentidos que fundamentam o campo representacional do Andes-SN, para tornar-se mediadora das representações instituídas no âmbito estatal. Ou seja, se, antes, a Central Sindical era definida como mais um espaço de contestação, agora, na visão dos dirigentes sindicais do Andes-SN, ela deixou de ser considerada um espaço de defesa dos interesses da classe trabalhadora para tornar-se parte integrante da ordem vigente.

A CUT, ainda que formalmente não integre o Estado, foi levada, pela ação de sua direção majoritária de suporte da governabilidade e, portanto, das políticas de governo, perdendo efetivamente sua autonomia fundamental para a implementação das medidas neoliberais.¹⁸³

No contexto da desfiliação, a dissensão de sentidos na base governista e na Central Sindical, assim como no interior do Andes-SN, gerou uma série de rupturas.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados) e PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), dissidentes da coligação partidária que elegera o Governo Lula, são citados pela direção sindical do Andes-SN para compor uma base de oposição formada por sindicatos e partidos políticos contrários à política governista.

Em 2004, a contra-reforma da educação superior ganhou centralidade na agenda governamental. Após inúmeras ações pontuais, lideradas por tendências estudantis, DCEs, Executivas de Cursos, os protagonistas que estavam nessa luta lograram construir uma plenária unitária para organizar a luta contra essa reforma, reunindo militantes dos CAs, DCEs, Executivas de distintas

¹⁸¹ MIRANDA, op. cit., p.58.

¹⁸² ANDES-SN. Os desafios da construção da unidade dos trabalhadores, com autonomia e independência. In: XXV CONGRESSODO ANDES-SN, 2006, Cuiabá, p. 286.

¹⁸³ ANDES-SN. Nota pública sobre a desfiliação do ANDES-SN da CUT. 2005. p. 2.

tendências, petistas do campo de esquerda, militantes do PSTU e do recém-criado PSOL. A tese da unidade de ação dos que estão na luta não foi construída sem dificuldades. O alcance da agenda – se focada nas contra-reformas da educação superior, sindical e trabalhista ou se contra o governo de Lula como um todo, gerou debates tensos, que convergiram para a agenda da Marcha do dia 25 de novembro. A iniciativa de maior amplitude contra as políticas de Lula da Silva, incluiu os setores estudantil e sindical da esquerda do PT, PSTU, PSOL e independentes insatisfeitos com os rumos do governo de Lula. Houve plenárias regionais em distintas regiões do país e caravanas partindo de todas as regiões, totalizando cerca de 15 mil manifestantes. Na construção dessa marcha, ficou firmado o protagonismo do ANDES-SN, que contribuiu decisivamente para a criação de um espaço de interlocução que levou à construção exitosa¹⁸⁴.

Nos relatos das seções sindicais que se manifestaram durante o XXIV Congresso a despeito da desfiliação, identificamos uma série de divergências entre os argumentos defendidos pela direção sindical em relação à sua base sindicalizada. Exemplificaremos essas divergências por meio de textos elaborados por seções sindicais e sindicalizados que divergiram da desfiliação. O texto intitulado Não à Desfiliação da CUT já no primeiro momento deixa evidente a dissonância dessa relação entre a visão da direção do Andes-SN e sua base sindicalizada naquilo que se refere a desfiliação.

Na visão dos docentes da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o grupo de sindicatos que defende a desfiliação do Andes-SN em relação à CUT é formado por “funcionários públicos federais, ou seja, o setor diretamente afetado pela reforma da Previdência do Governo Lula.”¹⁸⁵

Como alternativa à desfiliação, o texto propõe:

A tarefa do momento: construir uma fração revolucionária de oposição à burocracia nos sindicatos e na CUT (...)

68. A tarefa do momento é a organização dos trabalhadores para resistir à ofensiva do governo Lula com a reforma sindical e a reforma trabalhista.

69. A política correta não é sair da CUT, mas organizar os trabalhadores pela base para derrubar a diretoria pelega da CUT,

¹⁸⁴ ANDES. Relatório. In. RELATÓRIO DO XXIV CONGRESSO DO ANDES-SN, 2005, Curitiba, p. 176.

¹⁸⁵ OLIVEIRA, Antônio Eduardo Alves. Não à desfiliação da CUT. In. RELATÓRIO DO XXIV CONGRESSO DO ANDES – SINDICATO NACIONAL, 2005, Curitiba, p. 252. “Considerações sobre a desfiliação da CUT, apresentadas para discussão na Assembléia dos Professores Universitários da Ufba, do dia 12 de agosto de 2004.” (Referência contida na nota informativa do texto).

construindo uma nova direção para o movimento operário a partir das bases, da organização de uma corrente sindical nacional de oposição ao governo Lula e à burocracia cutista.

70. É preciso que a luta contra a burocracia seja levada aos locais de trabalho e aos grandes sindicatos que são a base da CUT. É preciso lançar a palavra-de-ordem de arrancar estes sindicatos das mãos da burocracia da frente popular e colocá-los a serviço da luta operária, tendo como base um programa para unificar toda a classe trabalhadora¹⁸⁶

Uma ação mais incisiva no interior da CUT, na busca pela superação dos problemas relacionados à sua estrutura burocrática e atuação política, é apontada como uma alternativa à desfiliação

Sobre a atuação do PSTU no interior da estrutura sindical cutista, os acadêmicos sindicalizados afirmam:

A lógica da política do PSTU: na contra-mão das tendências do movimento operário (...)

22. Se o período ascendente da dominação, uma completa ditadura, da burocracia frente populista sobre os sindicatos e a CUT, coincidiu com o refluxo do movimento operário e com o crescimento da participação ainda que minoritária do PSTU nos aparatos sindicais, agora com a mudança da etapa política, com o PT e a frente popular demonstrando todo o conteúdo contra-revolucionário da sua política, quando a classe operária começa a dar os primeiros sinais de sair do período de refluxo, o PSTU entra em colapso e começa perder de forma acelerada as “suas conquistas” nos aparatos.

23. O crescimento da presença do PSTU no aparelho sindical foi obtido em uma associação estreita com a burocracia através das chamadas diretorias proporcionais ou diretamente através de um bloco com a burocracia sindical para dirigir os sindicatos. Agora, com a ascensão da burocracia ao governo, a sua política que antes consistia em apoiar o governo sob a cômoda fachada de oposição, perdeu este disfarce conveniente. Diante disso, o PSTU viu-se obrigado a distanciar-se dos seus aliados da frente popular, perdendo completamente o rumo da sua política.

24. Essa situação se deve ao fato que o PSTU subiu com o crescimento da dominação da burocracia, uma vez que serviu como suporte para essa dominação burocrática, dando uma aparência de esquerda para as diversas manobras dos “partidos operários” que dirigiam a CUT e a chegada ao poder da frente popular já está provocando uma crise da política de colaboração com a direita da frente popular mas abre também uma crise na esquerda da frente popular. Inclusive, é importante destacar que, como o PSTU não tem nem a presença política no movimento operário nem a força do

¹⁸⁶ Ibid., p. 259.

aparato da Articulação Sindical essa crise tem um caráter terminal.¹⁸⁷

Na visão dos acadêmicos que divergem da desfiliação, a ação partidária do PSTU pode ser entendida como um obstáculo à superação dos problemas vivenciados pela CUT, tanto naquilo que se refere à sua estrutura burocratizada quanto na manutenção da legitimidade obtida nas instituições sindicais.

O texto intitulado *Em Defesa da CUT, Contra esta Reforma Sindical: nem integração nem divisão* atribui um significado distinto daquele depreendido pela direção sindical do Andes-SN em relação à desfiliação e Reforma Sindical:

Entretanto, desde que se iniciou o debate sobre a Reforma Sindical, há setores que, confundindo a maioria de sua direção com o conjunto de seus sindicatos e da base da central, decretam que a CUT “não está mais em disputa” e jogam na divisão da Associação Sindical, criando do Coordenações (Conlutas e Celutas) como “direções alternativas” autoproclamadas, avançando em propostas de “desfiliação dos sindicatos da CUT”. Tais atitudes complementam as daqueles que, ao aceitar a Reforma Sindical, abrem a via para a integração da CUT ao aparelho de Estado. Ambas as posições levam ao enfraquecimento e destruição da CUT como central sindical independente o que não podemos permitir. Tanto a “defesa da Reforma” por parte da maioria da direção da CUT quanto a “desfiliação-destruição da CUT” ajudam o governo a cumprir seu objetivo de aprovar a Reforma¹⁸⁸.

Para esses docentes que desaprovam a desfiliação, do mesmo modo que a Reforma Sindical, ela atua no sentido de contribuir para com o enfraquecimento e desarticulação da estrutura sindical em questão.

No texto intitulado *Educação e Revolução*, sindicalizados de várias seções sindicais do país manifestaram-se contrários a desfiliação:

A tarefa do momento: construir uma fração revolucionária de oposição à burocracia nos sindicatos e na CUT(...)

15. A defesa da saída da CUT neste momento nada mais é que uma profunda capitulação sem luta em relação à frente popular e à burocracia cutista, que leva adiante a política da frente popular no interior da CUT e dos sindicatos (....).

¹⁸⁷ Ibid., p. 253.

¹⁸⁸ ANDES. *Em defesa da CUT, contra esta reforma sindical, nem integração nem divisão*. In: XXIV CONGRESSO DO ANDES-SN, 2005, Curitiba. (Contribuição dos professores: Juanito Vieira – Apes –, Luíz Gomes – Sindfunesa –, Eudes Baima – Sinduece - e Domingos Sávio Garcia – Adunemat)

16. A criação da CUT em 1983 correspondeu a uma tendência histórica dos trabalhadores de rompimento com o peleguismo, ou seja, com o regime burguês no interior dos sindicatos operários. Lula e os sindicalistas ligados a ele foram, em um primeiro momento, obrigados a romper com o peleguismo, para, em seguida, buscar a reunificação. Naquele momento, a derrota da política de unidade com os pelegos foi sem dúvida um passo adiante e serviu como uma alavanca para a criação de movimento nacional para tirar os sindicatos mais importantes da mão dos agentes da ditadura militar.

17. A presença dos pelegos tradicionais na CUT somente serviria para estrangular a central no seu nascedouro, ou seja, não teria como objetivo a construção de uma real unidade para criar uma entidade de massas, o que somente poderia ser a expressão de um movimento independente da classe operária, mas seria um verdadeiro aborto da CUT¹⁸⁹.

Nas citações dos acadêmicos sindicalizados que divergem da desfiliação, essa atitude proposta pela direção sindical do Andes-SN representa uma atitude inócua diante dos desafios enfrentados pelo movimento sindical. O desmanche da estrutura cutista seria, nesse sentido, mais um indício da fragilidade dessa estrutura. Manter-se filiação, buscando estratégias efetivas no sentido de romper com um determinado modelo que não atende as demandas defendidas por esse discurso sindical, tornara-se a bandeira dos docentes contrários à desfiliação.

As primeiras dissensões desse contexto conjuntural ocorreram no interior da base governista de Luís Inácio da Silva. As divergências dentre os membros da base governista, além daquelas que já havia dentre os membros integrantes do seu apoio partidário, geraram uma série de dissidências no campo da política estatal.

Os conflitos de ordem partidária chegaram ao interior da CUT em virtude de sua vinculação histórica com o Partido dos Trabalhadores (PT), que ascendera ao poder. No campo da desarticulação, partidária e sindical, surge a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas).

A Conlutas, fundada em março de 2004, durante o Encontro Nacional Sindical, realizado em Goiás, define sua atuação da seguinte forma:

A CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas – é, como o próprio nome diz, uma coordenação, composta por entidades

¹⁸⁹ ANDES. Educação e Revolução. In: XXIV CONGRESSO DA ANDES, 2005, Curitiba. (Contribuição dos professores Maria de Lourdes Sarmiento – filiada à Adupeb Seção Sindical –; Adroaldo Oliveira – filiado à Adufs-BA –; Antonio Eduardo Alves de Oliveira - filiado à Apub Seção Sindical –; Patrícia Cristina Pinheiro Almeida –filiada à Adunb Seção Sindical). p. 202.

sindicais, organizações populares, movimentos sociais etc., que tem com objetivo organizar a luta contra as reformas neoliberais do governo Lula (Sindical-Trabalhista, Universitária, Tributária e Judiciária) e também contra o modelo econômico que esse governo aplica no país, seguindo as diretrizes do FMI.¹⁹⁰

Na sua relação com a CUT, a Conlutas posiciona-se da seguinte forma:

A CONLUTAS, no entanto, busca constituir-se como alternativa para lutas dos trabalhadores, frente à degeneração da CUT, que se transformou em uma entidade chapa-branca, preferindo apoiar o governo do que **(sic)** defender os trabalhadores.¹⁹¹

Nos textos publicados pela direção sindical do Andes-SN, a Conlutas aparece como alternativa, um possível espaço de agregação dos trabalhadores que romperam com a Central Sindical:

A CONLUTAS hoje se constitui num dos pólos de resistência aos ataques que trabalhadores e movimentos sindicais têm sofrido no Brasil. O seu papel de congregar as entidades que se matêm na trincheira contra o neoliberalismo é inegável. O ANDES-SN tem participado das ações catalisadoras por aquela coordenação e estas se constituíram, no ano de 2004, na principal reação das entidades mais combativas, no campo sindical.¹⁹²

Docentes da UFBA definem as relações entre Andes-SN/Conlutas, representada pela presença partidária o PSTU, da seguinte forma:

A política de abandono de uma organização sindical de massas como a CUT e de construção de um pequeno nicho sindical é uma típica política sectária. O sectarismo do PSTU se expressa na política ultimata de propor “rupturas” com organizações de massas devido ao fato de que não concordam com a política de sua direção. Ou seja, o PSTU quer substituir o movimento operário real com suas contradições, com suas características próprias da sua evolução, por um movimento operário “novinho em folha” e sem “defeitos”.¹⁹³

O texto defende que a formação da Conlutas foi um meio encontrado pela oposição de reafirmar um discurso que, além de não se efetivar em termos práticos, também não fora capaz de encontrar alternativas em seu campo teórico para

¹⁹⁰ Conheça a Conlutas. Disponível em <<http://www.conlutas.org.br/index.php?sc=21>>. Acesso em: 19/4/2006.

¹⁹¹ Ibid., p. 1.

¹⁹² ANDES-SN. Ficar ou sair da CUT: uma questão que vai além da crítica à sua Direção. In: XXIV CONGRESSO DO ANDES-SN, 2005, Curitiba.

¹⁹³ OLIVEIRA, Antônio Eduardo Alves. Não à desfiliação da CUT. In: XXIV CONGRESSO DO ANDES-SN, 2005, Curitiba, p. 254.

representar esse novo campo representacional que passara a ocupar por meio da ascensão de Lula ao poder.

Para o PSTU a política da direção da CUT de sustentar o regime burguês, ao mesmo tempo em que mantinha uma aparência de oposição, era uma política estratégica, deveria continuar indefinidamente. Em momento algum no passado, mesmo imediato, a direção do PSTU previu que a vitória do PT, no sentido de que, ao invés de apoiar a política do imperialismo e do regime burguês apresentando-se como oposição, teria que assumir abertamente a política governamental. Essa situação pegou de surpresa todos os setores que, como os integrantes do PSTU e do P-SOL, consideraram, em um primeiro momento, que a vitória de Lula era uma “grande vitória da classe trabalhadora”.¹⁹⁴

A nova condição vivenciada pelos partidos de esquerda, fundados nas práticas discursivas de oposição à ordem vigente, gerou uma situação inusitada para aqueles que sempre pautaram suas ações no campo das divergências à política governista.

A conjuntura política do cenário brasileiro no momento em que a oposição ascendera ao poder inviabilizara a aplicabilidade literal do conteúdo ideológico defendido por essa tendência partidária. Em virtude disto, os partidos que outrora defenderam a candidatura de Luís Inácio viram-se diante de um impasse, restando-lhes apenas duas alternativas: pensar na busca por novos sentidos para suas práticas políticas ou reafirmar antigos sentidos presentes na ancoragem discursiva desse campo representacional. Essa segunda via, por sua vez, foi considerada a alternativa mais viável para aqueles que se recusaram apoiar a política governista do PT, fato que resultou na dissidência tanto de membros do próprio PT quanto de partidos que apoiaram a candidatura do Governo Lula.

A formação da Conlutas, nesse sentido, representa a busca por um espaço de reafirmação da posição antagônica demarcada por esses dissidentes na relação com a política governista.

A dissidência no interior da CUT e a formação da Conlutas repercutiram também nas relações entre Central Sindical e Sindicato.

¹⁹⁴ Ibid., p. 256.

O debate gerado em torno da desfiliação provocou sérias divergências com vários desdobramentos. O primeiro deles foi a aproximação crescente entre Andes-SN e Conlutas. O segundo foi criação do Fórum Nacional dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes), que se apresentara como alternativa à Andes.

De acordo como seu estatuto, o Proifes representa uma “associação de direito privado com natureza e fins não lucrativos, de duração indeterminada”¹⁹⁵.

Opondo-se à criação do Proifes, o Andes-SN se manifesta da seguinte forma:

Por mais artificial que o PROIFES possa ser, cabe-nos contestar mais essa tentativa de fragilizar a representação coletiva e organizada dos professores universitários. (...) Não se permitirá que um tal patrimônio seja posto em risco para alimentar a gana por aparelhos de setores derrotados nos espaços democráticos, ou as investidas de qualquer governo contra a Universidade Pública, ou mesmo os projetos de um sindicalismo heterônimo e conformado à ordem de alguns dirigentes sindicais.¹⁹⁶

Dentre os 71.505 docentes filiados ao Andes-SN, apenas 907 são professores vinculados às instituições particulares de ensino superior. Os demais são professores das instituições federais de ensino superior¹⁹⁷. Intitulando-se representante apenas dos docentes das instituições federais de ensino, o Proifes atua no campo da especificidade de uma ampla maioria sobre a qual se constitui a base representativa do Andes-SN. Com isso propomos uma reflexão: em que medida o Proifes, recorrendo à tipicidade do vínculo institucional da maior parte da base representativa do Andes-SN, pode se tornar uma ameaça ao campo representacional do Andes-SN na comunidade docente?

Para os dirigentes sindicais, na visão de Costa, o futuro do sindicalismo não está condicionado às suas práticas, mas a fatores de ordem conjuntural, fato que limitara a capacidade de inferência desses atores no cenário social em que atuam.

Muito embora haja possibilidades reais de alterações legais na arbitragem das relações de trabalho no Brasil, elas parecem mais ligadas aos “ventos liberalizantes” que chegaram ao país e à pouca

¹⁹⁵ PROIFES. Estatuto do Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior. Art. 1º Brasília: Proifes, 2004.

¹⁹⁶ ANDES-SN. Manifesto pela unidade do Movimento Docente. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/imprensa/ultimas>>. Acesso em: 30/5/2006.

¹⁹⁷ Dados fornecidos pelo ANDES-SN, por meio de uma planilha de filiação, datada de 2005.

eficácia dos mecanismos disponíveis pela estrutura do que à mera determinação do dirigentes sindicais. As possíveis alterações viriam de fora do movimento sindical e não de suas próprias formulações.¹⁹⁸

Em sua análise sobre os motivos que levaram à formação do Proifes, o Andes-SN atribui ao governo as causas de sua formação. Em nenhum momento, a questão da legitimidade é observada sob uma ótica interna na relação entre direção sindical e base representada.

As tentativas de construção de um sindicalismo autônomo e democrático são ameaçadas por uma proposta de (contra) reforma sindical que, se implementada, centralizará as entidades de base pelas cúpulas das centrais sindicais e abrirá caminho para a mais ampla retirada de direitos trabalhistas. Um governo eleito pelos que esperavam mudanças não apenas mantém e aprofunda as políticas anteriores, como se esforça para atrelar e controlar os movimentos sociais, atraindo-se para a órbita institucional e reduzindo a sua margem de autonomia até convertê-los em simples base de apoio para suas propostas.

É nesse contexto que emerge, tendo por articuladores os militantes do ANDES-SN que perderam as últimas eleições para a diretoria nacional do sindicato, a proposta da criação de uma entidade – de nome PROIFES – que se propõe, entre outros objetivos, a representar, política, econômica, cultural e socialmente os interesses e anseios dos professores das IFES associados.¹⁹⁹

A conjuntura política revelou-se preponderante na dissensão do Andes-SN e criação do Proifes. Entretanto, a história tem demonstrado o reconhecimento e a legitimidade das ações de uma cúpula sindical que infere diretamente nos limites de atuação da direção na sua base representada, fato ignorado pelo Andes-SN quando analisa os motivos que levaram à formação do Proifes.

Analisando a constituição discursiva do Andes-SN e sua capacidade de produzir legitimidade no contexto grevista dos anos 90, Miranda conclui:

o discurso em foco não consumou eficientemente e eficazmente a legitimação da hegemonia do comando grevista, e, conseqüentemente, não deu mostras de que o processo de tomadas de decisões, no decorrer do movimento grevista, tenha sido um processo plenamente legítimo e democrático, no sentido da participação de todos os segmentos da base sindicalizada.²⁰⁰

¹⁹⁸ COSTA, op. cit., p. 36.

¹⁹⁹ ANDES-SN. *Manifesto pela unidade do Movimento Docente Organizado*. Disponível em: <http://www.andes.org.br/imprensa/ultimas/para_imprimir.asp?key=3008>. Acesso em: 30/5/2006.

²⁰⁰ MIRANDA, op. cit., p. 128.

Conseqüentemente, as relações de poder entre o comando de greve e sua base sindicalizada foram “autoritárias, disciplinadoras e excludentes”²⁰¹. Na comprovação empírica de sua análise, o autor aponta para os elementos presentes nos textos que serviram de fontes para a pesquisa sobre o Andes-SN.

Isso se deveu, por um lado, ao uso da estratégia simbolização da unidade e à utilização de auxiliares modais, predicados cristalizados, slogans e escolhas lexicais de cunho militar que indicam a natureza autoritária e disciplinadora desse discurso e, conseqüentemente, dessas relações sociais.²⁰²

Baseando-nos nesses elementos, partimos para a seguinte questão: como integrar os novos sentidos atribuídos aos movimentos sociais e às reconfigurações desse novo contexto a uma ancoragem discursiva que, mesmo trazendo questões pertinentes para o tempo presente, integra sentidos referentes a um outro contexto social histórico?

Esclarece-se que este trabalho não se propôs a responder tal problemática, mas sinalizar para sua evidente presença no contexto das representações do Movimento Sindical Docente, considerando que, cientes dos limites que circundam a resolução de tal problemática, deixa-se, aos que virão, a árdua, porém necessária, tarefa de respondê-la.

²⁰¹ Ibid., p. 129.

²⁰² Ibid., p. 128.

CONCLUSÃO

A crise de legitimidade vivenciada pelo Andes-SN resulta de uma série de questões, envolvendo desde aspectos de ordem estrutural oriundos da transição do modernismo para o pós-modernismo até as limitações presentes na atuação da direção sindical em sua base representada.

A transição paradigmática da ordem social instituída na modernidade, associada às transformações no mundo do trabalho, colocam em xeque o ideal marxista. Tal fato incide na legitimação dos movimentos sociais de orientação classista.

A filiação representa uma estratégia de reafirmação identitária da Andes em relação aos demais movimentos sindicais de orientação classista.

A presença do discurso sindical na Andes não extingue a ideologia meritocrática, que passa a coexistir com as idéias classistas.

Na filiação, a presença da CUT torna-se marcante nos demais movimentos sociais. Identificada pelo Andes-SN como mais um espaço de agregação dos sentidos até então partilhados, a CUT, assim como o próprio Andes-SN, institui imagens de oposição ao Estado, representadas por meio da constituição do “eixo macroestratégico legitimação/deslegitimação”.

Filiação e desfiliação representaram, para a direção sindical da Andes, a reafirmação de uma identidade classista.

A ascensão de um partido de esquerda ao poder, com o qual a CUT manteve, ao longo de sua história, uma estreita relação, redimensiona os sentidos atribuídos ao papel social desenvolvidos, até então, pela Central Sindical, deixando de ser entendida como setor de oposição à conjuntura política, e passando a ser considerada parte da estrutura vigente.

As práticas discursivas outrora partilhadas por Central Sindical e Sindicato, pautadas na legitimação da ação sindical, por meio da deslegitimação da política estatal, perdem sua consistência, resultando na dissensão entre Movimento Sindical Docente e Central Sindical. Essa dissensão, mais do que qualquer outra coisa, resultou de uma reação em cadeia, afetando uma rede institucional cuja representação política sempre pautara-se na lógica de oposição à ordem vigente.

Na base governista, as rupturas políticas geraram dissensões partidárias. Essas, por sua vez, incidiram no campo das relações entre Central Sindical e Sindicatos. A crise no interior da CUT resultara na formação da Conlutas.

No Andes-SN, a desfiliação também fora alvo de divergências que resultaram na formação do Proifes. Colocando-se como alternativa ao modelo instituído pelo Andes-SN, o Proifes passa a ser visto como alternativa ao modelo sindical instituído pela Associação Docente.

O Proifes evidencia a ideologia meritocrática, presente no âmbito do movimento sindical dos docentes universitários. A dissidência torna evidentes significados antagônicos que integram o campo representacional instituído pelo Andes-SN.

Como representante apenas dos docentes das instituições federais de ensino superior, o Proifes recorre à tipicidade do vínculo institucional de sua base representada para constituir seu espaço de representação.

No Andes-SN, a incompreensão ou mesmo acomodação dos dirigentes sindicais diante das mudanças sociais ocorridas no último quarto do século XX gerou um profundo descompasso entre a dinâmica social na qual se insere a base sindicalizada e o discurso praticado por aqueles que a representam.

A tipicidade desse campo representacional agrava ainda mais essa situação de desajuste, na medida em que a base representada por essa instituição sindical é constituída por indivíduos empenhados em refletir sobre a lógica social que o interpela. Ou seja, o fato de o Andes-SN representar profissionais do meio acadêmico coloca em evidência, de forma bastante incisiva, a interposição do

pensamento marxista na práxis sindical face aos impasses gerados pelo pós-modernismo.

O descompasso entre a *práxis* sindical e a dinâmica da análise acadêmica naquilo que se refere à aplicabilidade do pensamento marxista é mais uma das inúmeras questões colocada em evidência no Andes-SN, mais do que em qualquer outro lugar.

REFERÊNCIAS

ANDES. Ata da plenária: tema 2, indicativo de filiação à CUT. In: VIII CONGRESSO DA ANDES-SN, 1989, São Paulo.

ANDES. Educação e revolução. In: XXIV CONGRESSO DA ANDES, 2005, Curitiba. (Contribuição dos professores Maria de Lourdes Sarmento – filiado à Adupeb Seção Sindical –; Adroaldo Oliveira – filiado à Adufs-BA –; Antonio Eduardo Alves de Oliveira – filiado à Apub Seção Sindical –; Patrícia Cristina Pinheiro Almeida – filiada à Adunb Seção Sindical).

ANDES. Em defesa da CUT, contra esta reforma sindical, nem integração nem divisão. In: XXIV CONGRESSO DO ANDES-SN, 2005, Curitiba. (Contribuição dos professores: Juanito Vieira – Apes -, Luíz Gomes – Sindfunesa- , Eudes Baima – Sinduece - e Domingos Sávio Garcia - Adunemat)

ANDES. Estatuto (consolidado e atualizado até o XXIV Congresso – Curitiba. 2005).

ANDES. Nota pública sobre a desfiliação do Andes-SN da CUT. Disponível em <<http://www.andes.org.br/imprensa/ultimas/contatoview.asp?key>>.

ANDES. Relação com a CUT e a luta em defesa da liberdade e da autonomia sindical. In: XXIV CONGRESSO DA ANDES, 2005.

ANDES. Relatório final. In: V CONGRESSO DA ANDES. 1986, Salvador.

ANDES. Relatório final. In: VII CONGRESSO DA ANDES, 1998, Juiz de Fora.

ANDES, Relatório final. In: VIII CONGRESSO DA ANDES-SINDICATO NACIONAL, 1989, São Paulo.

ANDES. Relatório. In: . RELATÓRIO DO XXIV CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL, 2005, Curitiba.

ANDES. Relatório final. XV CONGRESSO DO ANDES-SN, 1996, Santa Maria.

ANDES-SN. *Manifesto pela unidade do Movimento Docente Organizado*. Disponível em: <http://www.andes.org.br/imprensa/ultimas/para_imprimir.asp?key=3008>. Acesso em: 30/5/2006.

ANDES-SN. Nota pública sobre a desfiliação do ANDES-SN da CUT, 2005, Brasília.

ANDES-SN. Os desafios da construção da unidade dos trabalhadores, com autonomia e independência. In: XXV CONGRESSO DO ANDES-SN, 2006, Cuiabá.

ANDES-SN. Política e Formação Sindical: acabar com a unidade sindical obrigatória para impor o sindicato orgânico e obrigatório: a reforma sindical do governo Lula. In: XXIII CONGRESSO DO ANDES-SN.

ANDES-SN. Unidade dos trabalhadores e as lutas concretas na conjuntura. In: XXIV CONGRESSO DO ANDES-SN.

ANDES-SN. Ficar ou sair da CUT: uma questão que vai além da crítica à sua Direção. In: XXIV CONGRESSO DO ANDES-SN, 2005, Curitiba.

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC Paulista*. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1988.

_____. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

AVRITZER, Leonardo. Em busca de um padrão de cidadania mundial. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo, n 55-56, 2002.

BARBOSA, Livia. *Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas*. Rio de Janeiro: FGV.

BOBBIO, Noberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1997.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Lúcia Rabello de. De assalariado a interlocutor maior: sobre o engajamento militante no magistério. *Educação & Sociedade*, Rio de Janeiro, nº 37, dez. 1990.

CATTANI, David Antônio. *Trabalho e autonomia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004

CHEVITARESE, L. As 'Razões' da Pós-modernidade. In *Análogos*. Anais da I SAF – PUC. RJ: Booklink, 2001 (ISBN 85-88319-07-1).

COELHO, Pedro Rabelo. *Sindicalismo na Universidade: um estudo do movimento docente*. Rio Grande do Sul: UFSM, 1996.

CONAD. Relatório Final. In: XIX CONSELHO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DOCENTES, 1989.

COSTA, Fernando. *Centrais sindicais e sindicatos no Brasil dos anos 90: o caso Niterói*. Rio de Janeiro: UFF, 2002.

CUNHA, Luis Antônio. *Educação, estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1991.

DANTAS, Rodrigo. Novas tarefas para um novo tempo: a reorganização da esquerda como necessidade histórica. In. XXIII CONGRESSO DO ANDES-SN, 2004, Salvador.

DORIA, Francisco Antônio. A função da universidade brasileira. In: FERNANDES, Florestan. *A crise da universidade*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança Social*. Trad. Magalhães, Izabel. Brasília: UnB, 2001.

FANTINATTI, Márcia Maria Corsimoreira. *O movimento docente na universidade pública*. Campinas, São Paulo: Alínea, 2001.

GIANNOTTI, José Arthur. *Universidade em ritmo de barbárie*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GIROUX, Henry A. *Os professores como Intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Trad. Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências na modernidade*. 4. ed. São Paulo: Unesp, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. São Paulo: Guanabara, 1989.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. *Trabalho docente, classe social e relações de gênero*. São Paulo: Papirus, 1997.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____ (Org.) *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

LEITE, Márcia de Paula (Org.). *O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindical no Brasil*. Campinas: Papirus, 1997.

_____. *Reestruturação produtiva e sindicatos: o paradoxo da modernidade*. São Paulo: Cortez, 1992.

MIRANDA, Iderval de Lima. *Legitimação e deslegitimação no discurso sindical docente*. 1998. p. 28. Tese (Mestrado em Lingüística) – Departamento de Lingüística da Universidade de Brasília, Brasília.

NETO, Sebastião; GIANNOTTI, José Arthur. *CUT: por dentro e por fora*. São Paulo: Papirus, 1998.

_____. *Para onde vai a CUT?*. São Paulo: Zahar. 2000.

OLIVEIRA, Antônio Eduardo Alves. Não à desfiliação da CUT. In: RELATÓRIO DO XXIV CONGRESSO DO ANDES- SINDICATO NACIONAL, 2005, Curitiba, p. 252. “Considerações sobre a desfiliação da CUT.”

ORLANDI, Eni P. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 1999.

OTRANTO, Célia Regina. Movimento sindical docente: história e crise. *Revista Universidade Rural: Ciências Humanas*, RJ, v. 22. n. 2, p.4-5, jul./dez. 2000.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PROIFES. Estatuto do Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior. Art. 1º Brasília, 2004.

RODRIGUES, Antônia Maria Ribeiro. *Democracia e cidadania: um estudo sobre as representações sociais de professores da Universidade de Brasília*. 2000. p. 15. Tese (Política Social) – Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, Brasília.

SADER, Eder. *Quando os novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Alexandre; RIBAS, Clarilton; BARBOSA, Geraldo; MACHADO, Luís Carlos Pinheiro. Desafios históricos diante da crise do capital e do continuísmo neoconservador no governo Lula. In: XXIII CONGRESSO DO ANDES-SN, 2004, Salvador.

_____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005

SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.